



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

JOESIO MENESES DE OLIVEIRA

PATRIMÔNIO CULTURAL PROTESTANTE EM SERGIPE

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019.2**

JOESIO MENESES DE OLIVEIRA

PATRIMÔNIO CULTURAL PROTESTANTE EM SERGIPE

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História do Departamento de História da
Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do
grau de licenciado em História.

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2019.2

A Deus – Meu Aba Pai, Meu Senhor e Melhor Amigo. E a minha querida e amada mãe, Maria Aparecida Souza Meneses, meu maior exemplo. Mãe, amo a senhora abaixo de Deus e acima de tudo e todos.

AGRADECIMENTOS

“Porque Dele, e por Ele, para Ele são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém! (ROMANOS 11:36)”.

É chegada a hora de *AGRADECER*! Esse exercício de recordação e nomeação é extremamente difícil, pois é quase impossível não cometer nenhuma injustiça ao mencionar todos que, de diversas formas, foram peças importantes para a realização desse sonho e execução desse trabalho. Em vista disso, de antemão externo e registro minhas desculpas pelos esquecimentos.

A priori agradeço ao meu *ABA PAI*, meu melhor amigo, por mais essa graça, por revelar-se em cada detalhe e me permitir enxergar sua fidelidade em toda essa caminhada (por vezes exaustiva, mas também de muito aprendizado e amadurecimento). Grato por fazer-me resiliente, persistente, paciente e esperançoso. Visto isso, dedico toda honra, toda glória e todo louvor ao Meu Senhor, Meu *DEUS*.

A minha Mãe, Maria Aparecida, meu coração é só amor e gratidão. Obrigado por ter me permitido sonhar e por nunca ter medido esforços em nome da minha educação. Sou grato por todo suporte necessário, bem como por nunca ter desistido de mim, por acreditar que eu seria capaz e me incentivar a ir sempre mais longe. A senhora é um exemplo de força, ética e resiliência. Amo-a incondicionalmente e tenho certeza que tenho a melhor mãe do mundo! Essa conquista é para a senhora!

Aos meus irmãos: Jailton, Josilene, Adriana, Jailma e Josiane, aos meus sobrinhos: Bruna, Antônio Neto, Vagner Júnior, Jailton Júnior, Jailma, Miguel, Vinícius Matheus, Roberto Neto, Micaela e Levi, aos meus cunhados Fábio, Vagner e Rafael, a minha cunhada Jucilene, pois cada um representou, de forma singular, um lugar de acolhimento, incentivo, escuta, motivação e afeto nessa caminhada. A cada obstáculo e desânimo, pensar em vocês mantinha-me firme e determinado na busca desse sonho. Grato por embarcarem comigo nessa jornada. E saibam que o amor que nutro por vocês não pode ser definido em palavras e *“agradeço a meu Deus toda vez que me lembro de vocês (Filipenses 1:3)”*.

A Fátima e José, por todo apoio, confiança e incentivo incomensuráveis. Sou grato por terem me recebido em sua casa, sempre que foi necessário, com tanto carinho, empatia e receptividade. Deus os recompense. Serei eternamente grato por TUDO.

A minha resposta de oração, meu presente da UFS, Lavínya Oliva. Amiga, muito obrigado pela reciprocidade, por todo companheirismo, pelas partilhas (nas angústias,

conquistas, crises de ansiedade, orações etc.), por nossa amizade, a qual transcendeu a vida acadêmica e agora é até a eternidade. Nossos momentos (Shoppings, idas ao Centro, comilanças, conversas etc.) ficarão eternizados. Vencemos juntos e como sempre lhe disse: sua dor é a minha dor, sua conquista é minha conquista, assim como suas alegrias e tristezas. Juntos sempre, pois: *“em todo o tempo ama o amigo e para a hora da angústia nasce o irmão (Provérbios 17:17)”*. Amo-te!

Meus agradecimentos também ao meu orientador, Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos, pelo qual possuo muita admiração e muito respeito. Agradeço profundamente pela confiança sempre depositada, além das oportunidades, orientações, conhecimentos e experiências transmitidas em sala de aula, nos PIBIC,s (Tanto o projeto do "Sergipe Elétrico: História, Carnaval e Imprensa (1960-1990)" como o da ASL – Academia Sergipana de Letras), e nesta pesquisa. O senhor é um exemplo profissional e como pessoa, sempre ético, humano, compreensivo, empático, temente a Deus, entre tantos outros predicativos. Mestre, o meu muito obrigado!

Aos queridos: Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento e Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, agradeço pelas colaborações, indicações e reflexões fundamentais para este trabalho. Minha gratidão também à querida amiga Laís Santana, irmã na fé e conterrânea, por quem possuo uma enorme estima e admiração, minha gratidão por tantas palavras de encorajamento e otimismo. Você é um exemplo para mim. Grato também a Josineide Luciano pela ajuda com algumas fontes e os desejos de sucesso.

Ao professor Emanuel de Aragão, pelo acolhimento em meus estágios supervisionados obrigatórios, bem como por sua ética e profissionalismo. Eu orgulho-me de ter sido seu aluno e estagiário. Também agradeço ao Colégio Estadual Alcebíades Paes, instituição da qual sou ex-aluno, e onde realizei meus estágios, que culminaram em experiências, extremamente, gratificantes e honrosas.

À igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão em Cumbe/SE, em nome dos pastores José Miranda Cirilo e Gidalti Fontes, além dos demais irmãos pelas orações, incentivo e compreensão, sou imensamente grato.

A minha querida turma dos Contadores da História, a turma de 2015.2. Foram quatro anos e meio juntos, anos de muitos compartilhamentos, cafés, desafios acadêmicos, alegrias e superações. Saibam que os nossos passeios a Jatobá e os nossos churrascos ficarão eternizados! Muito sucesso e graça para todos nós.

A todos que compõem o quadro de docentes do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e a secretaria do curso. Agradecido, sobretudo, aos mestres:

Antonio Lindvaldo, Bruno Álvaro, Eduardo Pina, Edna Matos, Carlos Malaquias, Célia Cardoso, Augusto da Silva, Marcos Silva e Wanderlei Menezes.

Não poderia deixar de mencionar a Academia Sergipana de Letras. Lugar que tive a honra de participar de um projeto de Iniciação Científica, juntamente com Lavínya, e depois de Extensão, ambos sob a coordenação do Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro e intitulado "Discursos e Memória: Fontes para a História da Literatura Sergipana". Agradeço ainda à Rosana Oliveira e Maria Viviane, nossas parceiras de projeto, pelo carinho e incentivo. E à COPES pela bolsa que foi fundamental nessa trajetória.

Agradeço à Júnior Dantas, Meriele e Ana Karla pela sensibilidade e disponibilidade em me socorrer nos percalços que tive com o meu notebook já no início do período de construção desta pesquisa. Praticamente tornei-me proprietário do notebook de cada um de vocês. Obrigado pela complacência! Estendo minha gratidão à Júnior Lemos por corroborar na construção dos gráficos utilizados neste trabalho.

E o que seria da vida sem os amigos! De fato, energias semelhantes proporcionam encontros incríveis. Sendo assim, também externalizo os meus agradecimentos a vocês: Francisca, Luziane, Katiane, Meriele, Josiele, Mislen, Thamires, Leila, Karina, Marília, Júnior, Angelo e Makleyton pela amizade, conexão, energia, Koinonia, carinho, força e confiança. O apoio, os diálogos, as orações e a torcida de cada um de vocês foi fundamental. Saibam que não é preciso fazer nada grande, monumental, porque a nossa amizade é construída no cotidiano, na escuta e na reciprocidade. Os amo em Cristo!

Por fim, a todos os amigos e familiares que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação e torceram por mim, o meu muito obrigado. Estou finalizando mais um importante ciclo. Todavia, como está escrito: *“As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam” (1 Coríntios 2:9).*

THANKS, GOD!

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem se desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

(BÍBLIA SAGRADA, JOSUÉ 1:9)

Do senso comum às políticas públicas existe concordância sobre a necessidade de preservação do passado. Mesmo os cultores do ‘novo’, os fiéis da religião do ‘moderno’, os militantes da mudança permanente não ousariam pronunciar-se a favor da destruição dos traços [...] Uma necessidade identitária parece estar compondo a experiência coletiva dos homens e a identidade tem no passado o seu lugar de construção.

(D’ALÉSSIO, 1993, p. 97).

RESUMO

A presente pesquisa apresenta enquanto recorte empírico e objeto central o patrimônio cultural protestante em Sergipe, com a finalidade de apontar e descrever três plausíveis bens patrimoniais protestantes do estado sergipano, a saber: a Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju e o Cemitério de Lavandeiras em Laranjeiras. Assim, em justaposição à predominância católica e, à luz da História Cultural em conformidade com Peter Burke (2005) e Roger Chartier (1988), compreender como isto se configurou no tecido sociocultural do estado, seja ao nível do esquecimento, seja ao nível da afirmação da memória e da identidade desse grupo sociocultural que, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2010, representa um número de 243.330 adeptos para uma população total de 2.068.017 do Estado de Sergipe. Dentre as principais resultâncias e contribuições desta pesquisa podemos ressaltar que: os silenciamentos diante do patrimônio cultural protestante e a ênfase aos bens ligados ao catolicismo permanecem, especialmente, quando analisamos os trabalhos realizados, até então, pelos governos sergipanos e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional). Os resultados também apontaram para a necessidade de reconhecer o pluralismo religioso e cultural no processo de formação da identidade sergipana, bem como demonstraram-nos que legitimar a patrimonialização dos bens destacados simboliza um instrumento reafirmador e fortalecedor da identidade, da história, da memória e do sentimento de pertencimento enquanto ser protestante, ao ponto que também corroboramos com a historiografia local. Cabe notabilizar que não objetivamos esgotar a problemática existente, mas sim abrir caminhos, reflexões, discussões e possibilidades, dado que, indubitavelmente existem novos estudos por serem feitos no afã de compreender outros pormenores. Para tanto, como aporte teórico empregamos os ideários desenvolvidos por Pierre Nora (1993), Jacques Le Goff (2003), Roger Castells (1999), entre outros. Além de que, por estarmos inseridos teoricamente nos estudos sobre o patrimônio cultural, o protestantismo, a presença protestante e a patrimonialização de bens culturais em Sergipe, também foram utilizadas as produções de Françoise Choay (2001), Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), Sandra Pelegrini (2009), Antonio Gouvêa Mendonça (2005, 2007, 2008), Ester Fragas Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (2000, 2003, 2012), Gicélia Santos Costa (2018), dentre outros relevantes estudos. Metodologicamente, o trabalho consistiu na análise e uso de fontes, documentos e bibliografias. Como aparatos teórico-metodológicos, também operamos com jornais, gráficos e figuras.

Palavras-chaves: Protestantismo; Patrimônio Cultural; Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras; Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju; Cemitério de Lavandeiras em Laranjeiras.

ABSTRACT

The present research presents as an empirical and central object the Protestant cultural heritage in Sergipe, with the purpose of pointing and describing three plausible Protestant patrimonial assets of the state of Sergipe, namely: the First Presbyterian Church of the State of Sergipe in Laranjeiras, the First Church Aracaju Presbyterian and Lavandeiras Cemetery in Laranjeiras. Thus, in juxtaposition to the Catholic predominance and, in the light of Cultural History in accordance with Peter Burke (2005) and Roger Chartier (1988), to understand how this was configured in the socio-cultural fabric of the state, whether at the level of forgetfulness or at the level of affirmation of the memory and identity of this sociocultural group which, according to the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) census of 2010, represents a number of 243,330 adherents for a total population of 2,068,017 in the State of Sergipe. Among the main results and contributions of this research we can emphasize that: the silences before the Protestant cultural heritage and the emphasis on goods linked to Catholicism remain, especially, when we analyze the works carried out, until then, by the Sergipe governments and by IPHAN (National Artistic and Historical Heritage Institute). The results also pointed to the need to recognize religious and cultural pluralism in the process of forming Sergipe's identity, as well as demonstrating that legitimizing the heritage of the highlighted goods symbolizes an instrument that reaffirms and strengthens identity, history, memory and feeling of belonging as a Protestant, to the point that we also corroborate with the local historiography. It is worth noting that we do not aim to exhaust the existing problem, but rather to open paths, reflections, discussions and possibilities, given that, undoubtedly, there are new studies to be done in the eagerness to understand other details. For such, as the theoretical development of ideas by Pierre Nora (1993), Jacques Le Goff (2003), Roger Castells (1999), among others. Besides that, as we are theoretically inserted in studies on cultural heritage, or Protestantism, a Protestant presence and patrimonialization of cultural goods in Sergipe, they were also used as productions by Françoise Choay (2001), Pedro Paulo Funari and Sandra Pelegrini (2006), Sandra Pelegrini (2009), Antonio Gouvêa Mendonça (2005, 2007, 2008), Ester Fragas Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (2000, 2003, 2012), Gicélia Santos Costa (2018), among other studies. Methodologically, the work consisted of analyzing and using sources, documents and bibliographies. As theoretical-methodological devices, it also operates with newspapers, graphics and figures.

Keywords: Protestantism; Cultural Heritage; First Presbyterian Church of the State of Sergipe in Laranjeiras; First Aracaju Presbyterian Church; Lavandeiras Cemetery in Laranjeiras.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – População evangélica residente no Brasil de acordo com os censos de 2000 e 2010	30
Gráfico 2 – Percentual da população evangélica residente no Brasil de acordo com os censos de 2000 e 2010.....	31
Gráfico 3 – População evangélica no Brasil de acordo com específicas denominações – censo 2010	33
Gráfico 4 – Percentual da população evangélica no Brasil de acordo com específicas denominações – censo 2010	33
Gráfico 5 – População evangélica no Estado de Sergipe por denominações específicas de acordo com o censo de 2010.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Um dos primeiros registros fotográficos da Primeira Igreja Batista de Aracaju, com alguns de seus membros em frente ao templo em 1921	38
Figura 2 – Fachada atual da Primeira Igreja Batista de Aracaju	40
Figura 3 – Fachada atual do Templo Central da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão em Aracaju/SE.....	45
Figura 4 – Sede do IPHAN em Aracaju (SE).....	67
Figura 5 – Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão (SE)	68
Figura 6 – Fachada do Primeiro Templo da Igreja Presbiteriana do Brasil em Laranjeiras.....	89
Figura 7 – Mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, mostrando os perímetros do conjunto histórico (em azul) e do seu entorno (em laranja) tombados pelo IPHAN	90
Figura 8 – Ruínas do Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras (1).....	99
Figura 9 – Ruínas do Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras (2).....	100
Figura 10 – Fachada do primeiro templo da Igreja Presbiteriana em Aracaju, localizada na Rua Laranjeiras, na década de 1920	102
Figura 11 – Fachada atual da Igreja Presbiteriana em Aracaju, situada na Rua Laranjeiras..	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I O PROTESTANTISMO EM SERGIPE	22
1.1 Relativizando o Protestantismo	22
1.2 O Protestantismo no Cenário Nacional	26
1.3 A Inserção e Atuação Protestante em Sergipe	34
1.3.1 Educação	46
1.3.2 Jornais.....	50
II SITUANDO O PROBLEMA - ASPECTOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM SERGIPE	54
2.1 Discussão Conceitual acerca do Patrimônio Cultural.....	55
2.2 Breve panorama das políticas patrimoniais no Brasil.....	63
2.3 A patrimonialização de bens culturais em Sergipe e o silenciamento ao protestantismo	71
III BENS CULTURAIS PROTESTANTES EM SERGIPE SOB A PERSPECTIVA DA PATRIMONIALIZAÇÃO	86
3.1 Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras.....	87
3.2 Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras.....	97
3.3 Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
FONTES E REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é patrimônio cultural religioso¹, predominantemente, a temática volta-se para o cenário do catolicismo, notadamente no Brasil. Sobretudo, se a discussão se der no plano dos chamados bens culturais materiais, onde a matriz religiosa de origem judaico-cristã agregou elementos oriundos da África, num contexto de sincretismo² ou mesmo de tradição portuguesa e romana.

No Estado de Sergipe, esse tipo de apropriação simbólica não foi diferente, seja ao nível material, cerne da presente pesquisa, seja ao nível da imaterialidade. E se levarmos em consideração a sua patrimonialização pelos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, isto fica ainda mais evidente.

Logo, com o intento de apontar as possibilidades para a construção de um patrimônio cultural protestante em Sergipe, aqui verificamos o objeto dessa pesquisa, o presente trabalho buscou pontuar e destacar esse patrimônio em justaposição à predominância católica e, à luz da História Cultural, empenhou-se em compreender como isto se configurou no tecido sociocultural do Estado, seja ao nível do esquecimento, seja ao nível da afirmação identitária resistente.

Nesse momento, é preciso salientar que a introdução do protestantismo no Brasil está, intrinsecamente, ligada à propagação das ideias defendidas pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483 – 1546) e que culminou na Reforma Protestante no século XVI na Europa Central. A publicação das 95 teses de Lutero³ e a aceitação por parte de inúmeros teólogos resultaram na expansão do movimento, bem como representaram, naquele período, uma ruptura na unidade do cristianismo, alterando seu percurso.

Dentre os inúmeros fatores que corroboraram com a propagação religiosa do protestantismo no Brasil, temos os trabalhos dos colportores – vendedores ambulantes de Bíblia e material protestante, que eram agentes das Sociedades Bíblicas, base da cultura protestante. Além dos problemas estruturais que a Igreja Católica enfrentava, como: a precária condição econômica da igreja e os comportamentos reprováveis por parte dos padres – muitos deles envolvidos em jogos de azar e com o alcoolismo.

¹ Para compreender essa questão, mais profundamente, ver obra: NOLASCO, Simone Ribeiro. **Patrimônio cultural religioso**: a herança portuguesa nas devoções de Cuiabá colonial. Cuiabá/MT: Entrelinhas: Ed UFMT, 2010.

² Refere-se a fusão de diferentes cultos ou doutrinas religiosas com reinterpretação de seus elementos.

³ Disponível em: https://www.luteranos.com.br/lutero/95_teses.html. Acesso em: 19. Mar. 2020.

Conforme apresenta o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em uma população total de 190.755.799 pessoas, o número de adeptos do protestantismo simboliza 22, 16% da população brasileira, totalizando um número de 42.275.440 evangélicos no país. Já sobre Sergipe, os dados revelam que a população protestante/evangélica no estado sergipano representa um número de 243.330 pessoas para uma população total de 2.068.017.

Em Sergipe a inserção do protestantismo está diretamente ligada à imersão do protestantismo no cenário nacional, isto é, no Brasil. É preciso, portanto, compreender que o ingresso dos ideais protestantes nesse estado introduziu-se em um contexto de hegemonia e conflitos da Igreja Católica com o Estado, bem como de problemas estruturais e eclesiásticos da Igreja Romana. Logo, a sua chegada é datada da segunda metade do século XIX, em 1884, em Laranjeiras, a partir dos desdobramentos de uma missão norte-americana protestante.

Para seu processo de expansão e fixação, algumas ferramentas propagandistas de divulgação de suas ideias, bem como de defesa dos seus ideários foram utilizadas. Nesse rol temos: a distribuição de impressos, a criação de jornais e escolas etc. Desse modo, alcançando adeptos e se espalhando por todo o território sergipano, tanto na capital quanto em seus inúmeros municípios e povoados.

Fato é que não podemos negar que o protestantismo é parte da diversidade religiosa do Brasil e, conseqüentemente, de Sergipe. Visto que, atualmente, representa uma parcela significativa da população brasileira e sergipana, que é culturalmente miscigenada, e promoveu também a construção de uma identidade religiosa, assim como o catolicismo que fincou raízes, difundiu práticas, demarcou e criou espaços que podem ser considerados lugares de memória e de sua história e identidade.

Vale salientar que utilizamos, especificamente, três bens patrimoniais protestantes como recorte para tal estudo, identificação e reconhecimento. Sendo eles: a Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, o Cemitério de Lavadeiras em Laranjeiras e a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju. É preciso salientar que a escolha desses bens deve-se à relevância histórica dos mesmos bem como ao acesso das fontes.

Abrindo um parêntese, é preciso dizer que essa pesquisa trabalhou com esses bens patrimoniais a partir da concepção e dos moldes estabelecidos pelo artigo nº 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual promulga que:

216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988, Art. 216).

Diante disso, compreendemos os bens patrimoniais protestantes, aqui estudados, na qualidade de portadores referenciais de sua identidade, das suas ações e de sua memória. Neste sentido, carecem de ser valorados, passando a se pensar ações patrimoniais de preservação e tombamento, além de se planejar um trabalho consciente e conjunto entre administração pública e comunidade para salvaguarda desses bens.

Também é preciso sobrelevar que discutir o trabalho de instituições como o IPHAN bem como do governo do Estado de Sergipe, no que tange às lacunas de suas ações patrimoniais e suas políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural no estado sergipano, leva-nos a aperceber e comprovar o silenciamento diante dos bens culturais protestantes e a ênfase aos bens ligados à Igreja Romana. Além desse silenciamento, na busca pela identificação do patrimônio cultural protestante e sua patrimonialização, a linha tênue das mais variadas vertentes do protestantismo sergipano e o ponto de intersecção entre os variados grupos: tradicionais, pentecostais e neopentecostais desenham-se como objetos centrais para se alcançar êxito neste trabalho.

Destarte, frente ao exposto, destacamos alguns questionamentos e problemáticas que nortearam este trabalho: a primeira indagação é o porquê que não existem bens patrimoniais protestantes tombados/preservados, a cunho individual, no Estado de Sergipe? A segunda

problemática foi a busca por identificar e descrever quais bens patrimoniais protestantes são plausíveis de ser patrimonializados.

Aqui cabe sobrelevar que o empenho desta produção não foi de sanar as discussões ou de impor-se como único e irrefutável estudo acerca da temática do patrimônio cultural protestante em Sergipe. Mas, foi na verdade, um produto que teve o propósito de refletir as problemáticas supracitadas, procurando possíveis caminhos e respostas.

O interesse em estudar sobre a temática surgiu ainda nos primeiros períodos do Curso de Licenciatura Plena em História, por ocasião das discussões levadas a cabo pelo Professor Doutor Claudefranklin Monteiro Santos, na Disciplina História e Patrimônio Cultural, bem como pelas visitas técnicas aos lugares de memória de Sergipe, sob a Coordenação do Professor Doutor Antônio Lindvaldo Sousa, o que causava inquietação a ausência ou o silenciamento das discussões acerca do protestante no patrimônio cultural de Sergipe, principalmente no campo das políticas públicas de patrimonialização de seus bens culturais.

Na perspectiva do tombamento, a problemática é ainda mais evidente. O que nos despertou e nos instigou para uma investida histórica e historiográfica a fim de compreender a referida questão. Em especial, quando se empenha em entender as ações patrimoniais realizadas pelo IPHAN e pelo governo do Estado em Sergipe. À vista disso, tal problemática nos motivou a levar adiante o presente trabalho, com vistas a contribuir para uma historiografia sergipana também preocupada em entender a formação humana e religiosa do estado sergipano em seu pluralismo sociocultural e religioso.

Como dito, a pesquisa insere-se dentro do prisma da História Cultural. Destarte, frisamos que “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17). Partindo de tal concepção, para a formação de um patrimônio cultural protestante em Sergipe, caminhamos também sob os enlaces que englobam as representações através da ótica de Chartier. Logo, ressaltamos que:

Por “representações” entendemos o conjunto de códigos (símbolos, manifestações, valores, vínculos sociais) que condicionam o comportamento humano e estruturam o imaginário da coletividade e do indivíduo [...] Se a história cultural alcançou um espaço inédito, foi precisamente porque, sob essa acepção garantiu o elo entre as representações e as práticas, entre o

individual e o coletivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral. (CADIOU et al, 2007, p. 186).

Assim, observamos os bens investigados, especialmente as igrejas/templos, de modo que se configuram como espaços em que representações, a partir das relações, são construídas, fortalecidas e que, conseqüentemente, estruturam e conformam uma coletividade.

Afora as discussões que perpassaram sobre a ideia de representação cultural, presente na obra de Roger Chartier (1988), nossa pesquisa esteve pautada por duas discussões conceituais importantes para o desalinhamento de sua problemática: uma em torno do patrimônio cultural e outra sobre a memória cultural e sua relação com o lugar de memória.

Para a compreensão dos bens em discussão, enquanto lugares de memória, especialmente, as igrejas, utilizamos os estudos realizados por Nora (1993), quando o autor afirma que os lugares de memória: “[...] são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21).

Essa compreensão possibilitou-nos depreender tais bens como espaços materiais com funções rituais e que carregam valores simbólicos da crença protestante. Isto posto, constituem-se como lugares de afirmação e preservação da memória religiosa e de uma identidade protestante em Sergipe. Além de representarem espaços/objetos de rememoração da origem e inserção do protestantismo no estado sergipano.

Para refletirmos sobre a ideia de memória e o jogo de memória e esquecimento, fizemos uso de Le Goff (2003), quando o autor pondera que a memória coletiva é inserida no jogo de luta das forças sociais pelo poder, para que sujeitos e comunidades tornem-se senhores da memória e do esquecimento. Destarte, essa concepção nos direcionou a pensar e questionar a ênfase aos bens patrimoniais ligados ao catolicismo, bem como verificar que os bens patrimoniais protestantes cumprem o papel de reproduzir o passado, mantendo-o vivo na memória, formando, portanto, uma memória protestante coletiva.

Castells (1999) ofereceu a esta pesquisa um aparato teórico acerca das discussões de identidade, mais de perto o que ele define como identidade de resistência, conceito que surgiu na construção do trabalho com a finalidade de melhor analisarmos o objeto de estudo proposto, especialmente, quando pensamos os bens patrimoniais protestantes enquanto espaços de resistências diante da hegemonia e da dominação católica no cenário religioso sergipano.

A identidade, por exemplo, é definida por Castells (1999) como sendo resultância de uma construção social que tem por base um atributo ou um conjunto de atributos culturais que se inter-relacionam. Logo, o autor afirma-nos que a construção da identidade quase sempre se dá por meio de relações de poder, opondo-se à dominação e aos seus princípios usuais.

O pesquisador demanda de ferramentas que deem suporte ao investigar determinados objetos. O uso de referências de cunho bibliográfico foi imprescindível, visto que embasaram teoricamente o trabalho como um todo. Sendo assim, nesta pesquisa o aporte teórico permitiu-nos utilizar/reconstruir discussões historiográficas acerca de temáticas essenciais para o desenvolvimento e êxito desta investigação, exemplos como: o protestantismo, o patrimônio, o patrimônio cultural, o histórico dos bens patrimoniais protestantes em questão neste trabalho etc.

Aqui sublinhamos que essas discussões estão presentes nos trabalhos de: Françoise Choay e seu estudo sobre o patrimônio (2001), Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini e o trabalho acerca do Patrimônio Histórico e Cultural (2006), um outro estudo de Sandra Pelegrini sobre o Patrimônio Cultural (2009), Antonio Gouvêa Mendonça e seus estudos sobre o protestantismo e a relativização desse termo (2005, 2007, 2008), Ester Fragas Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento e seus trabalhos acerca do protestantismo em Sergipe (2000, 2003, 2012), também nessa temática dispusemos do trabalho de Gicélia Santos Costa (2018), dentre outros.

Para tal, foi impreterível haver uma abordagem crítica das fontes, que, de acordo com Marc Bloch (2001), representam os testemunhos da história, seja longínqua ou recente. Ainda sobre as fontes no trabalho da História Cultural frisamos que “[...] a tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e imagens de um período como espelhos, reflexos não problemáticos do seu tempo”. (BURKE, 2005, p. 32).

Por isso, as informações e estudos foram confrontados. Sendo necessário, portanto, perguntar aos documentos e escritos, realizar uma atividade de reflexão e análise, rejeitando a máxima dos positivistas de que o documento não pode ser questionado, isto é, que representa uma verdade absoluta.

Para tanto, o historiador necessita de ferramentas que concedam suportes ao investigar determinados objetos. Dentre os suportes utilizados para tal investigação, realizamos levantamento bibliográfico na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS), na internet e em repositórios institucionais, colhendo assim livros,

monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado que se encontram devidamente referenciadas na bibliografia. Vale destacar que a seleção das referências bibliográficas baseou-se na seleção de textos que contribuíram para a análise que a pesquisa propôs-se, possibilitando-nos o alcance dos objetivos desta investigação.

Também recorreremos ao uso de jornais cristãos que foram digitalizados pelo GPCIR (Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades) e que, atualmente, estão sob a salvaguarda da Biblioteca Epifânio Dórea. Isto, para o estudo e a análise da presença protestante em Sergipe e para o conhecimento de como esses sujeitos eram mencionados nos jornais, revelando traços que nos possibilitaram compreender aspectos do palco em que o protestantismo foi inserido em Sergipe.

A respeito do uso de jornais como fontes históricas, discorreremos que:

Historiadores de diversos matizes teóricos reconheceram na imprensa escrita novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado a Europa e Estados Unidos. Somente nos últimos anos, os trabalhos que se valham de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros. (CALONGA, 2012. p. 86).

Isso posto, apercebemos que os jornais tornaram-se importantes fontes documentais para o historiador e para a pesquisa histórica. Entretanto, tomamos consciência que esses materiais impressos não podem ser vistos como instrumentos de comunicação isentos ou neutros, pelo contrário, atendem a numerosos interesses políticos, sociais, religiosos, ideológicos e econômicos. Portanto, cabe-nos uma análise crítica e minuciosa.

Dentre outras fontes aparadoras desta pesquisa, temos: mais jornais protestantes encontrados na internet e que também tratam sobre os protestantes e o protestantismo em Sergipe; as figuras com a função de ilustrar os bens patrimoniais pesquisados, além das igrejas e instituições mencionadas; e os dados do IBGE que nos propiciaram notabilizar o número significativo de adeptos ao protestantismo tanto no Brasil como em Sergipe, direcionando nosso olhar a entender os protestantes também enquanto grupo sociocultural e religioso formador da identidade sergipana.

Metodologicamente o trabalho organizou-se, a princípio, por meio de um levantamento e análise de fontes e bibliografias acerca da inserção, presença e fixação do protestantismo no Brasil e, concomitantemente, em Sergipe. Essa etapa foi imprescindível a fim de compreendermos as estratégias utilizadas pelos protestantes em sua expansão bem como para notarmos como esse grupo sociocultural e suas atuações interferiram no contexto social sergipano.

Para desenvolver este estudo, também empreendemos pesquisas em fontes e bibliografias que nos propiciaram discutir acerca da conceituação do que se entende por patrimônio cultural, bem como analisar as políticas patrimoniais no Brasil e em Sergipe, observando, portanto, os processos de patrimonialização de bens culturais em Sergipe, sem o objetivo de esgotar a temática, porém, buscando entender e demonstrar o relevo aos bens culturais da Igreja Católica, seus associados e a materialidade.

No afã de alcançar a contento os interesses e finalidades explanadas, este trabalho está estruturado em três principais capítulos com seus subcapítulos. Além da introdução e das considerações finais. Vejamos:

No primeiro capítulo, intitulado: **O protestantismo em Sergipe**, inicialmente realizamos uma relativização a respeito do termo Protestantismo. Em seguida, procuramos descrever como e quando o mesmo foi introduzido no país e em que contexto cultural, político, social e religioso. Partindo, seguidamente, para entender o cenário em que o protestantismo insere-se e atua no Estado de Sergipe. Logo, demonstrando como estava organizada a sociedade da época, além de que tratamos dos conflitos teológicos e ideológicos propriamente ditos entre católicos e protestantes, ou seja, os embates pelo poder. Também discorreremos sobre as ferramentas propagandistas de divulgação dos ideais protestantes e acerca das estratégias de expansão e fixação protestante no estado sergipano, a exemplos do uso dos jornais e da educação.

No segundo capítulo denominado: **Situando o problema - aspectos da patrimonialização em Sergipe**, a priori empreendemos uma sintética discussão conceitual, teórica e histórica acerca do Patrimônio Cultural, além das suas facetas expressas pelas definições que lhes são atribuídas. A posteriori, construímos um breve panorama das políticas patrimoniais no Brasil, buscando compreender como se estabeleceu a institucionalização do patrimônio no Brasil, evidenciando o trabalho do IPHAN. Feito isso, apresentamos reflexões sobre a patrimonialização de bens culturais em Sergipe e o silenciamento ao protestantismo,

para isto, elencamos e analisamos alguns bens tombados e preservados pelos governos estaduais e pelo IPHAN. Destarte, revelando a ênfase aos traços da materialidade, do catolicismo, da aristocracia branca e do passado Colonial/Imperial.

Seguindo para o terceiro e último capítulo nomeado: **Bens culturais protestantes em Sergipe sob a perspectiva da patrimonialização**, buscamos pontuar e descrever caminhos para a patrimonialização de três bens patrimoniais protestantes, foram eles: a Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, o Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras e a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju.

Ao analisarmos tais bens, buscamos destacar a relevância histórica, política, religiosa, social e cultural deles, bem como seus status enquanto lugares de memória. Desse modo, valorizando o multiculturalismo democrático, isto ao passo que contemplamos a importância dos protestantes como grupo sociocultural formador da identidade sergipana e possuidor de uma identidade, de um patrimônio cultural. Além de reconhecer a importância identitária, histórica, memorial e de sentimento de pertença desses bens, bem como o importante papel que cumprem na construção e compreensão de uma identidade sergipana plural, pautada no reconhecimento das diferenças.

Portanto, esta pesquisa de conclusão de curso visa contribuir com a historiografia acerca do patrimônio cultural protestante e o seu reconhecimento em Sergipe, num ambiente predominantemente católico e/ou de sincretismos religiosos. À vista disso, a relevância deste trabalho se dá por entendermos que o mesmo corrobora para uma historiografia local, isto trilhando estudos e análises, até então esquecidos e trabalhados de maneira irrelevante e inexpressiva pela historiografia sergipana. Além de que suscita discussões/reflexões sobre a necessidade de reconhecer o pluralismo religioso e cultural no processo de formação da identidade sergipana. Logo, com esta investigação percebe-se, portanto, a variedade temática e teórico-metodológica dos estudos sobre o universo religioso, que transcendem o âmbito do catolicismo e perpassam por campos diversos como o protestantismo.

Desse modo, deixando em evidência bens culturais patrimoniais, aqueles ligados aos protestantes, que merecem receber um olhar mais atento por parte de todos e precisam ser reconhecidos enquanto lugares de memória, como objetos reafirmadores da identidade, história, memória e do sentimento de pertencimento desse grupo sociocultural. Nesse sentido, esta pesquisa vem somar esforços para apoiar o avanço desse campo historiográfico recente, mas que pensa o protestantismo e seus bens enquanto objetos de pesquisa.

I

O PROTESTANTISMO EM SERGIPE

1.1 Relativizando o Protestantismo

É relativamente recente a história do protestantismo em Sergipe, sobretudo, no que tange sua compreensão como objeto de estudo, pois somente a partir de 1950 que sua produção histórica se desenvolveu consideravelmente. Assim sendo, antes de embarcarmos no debate acerca da inserção e atuação protestante na história de Sergipe, constitui-se como ponto fundamental entendermos algumas discussões sobre o termo ‘protestantismo’.

Vale salientar que não é o objetivo do presente trabalho discorrer a respeito da sua historiografia, não obstante, por se tratar de um conceito imprescindível à pesquisa, interessamos perscrutar algumas questões pertinentes.

Tradicionalmente, o termo protestantismo insere-se dentro de uma categorização ampla e abrangente. Em vista disso, Antonio Gouveia Mendonça, dialogando com J. L. Dunstan, sobreleva que “o protestantismo é um dos três principais ramos do cristianismo ao lado do catolicismo romano e das igrejas orientais ou ortodoxas” (2005, p. 50).

Já Rubem Alves (1979) defende que o conceito de protestantismo e suas denominações não podiam ser compreendidos como sendo científicos, uma vez que são nomenclaturas que emergiram e cristalizaram na história. Dessa forma, não podendo pensar o protestantismo mediante generalizações.

Diante dessa problematização, Tiago Watanabe (2006) diz que Rubem Alves foi um dos pioneiros na historiografia brasileira a problematizar o termo protestantismo, explicitando que da década de 1930 a 1960, em termos cronológicos, os estudos não problematizavam o termo. Coexistindo um senso comum, muito devido aos poucos estudos realizados e os poucos existentes serem produzidos por autores protestantes.

As obras, inseridas na segunda metade do século XX, direcionadas a estudar o protestantismo, empenharam-se em classificar as denominações herdeiras da reforma religiosa do século XVI, circunscrevendo suas proximidades institucionais e suas diferenças. Camargo

(1973), por exemplo, dispôs o protestantismo em dois grandes grupos, sendo eles: o protestantismo de missão e o protestantismo de conversão⁴.

Camargo (1973) ainda esboçou outra divisão dos protestantes, congregando de um lado os pentecostais: Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja o Brasil para Cristo, estes surgindo no início do século XX e possuindo a crença do batismo no Espírito Santo como base de fé e doutrina. Do outro lado, organizou os não pentecostais, são eles: batistas, luteranos, presbiterianos e metodistas, estes são considerados das igrejas tradicionais.

Apesar dessas compreensões, Watanabe (2006) afirma que o protestantismo não possui uma definição consensual e que são escassas as problematizações acerca desse termo. Em vista disso, defende que “o protestantismo foi um conceito em permanente mudança nos adjetivos, mas consolidado enquanto prática discursiva. É um nome agregador de cenários e interpretações variadas” (WATANABE, 2006, p. 79). Logo, entendendo que não se refere a um grupo de identidade única, mas construída historicamente a partir de seus rearranjos, conflitos e modificações sociais.

Diante disso, é plausível refletir que perpassamos por um caminho de divergências e falta de unidade quando observamos o protestantismo enquanto termo construído historicamente por parte dos estudiosos, mas que surgem as convergências, sobretudo, ao entendermos o mesmo como prática. Em que, apesar das dissidências políticas-teológicas entre as denominações, seja ela tradicional ou até mesmo pentecostal, dentro desse universo multiforme encontram-se características análogas.

Visto que o protestante é “[...] um indivíduo que professa uma religião individual, de consciência, que se inspira na interpretação direta e pessoal da Bíblia, pauta suas ações na ética racional do trabalho e na moral burguesa vitoriana” (MENDONÇA, 2005, p. 52). Ainda acerca dos pontos de associação, é possível sobrelevar que a comparação com o catolicismo permite-nos assinalar características próprias do protestantismo. Dado que, de acordo com Tiago Watanabe (2006), o católico é elemento indispensável no empreendimento da historiografia protestante em definir-se.

Pois, em consonância com Rubem Alves (1979), é a partir da Reforma Protestante do século XVI – enquanto eixo unificador e explicativo – que a negação do outro, isto é, o

⁴ É preciso dizer que o protestantismo de emigração era intensivamente étnico e o protestantismo de missão se caracterizava mais como proselitista (CAMARGO, 1973, p. 105-106).

católico, constitui a ideia da missão e da identidade do protestantismo. Logo, reiterando, a partir do confronto com o catolicismo, o protestantismo constrói-se.

Mesmo diante da complexidade em torno do protestantismo, compactuamos com Santos (2017) quando afirma que apesar das diferenças entre os protestantes ou evangélicos, expressão mais popular e maior empregada no Brasil, sejam elas de cunho eclesiástico, teológico, institucional ou até conceitual, eles advêm da doutrina reformada do século XVI, como já sustentado anteriormente. Além de que creem na Bíblia como regra de fé e prática, independente do *modus operandi*, bem como professam a salvação a partir da graça por meio de Jesus Cristo, este como único modo do homem chegar a Deus. Assim, as diversas linhas protestantes alinham-se, apesar das dissimilaridades.

O trabalho evangelístico protestante direciona-se por um caminho em que, apesar das diversas divisões, volta-se para o fortalecimento de sua estratégia missionária, como alertamos Clara Mafra (2011), enquanto, outras tendências do cristianismo experimentam o inverso. Ocorrendo, ainda segundo a autora, uma releitura própria da mensagem cristã por sujeitos que se identificam como evangélicos, apesar das transformações e diferenças no modo de pregar a salvação das diversas igrejas evangélicas.

Diante dessas discussões acerca do termo protestantismo e, conseqüentemente, protestante, desponta, portanto, como uma importante questão o termo evangélico, atualmente muito disseminado no Brasil. Para Ermerson Porto Santos (2017), no processo de consolidação do protestantismo no Brasil, o termo ‘evangélico’ foi se popularizando e construindo-se como uma nomenclatura capaz de nominar igrejas de origem reformada no país.

Em contrapartida, Mendonça diz que “o conceito evangélico aplica-se à parte dos cristãos não-católicos e não se aplica de maneira adequada ao vasto grupo dos assim chamados pentecostais e neopentecostais” (2005, p. 50). Contudo, Pierucci e Mariano (1992), discorrem que no Brasil o termo evangélico designa e recobre tanto as denominações protestantes históricas, quanto as pentecostais e as neopentecostais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos.

Mendonça afirma que:

[...] os próprios protestantes, desde o início de sua presença no Brasil, ainda no século XIX, preferiam o conceito “evangélico”. Bastam dois exemplos: o primeiro jornal protestante publicado no Brasil, que circulou de 1864 a 1892, chamou-se Imprensa Evangélica, como também a Confederação Evangélica

do Brasil, fundada em 1934 e extinta nos primeiros anos da década de 60 do século passado. Desde os primeiros tempos os cristãos não-católicos no Brasil se identificam como evangélicos. (MENDONÇA, 2005, p. 50).

Mesmo ponderando que os próprios protestantes optavam, desde sua inserção no Brasil no século XIX, pelo termo evangélico, o autor acima entende que ao conceito não cabe o papel de denominar os grupos cristãos não católicos, como assim se faz no hodierno, pois carrega consigo uma confusão ao englobá-los em uma mesma categoria.

No que concerne às ponderações apresentadas até então, cabe frisar que a ideia não é encerrar as discussões sobre o termo protestantismo, muito menos de apresentar conclusões sobre suas problematizações, mas suscitar questões que nos permitam refletir a construção histórica do termo em um tempo e espaço, ao ponto que surgem denominações e que, apesar das diferenças entre as instituições, elas convergem entre si, principalmente, na esfera prática de fé. Logo, podemos notabilizar que as questões referentes ao protestantismo são complexas e por representar uma temática, em partes, de interesse recente, desencadeia variadas interpretações bem como problemáticas, constituindo-se como um campo a ser melhor desvendando.

Quanto aos aspectos que propiciam uma unidade protestante, eles serão mais bem abordados nesta pesquisa quando adentrarmos aos estudos acerca do patrimônio cultural protestante/evangélico em Sergipe, a partir da perspectiva que enxerga os protestantes ou evangélicos como indivíduos pertencentes a uma identidade única ou similar, produzida por suas práticas e representações, isto pensando na construção e reconhecimento do seu patrimônio cultural no Estado de Sergipe.

Feitas essas considerações a respeito do termo protestantismo, a posteriori, estaremos discutindo a inserção do protestantismo no Brasil. Para tal feito se faz necessário regressar ao período da Reforma Protestante no século XVI na Europa Central – âmago de todo movimento protestante –, para assim perceber a que contexto insere-se o protestantismo no Brasil e, conseqüentemente, em Sergipe.

Em vista disso, no subcapítulo seguinte realizaremos um breve panorama acerca da Reforma e, por fim, partiremos para as primeiras tentativas de introdução dos ideais protestantes no Brasil – cenário nacional em que se encontra o Estado de Sergipe. Mais adiante, versaremos sobre como as mudanças sociais e políticas do Brasil, no século XIX, e os dilemas eclesiais da Igreja Católica colaboraram com a inserção do protestantismo no Brasil e, concomitantemente, em Sergipe.

1.2 O Protestantismo no Cenário Nacional

A introdução do protestantismo no Brasil está, intrinsecamente, ligada à propagação das ideias defendidas pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483 – 1546)⁵ e que culminou na Reforma Protestante no século XVI na Europa Central. A publicação das 95 teses de Lutero e a aceitação por parte de inúmeros teólogos resultaram na expansão do movimento bem como representaram, naquele período, uma ruptura na unidade do cristianismo, alterando seu percurso.

Cabe salientar que as primeiras ações subversivas e de contestação diante da Igreja Católica tiveram John Huss (1369 – 1415)⁶ como agente apriorístico. Todavia, a resultância de sua atitude foi a morte, sendo queimado na fogueira. Destacamos que Lutero não objetivava instituir um novo credo, mas sim questionar práticas da Igreja de Roma, como a venda de indulgências.

Porém, representou o início de uma revolução religiosa, chegando a ser excomungado pela Igreja Romana. Segundo Costa (2018), além de fatores internos, pesava ainda contra a Igreja a sede espiritual da população, a situação moral dos sacerdotes e a insatisfação por parte de setores da nobreza. Destarte, esses fatores, conforme afirma Almeida, “provocaram a necessidade de Reforma na Igreja no século XVI” (2014, p. 146).

Para Mendonça (2007) foi ainda na Idade Média que se iniciou o movimento da Reforma, prolongando-se até o século XVIII. Todavia, são consideradas reformadas ou históricas as igrejas que surgiram após a rebelião, assim denominadas pelo autor, e que possuem em seus ideais os fundamentos defendidos por Lutero e João Calvino (1509-1564)⁷.

O interesse de Lutero era que todos tivessem acesso à Bíblia, dado que, até então, apenas os monges, o clero e teólogos católicos possuíam acesso aos escritos bíblicos, grafados no latim. Mas, a partir da tradução da Bíblia, inicialmente, para a língua alemã, revelaram-se inúmeros interessados na leitura do Livro Sagrado.

⁵ Teólogo alemão, iniciador da Reforma Protestante e fundador da Igreja Luterana.

⁶ Grande pensador e reformista religioso, além de considerado como um dos principais percussores do movimento protestante. Huss pregava o Sacerdócio Universal, no qual qualquer pessoa podia comunicar-se com Deus sem a mediação humana.

⁷ Foi um humanista, pastor, teólogo, pregador, professor e escritor francês, uma das figuras que mais se destacou no período da Reforma Protestante.

A impressão da Bíblia inglesa teria causado um impacto político e cultural de incalculável dimensão, passando a servir como “livro de consulta” para assuntos, não apenas da igreja, mas do Estado, no qual monarcas e outros senhores poderosos iam buscar aconselhamento para as suas decisões. Além disso, favoreceu o acesso ao conhecimento bíblico, desobrigando o povo do jugo dos monges, bispos e teólogos católicos. (NASCIMENTO, 2012, p. 95-96).

Como foi visto no trecho acima, o povo arraigou-se do jugo da Igreja Romana. Assim, as pessoas, independentemente de hierarquias e ordens sacerdotais, conseguiram ler e interpretar a Bíblia individualmente e decidir sua própria comunidade cristã. Logo, a horizontalidade, significando liberdade do indivíduo ante o mundo, o próximo e a si mesmo, posicionou-se, para muitos, no lugar da verticalidade hierárquica da Igreja Católica. O homem foi colocado em uma relação pessoal com Deus, sem sujeitar-se à mediação do padre.

O movimento, suscitado pelos ideais de Lutero, ganhou notoriedade e incorporou teólogos como: João Calvino (1509-1564) e João Knox (1513-1572)⁸, dentre outros. Logo, através da aderência de inúmeros teólogos, as ideias de Lutero propagaram-se por todo o continente europeu. Calvino, por exemplo, amplificou a doutrina luterana e contribuiu para que o protestantismo fosse estendido por todo o mundo.

Gicélia Santos Costa versa que “[...] a propagação das ideias defendidas por Lutero e pelos demais teólogos se espalhou pelo mundo como rastro de pólvora e transformou a configuração religiosa dos lugares por onde passaram” (2018, p. 12). Destarte, vale dizer que no Brasil não foi diferente e assim como na Europa propiciou embates entre a Igreja Católica e os protestantes, estes no papel de defensores da ideologia defendida por Lutero.

Em um contexto de Contrarreforma⁹, em que a Europa Católica se empenhava em deter ou até mesmo suprimir o protestantismo, foi que as ideias protestantes passaram a ser divulgadas no Brasil, isto ainda no período Colonial do país. A primeira tentativa despontou na Baía de Guanabara, em 1555, a partir dos franceses. Já o segundo empreendimento ocorreu a partir de 1624 no Nordeste. Apesar de não alcançarem resultâncias triunfantes, ambas as tentativas deixaram resquícios da sua religiosidade. Assim, representando um ensaio para o que estava por suceder.

É necessário entender que a chegada do protestantismo ao Brasil insere-se em uma conjuntura na qual o país era, do ponto de vista político, “uma monarquia supostamente

⁸ Foi um religioso reformador escocês que liderou uma reforma religiosa na Escócia segundo a linha calvinista.

⁹ Para uma análise mais profunda acerca da Contrarreforma Católica indicamos a obra: MULLETT, Michael. **A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna**. Lisboa: Gadiva, 1985.

“esclarecida” e socialmente escravista” (MENDONÇA, 2007, p. 171). Já no campo cultural, encontraram uma cultura cabalmente destoante da sua, com a presença de uma dupla moral para o casamento e, extremamente, mágica e determinista. Além de que, possuía um calendário repleto de feriados, festas religiosas e dias santos, com mais espaço para o lazer do que para o trabalho.

Logo, em um cenário de transformações decisórias para a história o Brasil, como: a chegada da Família Real em 1808 e a abertura dos portos em 1810¹⁰, surgiram alianças políticas entre a Coroa Portuguesa e a Inglaterra. Em vista disso, foram assinados dois tratados, sendo eles: o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade.

Este último é o que melhor interessa às nossas discussões, visto que concedeu a todos os imigrantes protestantes residentes no Brasil uma certa liberdade de culto, podendo, até mesmo, construir templos com restrições quanto ao seu aspecto exterior. Como bem observa Rodrigues, “era a primeira vez que Portugal dava a uma potência estrangeira o direito de construir um templo Cristão com o culto da Reforma” (1904, p. 105). Vale acentuar que as capelas protestantes não podiam ter forma exterior de templo e nem poderiam utilizar sinos.

Isto posto, podemos aperceber que essas relações políticas da Coroa com a Inglaterra viabilizaram a inserção do protestantismo no Brasil, a partir de trâmites legais. Cabe dizer que o Tratado de Comércio e Navegação prescrevia que os estrangeiros, assim como os protestantes, não seriam perturbados ou perseguidos, tendo liberdade de culto. Todavia, estavam restritos a praticar sua religião em particular, excluindo qualquer possibilidade de proselitismo e requerendo zelo e respeito à religião oficial – o catolicismo.

A Constituição do Império do Brasil, promulgada em 1824, garantiu a todos os residentes o direito de praticar sua religião em particular. Acerca dessa, Mendonça (2008) acredita que tanto ela quanto a Constituição de 1891 corroboraram com a redução da hegemonia da Igreja Católica, em função disso os protestantes foram ocupando seu espaço e, apesar das restrições, espalharam sua propaganda religiosa a partir da Bíblia.

De acordo com Costa:

[...] até o ano de 1830, o Brasil recebeu em torno de 4.800 imigrantes, que se instalaram nas regiões Sul e Sudeste. Entre 1810 e 1840 chegaram anglicanos, luteranos (protestantismo de imigração), além de metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas (protestantismo missionário). [...]

¹⁰ Representou a descontinuação do Pacto Colonial e a abertura dos portos do Brasil às nações amigas de Portugal. A principal beneficiada foi a Grã-Bretanha.

ao longo dos anos, mais imigrantes chegaram ao Brasil e instalaram-se em São Paulo (1827), Santa Catarina (1828), Paraná (1829) e Rio Grande do Sul (1830). Os imigrantes que se fixaram no estado do Rio Grande do Sul fundaram escolas, igrejas e também zelaram pela manutenção do idioma e a conservação de sua fé, em meio a uma cultura adversa e a uma sociedade com uma religião tradicional. (2018, p. 13-14).

Reforçando esse entendimento, sobre os grupos protestantes destacados acima, a autora ainda sobreleva que os ligados ao protestantismo de imigração não possuíam intentos proselitistas. Enquanto os referentes ao protestantismo missionário tencionavam propagar a mensagem protestante no Brasil através da penetração em setores culturais e do expansionismo de suas igrejas. Observando as ações dos protestantes que se fixaram no Rio Grande do Sul, notabilizamos uma ocupação do espaço, a permanência de alguns de seus valores culturais, além de interferências socioculturais na malha urbana com suas igrejas, escolas e fé. Isto não foi diferente nos demais estados como Sergipe, por exemplo.

Para Costa (2018) a realidade em que se encontrava a Igreja Católica facilitou a penetração do protestantismo tanto no Brasil quanto em Sergipe, acerca desse abordaremos mais tarde. A autora ainda ressalta que a igreja perpassava por problemas estruturais, tais como: o envolvimento de padres em jogos de azar e bebedeiras, além das práticas de concubinato. Essas ações reprováveis por parte de alguns padres, ou seja, os desvios de conduta moral dos sacerdotes, contribuíram para o descrédito do clero e, portanto, com a propagação dos ideais protestantes.

Além disso, devido ao *galicanismo* e o *regalismo*, a Igreja Católica também enfrentava dificuldades. Assim, para Mendonça (2005), os protestantes cresceram significativamente. Logo, encontrando mais espaço, a partir dos impasses da hegemônica Igreja Católica. Com isso, penetrando localidades e perpetuando seus ideais.

Neste sentido, podemos depreender que, gradativamente, bloqueios que obstaculizavam a inserção e propagação do protestantismo no Brasil foram ruindo, assim, concebendo uma visão do protestantismo enquanto sinalizador do desenvolvimento. Também vale destacar que os defensores do protestantismo foram vistos por muito tempo como portadores da realização do mito do progresso. Entretanto, outra maioria os enxergava como sinônimos de atraso, como estrangeiros intrusos.

Outro fator que corroborou com a propagação religiosa do protestantismo no Brasil foi o trabalho dos *colportores* – vendedores ambulantes de Bíblia e material protestante, que eram agentes das Sociedades Bíblicas, base da cultura protestante. Eles desbravavam regiões

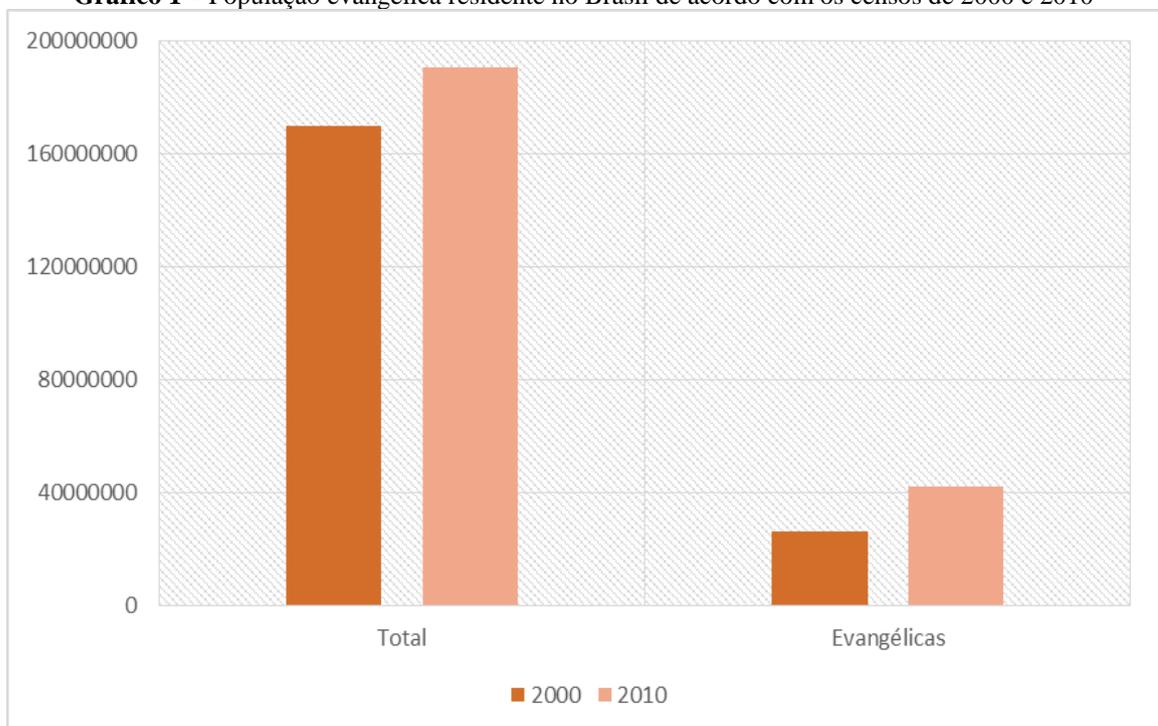
do Brasil encontrando pessoas e comunidades órfãs de sacerdotes. Dessa forma, as ações missionárias protestantes, graças aos *colportores*, já encontravam “[...] pessoas já familiarizadas com a leitura da Bíblia, favorecendo as conversões individuais e a formação de comunidades protestantes. (COSTA, 2018, p. 52). Isto, até mesmo em Sergipe.

Sobre os *colportores* também podemos dizer que:

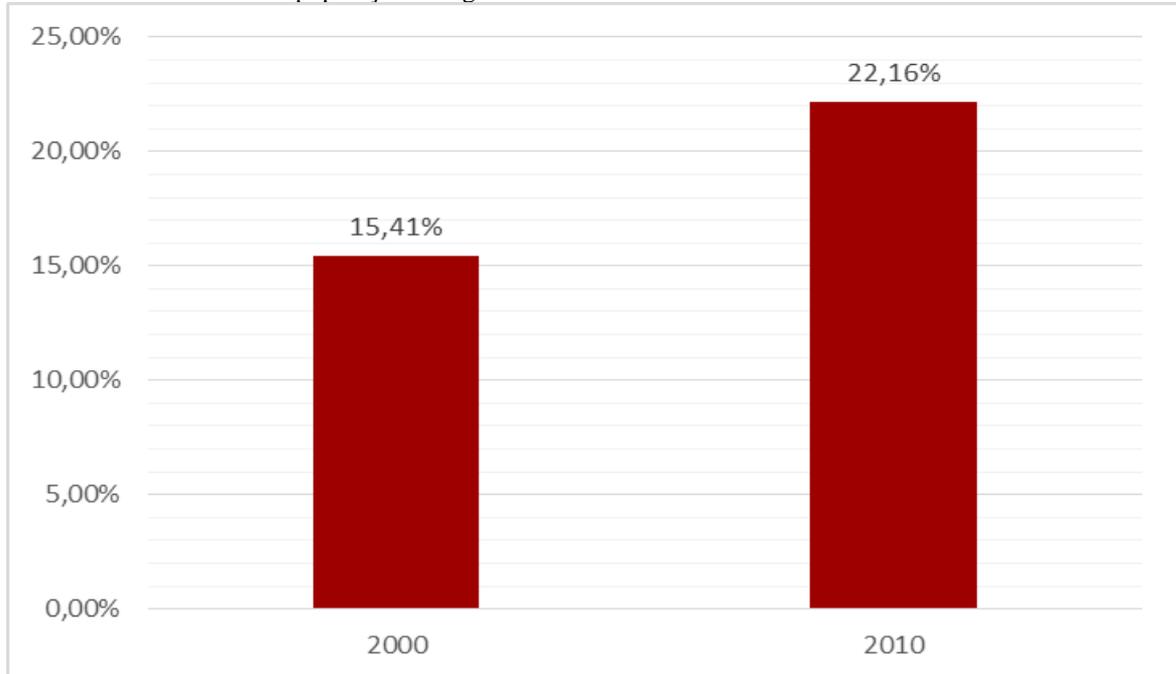
O colporteur, também chamado de mascate ou vendedor ambulante de impressos, é uma das figuras presentes na História do livro e da leitura, agente de difusão de saberes existentes e de práticas que serão clivadas pelos leitores após os usos feitos com o impresso. (NASCIMENTO, 2011, p. 242).

Ermerson Portos Santos (2017), dialogando com René Decol, aponta que no Brasil, em 1960, cerca de 2.824.775 pessoas declaravam-se evangélicas. Já em 1970 o número de professantes correspondia ao total de 4.814.728 pessoas. Ainda sobreleva que na década de 1990 houve um crescimento de 48% no número de fieis evangélicos no Brasil a cada dez anos, indicando um quantitativo de 13.189.285 aderentes.

Gráfico 1 – População evangélica residente no Brasil de acordo com os censos de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Gráfico 2 – Percentual da população evangélica residente no Brasil de acordo com os censos de 2000 e 2010

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, de acordo com o censo de 2000, com uma população de 169.872.856 pessoas, cerca de 26.184.941 declaravam-se evangélicas (ver gráfico 1), representando 15,41% da população total (ver gráfico 2). Enquanto, conforme apresenta o censo de 2010, números destacados no gráfico acima, em uma população total de 190.755.799 pessoas, o número de adeptos do protestantismo passou a simbolizar 22,16% da população brasileira (ver gráfico 2), totalizando um número de 42.275.440 evangélicos no país (ver gráfico 1).

Ainda a partir dos gráficos apresentados acima, podemos perceber que, apesar da hegemonia do catolicismo – segundo o IBGE, censo de 2010, seus adeptos representam 64,63% da população brasileira, ou seja, 123.280.172 pessoas –, são significativos também os números que representam a população protestante/evangélica no Brasil. Especialmente quando observamos o crescimento percentual ascendente do número de adeptos ao protestantismo no Brasil a partir da década de 1990. Este aumento expressivo, para Santos (2017), é consequência do impulso que a pregação protestante conquistou com a chegada de novos grupos, os pentecostais, e a expansão dos tradicionais. Destarte, sucedendo uma maior difusão e disseminação dos ideais protestantes.

A primeira onda do pentecostalismo, segundo Gonçalves (2016), chegou ao Brasil através de dois missionários suecos expulsos da Igreja Batista e que fundaram a Igreja

Assembleia de Deus, em 1911, em Belém do Pará. Bem como através da chegada, na cidade de São Paulo, da Igreja Congregação Cristã no Brasil, fundada em 1910 por Louis Francescon, ex-presbiteriano.

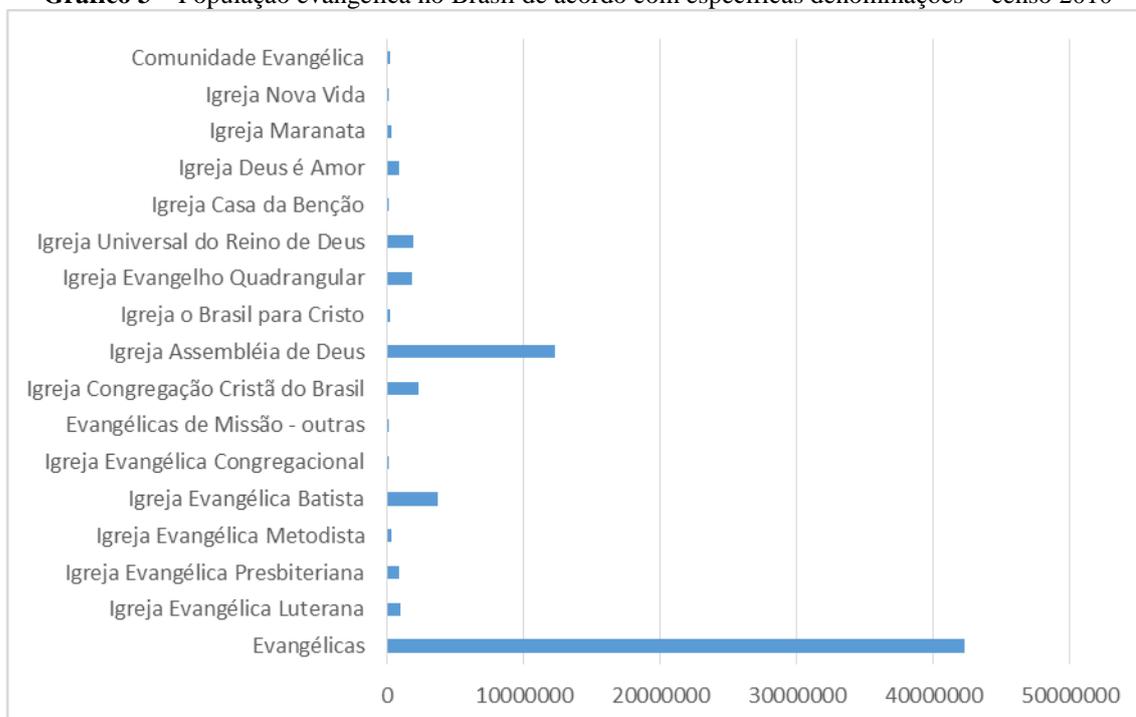
Gonçalves (2016) ainda discorre que os deuteropentecostais foram o segundo tipo de igrejas pentecostais que surgiram no Brasil e que começaram a ser implementadas na década de 1950. Destaca: a fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada em 1951 na cidade de São João da Boa Vista, no estado de São Paulo. Também surge no Brasil, na segunda metade dos anos de 1970, a terceira onda do pentecostalismo – denominada neopentecostal.

São consideradas igrejas neopentecostais a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 no Rio de Janeiro; a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 também no Rio de Janeiro; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás; a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1986 em São Paulo; e a Igreja Mundial do Poder de Deus, fundada em 1998 em São Paulo. Trata-se de igrejas fundadas por pastores brasileiros, constituindo essas as principais denominações neopentecostais no Brasil. (GONÇALVES, 2016, p. 62).

Ricardo Mariano (2012) constata que os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, creem que Deus, através da exaltação do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua procedendo da mesma maneira que no cristianismo primitivo, isto é, curando enfermos, afastando espíritos malignos, promovendo milagres, dividindo bênçãos e dons espirituais, dialogando com os seus seguidores etc. Em consonância com Gonçalves (2018) cabe dizer que as igrejas neopentecostais são influenciadas pela Teologia da Prosperidade.

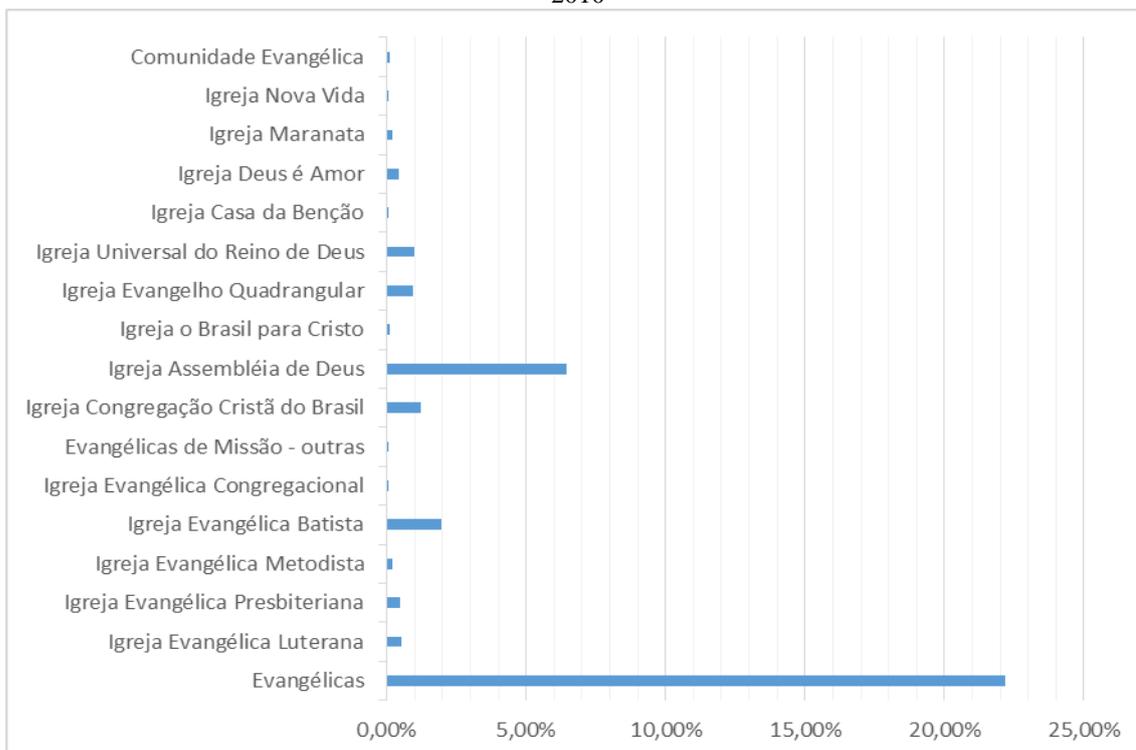
Como apercebemos nas discussões feitas anteriormente, existe uma enorme diversidade de denominações protestantes, sejam pentecostais ou tradicionais. Sendo assim, utilizando como fonte os dados obtidos no último censo populacional, de 2010, alcançados pelo IBGE, os gráficos que serão expostas, a posteriori, revelam a representação do segmento evangélico no Brasil nos últimos anos. No gráfico 3 observamos de maneira mais detalhada os números de indivíduos protestantes/evangélicos das diferentes denominações, já no gráfico 4 verificamos os percentuais dos adeptos dessas denominações. No que concerne aos dados aludidos, a seguir, é plausível identificar o predomínio da Assembleia de Deus, com uma população de 12.314.410 (ver gráfico 3), o que corresponde a um percentual pouco mais de 6% (ver gráfico 4) da população evangélica do Brasil. Isso entendendo apenas os 22% da população protestante do país, o que significa quase um quarto dessa população.

Gráfico 3 – População evangélica no Brasil de acordo com específicas denominações – censo 2010



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Gráfico 4 – Percentual da população evangélica no Brasil de acordo com específicas denominações – censo 2010



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo Mendonça (2005), apesar de entender que as religiões universais assimilam traços das culturas locais, o protestantismo chegou ao Brasil e permaneceu sendo um protestantismo norte-americano, não se identificando à cultura brasileira, conservando sua dependência teológica e suas matrizes denominacionais.

O protestantismo no Brasil acabou sendo produto essencialmente de missões que, sendo tardias, já não encontraram espaço na cultura brasileira. O espaço já estava ocupado pela religião do conquistador. Assim, não participando da formação da cultura brasileira, veio a ser um estranho permanente. E permanece sendo. (MENDONÇA E VELÁSQUES, 1990, p. 135).

Diante disso, podemos problematizar e, até mesmo, observar que muito se deve ao fato da Igreja Católica estar inserida na história brasileira desde a chegada dos portugueses, a partir dos missionários ainda em 1500. Desse modo, contribuindo, ativamente, com a construção da cultura e influenciando nas esferas sociopolíticas do país. Sendo, inegavelmente, a principal instituição religiosa corroboradora da construção da identidade nacional. Conquanto, não podemos negar que o protestantismo é parte da diversidade religiosa do Brasil, também fruto de processos migratórios e missionários. Logo, representa uma parcela significativa da população brasileira, a qual é culturalmente miscigenada.

Realizado esse breve histórico sobre o protestantismo no Brasil, neste momento, o propósito é focalizar na presença protestante em Sergipe, compreendendo seu processo de inserção e suas estratégias de atuação, perpetuação e evangelização no estado. Com uso de vias como: a educação, os protestantes intentaram fixar-se em terras sergipanas. Mas esse processo de implementação do protestantismo em Sergipe não esteve imune a conflitos entre protestantes e católicos, como também se verificou no cenário nacional, principalmente, a partir dos jornais.

1.3 A Inserção e Atuação Protestante em Sergipe

A inserção do protestantismo em Sergipe está diretamente ligada à imersão do protestantismo no cenário nacional, isto é, no Brasil. É preciso, portanto, compreender que o ingresso dos ideais protestantes em Sergipe insere-se em um contexto de hegemonia e

conflitos da Igreja Católica com o Estado, bem como de problemas estruturais e eclesiásticos da Igreja Romana.

A chegada dos protestantes em Sergipe ocorreu na segunda metade do século XIX, em 1884, em Laranjeiras, a partir dos desdobramentos de uma missão norte-americana protestante. Este, portanto, é o marco da construção de uma identidade religiosa, que a exemplo do catolicismo, fincou raízes em bens culturais de ordem material e imaterial.

É a partir de 1839 que começou a ser notada a presença de imigrantes alemães em Sergipe, especialmente nas cidades de Laranjeiras e Maruim, eles praticavam seu culto de maneira particular em casas destinadas a essa ação. Em vista disso, segundo Nascimento (2004), esses grupos eram tolerados pela Igreja Católica, pois não representavam ameaça para a mesma. À vista disso, como no contexto nacional, recebiam apoio do imperador.

Nascimento afirma que “no ano de 1884 missionários presbiterianos norte-americanos instalaram definitivamente o protestantismo em Sergipe” (2003, p. 157). Ainda completa que como consequência disso foi organizada, em Laranjeiras, a primeira igreja protestante e a Escola Americana. Enfatizamos que, duas décadas anteriores a essas implementações, Sergipe já presenciava a existência de *colportores* em suas terras, os quais prepararam o terreno para os missionários.

Assim como no Brasil, para Costa (2018), no Estado de Sergipe o trabalho realizado pelos *colportores* a partir da venda de bíblias e folhetos e os problemas estruturais que a Igreja Católica passava, como: a precária condição econômica da igreja, além dos comportamentos reprováveis por parte dos padres, a exemplo do envolvimento em jogos de azar e alcoolismo, foram fatores que corroboraram com a penetração do protestantismo no estado. Além de que tal afirmação faz-nos pensar e verificar que a hegemônica Igreja Católica encontrava-se abalada.

Notabilizamos que os estudos acerca da inserção do protestantismo em Sergipe estão ligados, de maneira direta, com as pesquisas historiográficas acerca do presbiterianismo e sua atuação no estado. Muito se deve ao fato dos mesmos terem sido precursores na evangelização em Sergipe, pois a partir de Laranjeiras difundiram trabalhos evangelísticos em sítios, fazendas, usinas e cidades. Alexander Latimer Blackford (1829 – 1890)¹¹, por exemplo, foi o primeiro missionário presbiteriano e que implementou o presbiterianismo em

¹¹ Cunhado e sucessor de Simonton; implantador do presbiterianismo em São Paulo.

Laranjeiras, tendo como substituto o reverendo John Benjamin Kolb (1886-1892)¹², enviado a Sergipe para dar continuidade aos trabalhos evangelísticos iniciados por Blackford.

Para Nascimento (2003), Laranjeiras, também conhecida na época como a Athenas Sergipana, foi escolhida como palco inicial devido seu desenvolvimento cultural e econômico, pois era considerada uma cidade próspera. Assim, escolhendo lugares mais afastados dos centros urbanos, os presbiterianos se desenvolviam e difundiam suas ideias nas povoações circunvizinhas.

Escolhida como ponto de partida para propagação do ideário protestante, Laranjeiras também recebeu, em 1892, a presença do Reverendo Woodward Edmund Finley, enviado para substituir Kolb. Desse modo, imbuído de continuar com os trabalhos iniciados por Kolb na Escola Americana e nos trabalhos missionários. Cabe dizer que “Finley prosseguiu expandindo o trabalho para lugares ainda mais distantes, penetrando no agreste sergipano” (NASCIMENTO, 2004, p. 129).

Vale salientar que, além de comandar a escola, de acordo com Costa (2018), Kolb preocupou-se em ampliar as atividades evangelísticas para localidades como: Campo do Brito, Riachão, Itabaiana, Boquim e Lagarto. Acerca dessa última, a autora ainda ressalta que com a conversão de um comerciante ambulante em 1893, o Manuel Filizardo Pereira, a introdução do presbiterianismo na cidade foi facilitada, pois o mesmo transformou sua casa em local de culto.

Nesse processo de expansão e propagação do ideário protestante em Sergipe, sobrelevamos que:

A estratégia utilizada era “atingir cada sítio, visando alcançar as famílias, que geralmente eram compostas de muitos membros.” Pois quando os chefes de família convertiam-se, “em geral seus filhos e esposas eram também recebidos por livre convicção”. (NASCIMENTO, 2004, p. 129).

Partindo desse pressuposto, observamos que as conversões de nomes importantes nas localidades, como o de Manuel Filizardo Pereira, bem como dos chefes familiares, constituíam-se como relevantes estratégias de divulgação e fixação do protestantismo em

¹² Com seus trabalhos evangelísticos, segundo Costa (2018), tornou-se o primeiro obreiro residente no Estado de Sergipe, bem como se preocupou com a expansão da fé, fazendo missão em diversas regiões do estado, ao ponto que, em 02 de abril de 1892, inaugura a Casa de Oração Presbiteriana no povoado Lavandeiras. Além de que, se direcionou ao combate do analfabetismo em Laranjeiras e, em conformidade com a lei de 1863 – que permitia que pastores realizassem casamentos, tirando o papel, até então, exclusivo da Igreja Católica para com as cerimônias matrimoniais –, realizou em 1888 o primeiro casamento acatólico.

Sergipe. Fortalecendo essa perspectiva, também temos o exemplo de Antônio Torquato, o qual também transformou sua casa em local de culto.

Considerando que a cidade de Aracaju apresentava características promissoras, veremos que surgem possibilidades de transferir a Escola Americana para o seu território. Por isto, em 6 de fevereiro de 1899, segundo Nascimento (2004), a escola foi transferida para a capital sergipana. Nesse cenário, surge em Laranjeiras um novo personagem: Bixler (1862-1952), incumbido de substituir Finley, que havia sido transferido para Aracaju, juntamente, com a Escola Americana.

Dando prosseguimento aos trabalhos em Laranjeiras, Bixler viajou pelo interior do estado sergipano e abriu trabalhos em muitos locais. Como arquétipo, temos: Lagarto (Urubutinga), Frei Paulo, Simão Dias e Riachão do Dantas. Além disso, foram organizados em Estância “[...] 15 pontos regulares de reuniões, quatro igrejas organizadas com 171 comungantes e uma média de frequência de 500 pessoas. Ainda funcionavam três escolas dominicais num total de 100 membros” (NASCIMENTO, 2004, p. 140).

Bixler em 1911 organizou uma igreja em Simão Dias, na casa da professora Gregória do Prado Dantas, que possuía 54 membros. Ainda vale destacar que o trabalho evangelístico se desenvolveu em Frei Paulo a partir dos presbiterianos, diante da conversão de Domingues José Ferreira, o qual organizou uma congregação e uma escola primária que mantinha financeiramente. Aqui também podemos visualizar mais dois exemplos que confirmam que a conversão de figuras locais colaborava com o desenvolvimento do protestantismo no local, seja pelo seu apoio, ajuda nas organizações ou até a concessão de suas casas para tornarem-se locais de culto.

Em meio a esse processo de disseminação do protestantismo em Sergipe, a partir do presbiterianismo, insere-se nesse percurso a capital do estado – Aracaju. Nascimento (2004) expôs que em 13 de dezembro de 1901 foi organizada a primeira igreja protestante na capital, organizada por Finley em conjunto com George W. Cabe denotar que, a partir de 1910, o Reverendo Rodolpho Fernandes tornou-se responsável pela igreja em Aracaju. Enquanto Bixler estabelecia novas congregações em Umbaúba, Entre Rios (povoado de Tobias Barreto), Boquim e Pau Grande (povoado de Santa Luzia).

Para Nascimento (2004) por quase três décadas o trabalho de evangelização protestante esteve, exclusivamente, sob o comando dos presbiterianos, desde sua chegada em 1884. Todavia, em 19 de setembro de 1913, sob a direção do Reverendo Horácio Gomes, foi

organizada a primeira igreja de denominação Batista em Sergipe. A autora também discorre que o templo foi inaugurado em 25 de julho de 1920 (ver figura 1), com a presença dos Reverendos: Etíquio Vasconcelos, Rodolpho Fernandes e Carlos F. Stapp.

Figura 1 – Um dos primeiros registros fotográficos da Primeira Igreja Batista de Aracaju, com alguns de seus membros em frente ao templo em 1921



Fonte: Jabes Nogueira Filho. Disponível em: <http://jnescrevinhando.blogspot.com.br/2016/03/aracaju-anotacoes-historicas.html>. Acesso em: 07. Nov. 2019.

Matos (2011) diz que em 1882 foi fundada a Primeira Igreja Batista no Brasil, mais especificamente, em Salvador, na Bahia. Também ressalta que o primeiro membro e pastor batista brasileiro foi o Antônio Teixeira de Albuquerque, ex-padre. Já a Convenção Batista Brasileira, órgão máximo da denominação Batista no Brasil, a qual tem o papel de unificar os esforços Batista no Brasil, foi organizada no dia 24 de junho de 1907, em Salvador, na Primeira Igreja Batista da Bahia.

A respeito dos batistas em Sergipe, ainda na primeira década do século XX, mais precisamente em 1913, deslocam-se, para Aracaju, protestantes da Igreja Batista de Penedo, Alagoas. Dessa forma, iniciava o percurso da inserção batista em terras sergipanas. Natividade (2013) relata que essa inserção teve seu início a partir de um pequeno grupo, o qual objetivava levar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo, defendendo que só Jesus salva e objetivando, segundo “*O Jornal Batista*”, organizar uma igreja batista em Aracaju.

Ainda em 1913 foi instalada a Primeira Igreja Batista de Aracaju (PIBA), como vimos anteriormente.

Os primeiros fiéis da denominação batista em Sergipe começaram a se reunir na residência de Manoel do Espírito Santo, posteriormente, instalaram-se na residência de João dos Passos Oliveira, na Rua de São Cristóvão entre Capela e Santo Amaro, no centro Aracaju, local de organização, até então oficial, da Primeira Igreja Batista de Aracaju - fato registrado em 19 de setembro de 1913 - com 13 membros fundadores, praticamente duas famílias oriundas de Penedo, acrescidos de mais três outros membros. (*O JORNAL BATISTA*, 2013, p. 8).

Respaldados pelo texto supracitado, podemos compreender que assim como os presbiterianos, salvando as diferenças, os batistas utilizaram-se de residências pessoais de conversos para seus primeiros trabalhos. Logo, demonstra-nos uma importante estratégia e ferramenta de inserção e fixação protestante em terras sergipanas.

Em 1920, com a colaboração do missionário Stapp, o grupo batista, após transitar por algumas casas alugadas, conquistou em definitivo um endereço, estabelecendo-se na Rua Lagarto continuando no centro da capital, entre as ruas Laranjeiras e Própria.

O trabalho evangelístico batista frutificou e, entre 1920 e 1930, foram organizadas mais 7 igrejas, marcos da expansão batista no Estado de Sergipe. Em conformidade com “*O Jornal Batista*” destacamos que foi nos respectivos municípios que as igrejas foram fundadas: Propriá e Neópolis (1924), Primeira Igreja Batista Brasileira de Aracaju (1925), Maruim (1926), Nossa Senhora das Dores e Itabaianinha (1933) e Segunda Batista de Aracaju em 1934. De acordo com Natividade (2013), as igrejas batistas, em 1960, já estavam presentes em mais de 60% do estado sergipano.

Os batistas em Sergipe, até a organização de sua Convenção própria, estavam amparados pelas convenções de Pernambuco e Alagoas, respectivamente. Somente em 1946, por iniciativa do doutor e missionário norte-americano David Mein, foi fundada a Convenção Batista de Sergipe (CBS). No contexto de instalação da CBS, esta iniciou “com um pequeno Ambulatório de Análises Clínicas funcionando na PIB de Aracaju, para atender aos membros das igrejas e a comunidade em geral” (*O JORNAL BATISTA*, 2013, p. 8). Aqui podemos enxergar a preocupação social dos batistas, para além da promoção do Reino de Deus e da mensagem protestante.

Desde seu período de inserção até hoje, os batistas empenharam-se em espalhar templos no interior e na capital, implementaram ações como o Centro de Amizade, em 1965,

instituíram escolas como o Colégio Americano Batista em 1951, bem como promoveram campanhas e seminários. Além disso, geraram diversos trabalhos sociais através das igrejas. Destarte, constatamos a evolução e importância social, religiosa e política dos batistas em solo sergipano.

Vale realçar que no ano de 2013, data do centenário da Igreja Batista em Sergipe, podemos observar que seu crescimento permaneceu ascendente, dado que contabilizava “mais de 70 igrejas e 79 congregações organizadas em Sergipe, com uma estatística que ultrapassa 8.080 membros” (*O JORNAL BATISTA*, 2013, p. 8). Também destacamos que na figura 2 podemos observar a fachada atual da Primeira Igreja Batista de Aracaju.

Figura 2 – Fachada atual da Primeira Igreja Batista de Aracaju



Fonte: Disponível em: http://photos.wikimapia.org/p/00/02/43/48/70_full.jpeg. Acesso em: 07. Nov. 2019.

Prosseguindo nas reflexões acerca dos elementos que contribuíram para a inserção do protestantismo em Sergipe, Costa (2018) alertou-nos que o jogo de poder e disputas entre o Império e o papado suscitou discussões em torno da cisão entre o Estado e a Igreja, transformando-se em uma verdadeira guerra. Frente a esse panorama, ainda segundo a autora, a hegemonia da Igreja Católica diminuiu quando o Estado sancionou a lei do casamento misto entre católicos, cedendo o poder de realizar atos com efeitos civis aos pastores protestantes.

[...] no dia 7 de janeiro de 1890, de acordo com o decreto de nº 119-A, o Estado separa-se da igreja, ficando proibida a intervenção da autoridade federal e dos estados federados, assegurada a liberdade de culto, decretada a extinção do regime do padroado, reconhecimento jurídico e autorização para construção de templos de qualquer credo religioso (Livro da Cúria da Diocese de Aracaju, 1949, p.24). (COSTA, 2018, p. 44).

No tocante à separação entre a Igreja e o Estado, como vimos acima, o decreto possibilitou e assegurou uma liberdade religiosa aos diversos credos religiosos, entre eles o protestantismo. Assim, é bem verdade que a quebra da hegemonia Católica no Brasil promoveu aberturas para a disseminação do protestantismo.

Observamos que em Sergipe não foi diferente, uma vez que a ação instituída pelo decreto de nº 119-A, promovendo licença de culto, foi comemorada nos jornais, tanto que “[...] foi noticiado que os adeptos do protestantismo em Laranjeiras receberam satisfeitos os decretos da separação da Igreja do Estado, fazendo subir ao ar muitas girândolas e foguetes. (*O Republicano*, 16 de janeiro de 1890)” (COSTA, 2018, p. 44).

Desta feita, vemos que a quebra da hegemonia da Igreja Católica, as presenças de fissuras deixadas pela mesma, em decorrência de problemas estruturais e eclesiásticos, bem como a ruptura da aliança entre Estado e Igreja Católica, constituíram-se como motores que viabilizaram a propagação e o fortalecimento dos ideais protestantes em Sergipe, mas também em outros estados.

Aprofundando nosso debate, salientamos que a escassez de sacerdotes católicos e o isolamento de muitos fieis, principalmente em regiões rurais, contribuíram para que o protestantismo encontrasse inúmeros simpatizantes a partir da divulgação de sua mensagem nos campos e nas cidades. Assim, atendendo aos interesses de diversos grupos sociais até então esquecidos.

Aproveitando essa discussão a respeito do isolamento geográfico de muitas regiões, avançando nesse debate, Mendonça (2008) atenta-nos que o culto protestante realizava-se em qualquer lugar, seja abaixo de uma árvore, seja na casa de um dos membros da comunidade, sem exigências específicas de local, como: capelas. Baseando-nos nessa afirmativa, aqui podemos observar outro elemento que favoreceu a presença protestante, pois a flexibilidade do culto e de sua liturgia, sem exigências espaciais para sua realização, possibilitavam a inserção da sua pregação e a divulgação de seus ideais sem formalidades e tradições.

Outra questão que facilitou a propagação da doutrina protestante em Sergipe, bem como no Brasil como um todo, deu-se ao fato, segundo Andrade (2010), das paróquias do

interior receberem somente uma visita clerical por ano, pois não disponibilizavam de um clérigo residente e muitas vezes um único vigário atendia mais de uma freguesia. Logo, esse aspecto demonstrou-nos a ocasionalidade da presença de padres, especialmente nos cenários rurais e a falta de assistência sacerdotal por parte dos clérigos.

Destarte, transportando essa visão para a realidade sociocultural de Sergipe, na qual indivíduos viviam em engenhos e afastados no campo rural, pudemos descortinar mais um fator que contribuiu para a propagação do protestantismo em Sergipe. Essas visitas ocasionais dos párocos, por exemplo, também facilitaram a penetração das mensagens protestantes e a aderência de muitos fieis a sua mensagem religiosa em nosso estado.

Frente às ponderações realizadas até aqui, é cabível acrescentar que, apesar do despertar espiritual por parte de alguns indivíduos e a filiação ao protestantismo, seus propagadores e adeptos não ficaram imunes às perseguições. Aqui ressaltamos a exclusão de não católicos e seu sepultamento em cemitérios, em razão destes encontrarem-se sob a administração da Igreja Católica. Em Sergipe, por exemplo,

A exclusão do sepultamento dos protestantes era registrada de forma clara, conforme o anúncio do Jornal “O Laranjeirense”, onde foi relatado o falecimento da Sra. Antônia, filha de Lourenço, que não foi sepultada no cemitério dos católicos, por pertencer à religião protestante (*O Laranjeirense*, 12 de dezembro de 1888). (COSTA, 2018, p. 63).

Se observarmos o explicitado acima, podemos vislumbrar que a Igreja Católica estava, extremamente, incomodada com a perda de sua hegemonia, bem como com o crescimento de outras religiões adversas a sua doutrina, antes inabalada.

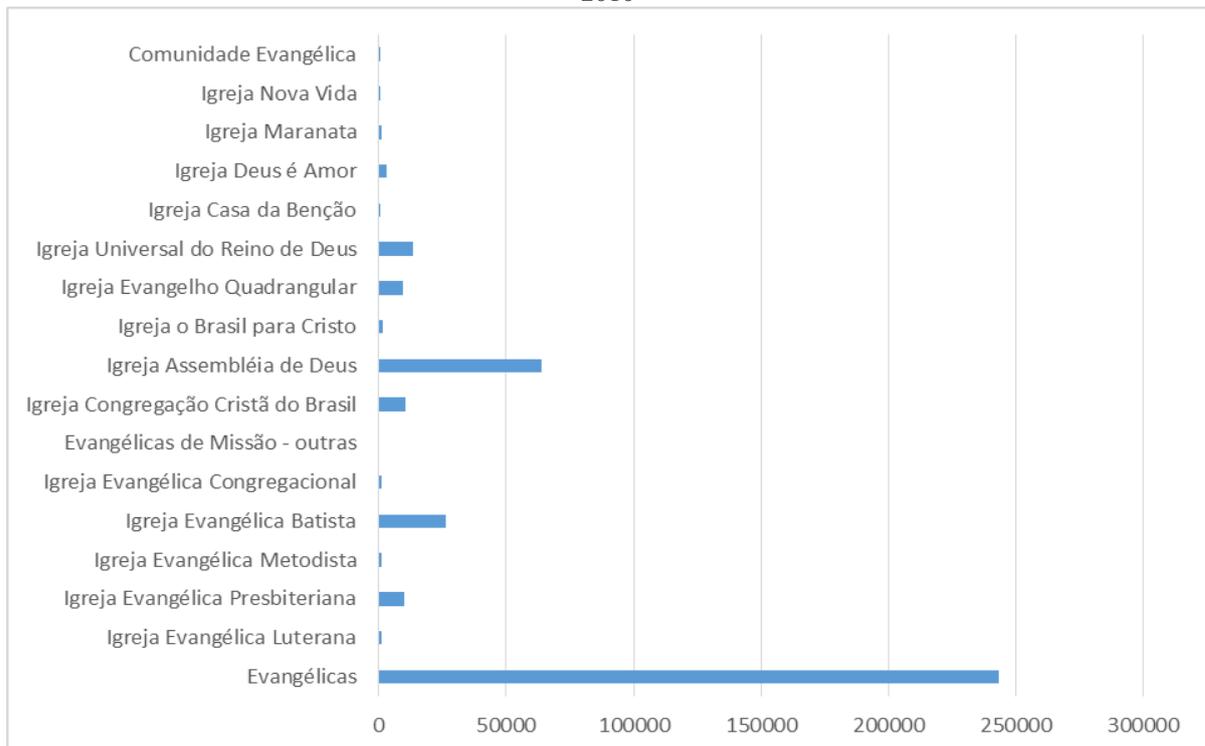
Afora as privações nos sepultamentos, Costa (2018) evidencia que as perseguições aos seus filhos nas escolas era outro problema enfrentado pelos protestantes. Assim os obrigando a construir escolas para atendê-los. Além disso, termos como herege¹³ eram atribuídos aos protestantes pela sociedade católica, pois os considerava membros de uma seita¹⁴. Um exemplo dessas perseguições em Sergipe foi o caso de “Samuel de Oliveira, que

¹³ Esse adjetivo era atribuído pelos católicos aos protestantes por considerar que eles professavam uma heresia, isto é, praticavam doutrinas contrárias aos dogmas concebidos pela Igreja Romana, questionando e contradizendo as verdades apregoadas pelo catolicismo romano.

¹⁴ Termo, normalmente, empregado a uma doutrina que, propagada por um grande número de pessoas, se afasta ou diverge de certa forma de outra doutrina principal. Logo, do ponto de vista da Igreja Católica, os adeptos do protestantismo configuravam-se como uma seita. Dado que divergiam do tradicional, isto é, do catolicismo.

por deixar o Catolicismo sofreu represália ao tentar embarque no porto da cidade de Laranjeiras” (COSTA, 2018, p. 84).

Gráfico 5 – População evangélica no Estado de Sergipe por denominações específicas de acordo com o censo de 2010



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em congruência com o censo do IBGE, anteriormente apontado (ver gráfico 5), esses dados revelam que a população protestante/evangélica em Sergipe representa um número de 243.330 pessoas para uma população total de 2.068.017. Tendo a Igreja Evangélica Assembleia de Deus com 63.970 fieis, a Igreja Evangélica Batista com 26.352 seguidores, seguida da Igreja Universal do Reino de Deus com 13.302, Congregação Cristã no Brasil com 10.354, a Igreja Evangélica Presbiteriana com 9.967 e, por último, com 9.338 fieis a Igreja do Evangelho Quadrangular. Logo, notabilizamos que são essas as instituições com números mais expressivos de adeptos ao protestantismo em nosso estado.

Em vista da enorme diversidade religiosa das denominações protestantes em Sergipe, neste momento nossa pesquisa buscará apontar um breve histórico acerca da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão. Essa instituição, juntamente à Igreja Evangélica Presbiteriana e a Igreja Evangélica Batista, já discutidas neste trabalho, foram selecionadas

devido aos seus expressivos números de fieis no Estado de Sergipe bem como devido ao acesso às fontes.

Em relação à Assembleia de Deus, a princípio é plausível destacar que sua presença no Brasil, desde 1911, representa um dos marcos da primeira onda do movimento pentecostal no país, através dos missionários suecos: Gunnar Vingren (1879 – 1933) e Daniel Berg (1884 – 1963). Inicialmente, os trabalhos evangelísticos da Assembleia de Deus perpassaram pelas regiões Norte e Nordeste, crescendo rapidamente e se espalhando por todo o Brasil. De acordo com Gonçalves (2016), a doutrina interna dos assembleianos entende que a Igreja representa um corpo, imbuído de levar a mensagem do Evangelho, promovendo a salvação, procurando dar ênfase para o Espírito Santo. É neste aspecto que os assembleianos orientam sua unidade enquanto igreja.

12 Porque assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo.

13 Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito.

14 Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos.

27 Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo.

28 A uns estabeleceu Deus na igreja, principalmente, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres; depois, operadores de milagres; depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas. (NOVO TESTAMENTO, CORÍNTIOS, CAPÍTULO 12, p. 1162-1163, 2010).

Empenhados de um ideal proselitista¹⁵, conforme Mafra (2001), os assembleianos seguindo processos migratórios, avançaram da região Norte para o Sudeste. Desse modo, a autora discorre que a Assembleia de Deus se consolidou como a mais eminente igreja pentecostal, devido à estratégia de acompanhar os fluxos do público trabalhador. Nesse contexto, podemos começar a entender a inserção desse grupo no estado sergipano.

Sendo assim, destacamos que a Assembleia de Deus chegou a Sergipe no ano de 1927, através do sargento Ormínio, pregador pentecostal. Mas, de acordo com Teixeira, “[...] os assembleianos consideram o dia 18 de fevereiro de 1932 a data oficial da fundação da Igreja Assembleia de Deus em solo sergipano” (2014, p. 44).

¹⁵ Isto é, o intento, diligência, zelo e empenho de converter uma ou várias pessoas, ou determinados grupos, a uma determinada causa, ideia ou religião, neste caso ao protestantismo.

Vale salientar que, a priori, implementou sua sede na Avenida Maranhão e transferiu-se para o bairro Siqueira Campos, Rua Bahia, em 1935, onde ainda hoje encontramos a sede da Assembleia de Deus Missão no Estado de Sergipe (ver figura 3).

Figura 3 – Fachada atual do Templo Central da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Missão em Aracaju/SE



Fonte: Disponível em: <https://jacorodriguessantiago.blogspot.com/2017/07/coral-vozes-de-jubilo-comemora-71-anos.html>. Acesso em: 12. Nov. 2019.

Em todo seu processo de consolidação, a Assembleia de Deus expandiu-se pela capital e interior. Segundo Santos, “A Revista *Jubileu de Ouro da Assembleia de Deus no Estado de Sergipe* (1982, p.12) informa que a partir de 1955 e até 1979 foi construído mais nove templos na capital” (2017, p. 61). Isto nos respectivos bairros: Lamarão, Santo Antônio, América, Jardim Centenário, Santos Dumont, Ponto Novo, Atalaia e 18 do Forte. O autor também ressalta que nesse mesmo período a Assembleia de Deus expandiu-se para o interior, fixando-se em municípios como: Própria, Carmópolis, Ilha das Flores, Brejo Grande, Maruim, Santa Rosa de Lima, Lagarto, Malhador, Campo do Brito, Carira entre outros.

Feitas essas considerações, percebemos que discutir sobre a presença protestante em Sergipe, conseqüentemente do protestantismo, também é versar acerca da chegada das principais instituições protestantes no estado, suas incursões e trabalhos evangelísticos. Isto feito, concluímos que tais denominações, já debatidas nesse subcapítulo, corroboraram com a

inserção e a atuação do protestantismo em Sergipe, acompanhando o desenvolvimento e expansão territorial do estado desde o final do século XIX até o hodierno, evangelizando, agregando novos fieis e implementando templos em diversos locais da capital e do interior.

Em conformação com as discussões acima, podemos testemunhar que Sergipe na segunda metade do século XIX, apesar da sua pequena população de maioria analfabeta, voltada ao trabalho pastoril e agrícola, acompanhou os movimentos culturais do país, como a chegada de uma nova mentalidade religiosa, isto é, o protestantismo, que rompia com a predominância do catolicismo.

Nascimento (2004), em concordância com Vieira, versa que, por qualquer razão, as substanciais contribuições do protestantismo ao desenvolvimento do Brasil do século XIX têm sido negligenciadas pelos historiadores brasileiros. Mas, sabemos que é irrefutável que essa presença suscitou transformações sociais, culturais e políticas tanto no Brasil quanto em Sergipe.

Nesta pesquisa não nos propomos a dissertar acerca de uma história totalizadora da presença do protestantismo em Sergipe, visto que são relativamente recentes os estudos científicos a respeito desse grupo religioso. Aqui apenas debatemos o protestantismo em Sergipe para situarmo-nos diante da pesquisa, valendo um aprofundamento mais esmiuçado na história protestante em Sergipe. De qualquer forma, nesse subcapítulo vislumbramos que inúmeros elementos favoreceram a inserção, atuação e permanência dos protestantes em Sergipe, e conseqüentemente, possibilitaram sua ascensão social, mesmo diante das perseguições e contenções a eles impostos.

A posteriori, veremos que no processo de inserção e atuação protestante no Estado de Sergipe, os protestantes enquanto agentes históricos e culturais utilizaram-se de algumas ferramentas propagandistas de divulgação de suas ideias, bem como de defesa dos seus ideários e fixação de suas instituições. Nesse rol temos: a distribuição de impressos, a criação de jornais e escolas etc.

1.3.1 Educação

Em um contexto de busca por expansão e implementação do protestantismo tanto no Brasil quanto em Sergipe, a educação protestante surgiu como importante peça nessa

engrenagem, dado que a carência de instrução da população dificultava o aprendizado dos ideais protestantes. Em vista disso, “as escolas paroquiais foram instrumentos necessários para a implantação e permanência do protestantismo em qualquer lugar” (MENDONÇA, 2008, p. 149). Destarte, oferecendo uma instrução mínima para a inserção do protestantismo.

Costa (2018) revela-nos que, já na época da Reforma Protestante, a educação já fazia parte do ideário dos reformadores, visto que defendiam o acesso de todos ao conhecimento do Livro Sagrado, o ensinamento da palavra revelada de Deus era imprescindível para o entendimento da verdade. Logo, universidades e colégios foram fundados para tal finalidade, como a Academia de Genebra, criada por João Calvino em 1559, que tinha como uns dos principais objetivos a formação de jovens para o exercício prático do ministério e a consolidação da religião reformada.

Podemos observar nessa ação que, assim como a Igreja Católica fez uso do catecismo¹⁶, os protestantes utilizaram-se de ações educativas para fortalecimento de seus ideais e em defesa de seus princípios. Para tanto, Mendonça afirma que a “[...] educação das crianças dentro dos princípios protestantes seria a garantia da permanência e do progresso do protestantismo” (MENDONÇA, 2008, p. 153). Assim, formando uma nova geração que permitiria a continuidade e a existência de suas ideias, consolidando a futura população de suas igrejas, como na atualidade muito se faz a partir das escolas dominicais nas igrejas evangélicas/protestantes.

Prosseguindo nesse estudo sobre a atuação protestante por meio da educação, em conformidade com Nascimento (2000), apontamos que em Sergipe, em 1886, é instalada a primeira escola protestante do estado através dos presbiterianos, a Escola Americana em Laranjeiras, sob a direção do professor baiano Manoel Nunes da Mota, com baixas mensalidades e um quadro feminino de docentes. A posteriori, também organizaram escolas paroquias em Frei Paulo, Aracaju, Urubutinga e Simão Dias.

Essas escolas paróquiais, isto é, escolas primárias, juntamente aos colégios de ensino secundário, segundo Nascimento (2003), proporcionaram uma nova proposta pedagógica, com um sistema educacional baseado nos modelos norte-americano, em que se prezava pela moralidade ética, valorização do trabalho, liberdade religiosa bem como fundamentava-se nos

¹⁶ Palavra de origem grega e que refere-se a instrução e educação religiosa do cristianismo católico, especialmente a partir da catequese, em que os dogmas, princípios e doutrinas da Igreja Católica são ensinados. Como foi feito com os índios para convertê-los ao catolicismo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/cristianismo/catecismo/>. Acesso em: 20. Mar. 2020.

princípios da moral cristã. A autora ainda discorre que as escolas protestantes também serviam como forma de apartar da influência católica os filhos dos adeptos do protestantismo.

Com um papel fundamental de possibilitar instruções mínimas, por exemplo, as escolas paroquiais abriram caminhos de ampliação e penetração do protestantismo tanto no cenário nacional quanto em Sergipe, pois a alfabetização de seus adeptos era imprescindível, já que o discurso e a palavra foram e são eixos da prática religiosa protestante.

Diante das discussões apresentadas até então, podemos ver que dentre os planos de ação missionária protestante a educação serviu como forma de aproximação do indivíduo local com a nova ideologia pregoada e como meio de afastar os conversos e seus filhos da influência católica. Uma vez que, segundo Azevedo (1997), defendendo o princípio da liberdade de consciência, em vez da repetição mecânica, os protestantes propiciaram uma ruptura no modelo pedagógico imperante e promoveram a erradicação de suas ideias também através das escolas.

Cabe frisar que o fato de a educação protestante ser voltada à toda a comunidade e não possuir distinção de sexo representaram novidades da época. As escolas presbiterianas em Sergipe, por exemplo, para Nascimento (2000), através de suas práticas escolanovistas e seus profissionais tecnicamente preparados, além de sua infraestrutura, cooperaram para o aprimoramento da oferta de ensino em Sergipe.

Nesse sentido é plausível retomar para discussão a Escola Americana, a qual foi frequentada por filhos dos donos de engenho, quando ainda estava em Laranjeiras. Depois de transferida para Aracaju, continuou seus trabalhos oferecendo externato e internato para ambos os sexos. Além do ensino primário e secundário também para ambos os sexos. Logo, sintetiza muito bem a importância dos presbiterianos para a educação protestante e a fixação do protestantismo em solo sergipano através da educação, uma vez que foi considerada como sendo, segundo Nascimento (2000), um dos melhores estabelecimentos de ensino privado da época.

Entretanto, “provavelmente, a saída do Rev. Finley tenha contribuído para a desestabilização da escola” (NASCIMENTO, 2003, p. 168). Ainda, segundo a autora, nesse momento as discussões no entorno do foco evangelístico retornaram como pauta dos missionários, os quais compreendiam que a educação não poderia receber maior relevância que o proselitismo. Logo, a partir de 1911, desaparecem os registros sobre a Escola

Americana dos jornais e registros oficiais do Estado. Além disso, ela aparece pela última vez em 1913 nos orçamentos da Missão Central do Brasil (1904-1938)¹⁷.

Feita essa menção aos presbiterianos, a respeito dos batistas e o uso da educação como estratégia missionária, salientamos que:

A educação batista como base, funcionou através das Escolas Anexas, da promoção de Escola Popular Batista e Escola Bíblica de Férias; o Colégio Americano Batista instalado desde 1951, atualmente sob a direção de Rosemeire Santos da Conceição Marinho faz diferença com educação de qualidade à disposição da sociedade. A educação teológica sob a responsabilidade do Seminário Teológico Batista Sergipano, SETEBASE, atualmente na direção do pastor Gilton Alves Aquino, tem contribuído na formação ministerial de muitos vocacionados. (*O JORNAL BATISTA*, 2013, p. 9).

Acerca do texto acima, notabilizamos que, independentemente da demoninação, os protestantes utilizaram-se e utilizam até o hodierno, com as escolas bíblicas dominicais e seus grupos de estudo bíblico, da educação como ferramenta de proteção e consolidação de suas ideias, bem como forma de agregar seus adeptos e mantê-los direcionados por princípios oriundos das escrituras sagradas.

Nesse cenário de inserção e atuação protestante no Estado de Sergipe e de suas ações educativas, emergem ações contrárias e de combates aos protestantes. Dentre elas a instalação dos salesianos que se configurou como estratégia da Igreja Católica de competir com a ação protestante em Sergipe, mas também em outras regiões do Sul, Sudeste e Nordeste.

É sua intenção [do monsenhor Olímpio Campos, presidente do Estado sergipano] que se abra um Colégio para rapazes e moças na cidade vizinha à Colônia [em Aracaju]. Em todo o Estado de Sergipe só há Colégios para rapazes e moças dirigidos por protestantes. (SILVA, 2000, p. 305).

Nas palavras acima, observamos a solicitação do padre Giordano ao reitor mor, Dom Miguel Rua, que demonstra a preocupação do mesmo com as atividades educativas protestantes no estado. Diante disso, “a finalidade da Congregação Salesiana em Sergipe era também inibir a ação protestante que se desenvolvia” (BONIFÁCIO, 2017, p.43). Assim, os

¹⁷ Para mais informações a respeito da Missão Central do Brasil ver obra: NASCIMENTO, E.F.V.B.C. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil Tropical**. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

salesianos estabeleceram-se, especialmente, em locais que a doutrina protestante tinha alcançado fieis, almejando enfraquecer e combater sua expansão.

Bonifácio (2017) apresenta-nos que com a finalidade de combater as ações protestantes, o bispo legitimou instituições, fundou a Associação das Filhas de Maria (1911) e o Seminário Coração de Jesus (1912). Além disso, instituiu a imprensa católica, criando o *Jornal A Cruzada* e a *Revista Oficial da Diocese* (1912), sempre com o objetivo de fortalecer a Igreja Católica e inibir o protestantismo.

Mesmo diante dessas tentativas, como vimos, os protestantes utilizaram a educação como meio de atuação/expansão e, com isso, promoveram mudanças pedagógicas no modelo educacional no estado sergipano, inserindo uma nova perspectiva teórico-metodológica, uma vez que “a liberdade, a razão, a experimentação, a observação como também o pensar e o fazer, incompatíveis com a mentalidade tradicional, estavam presentes nos fundamentos teóricos e nas atividades pedagógicas de suas escolas” (NASCIMENTO, 2003, p. 174).

1.3.2 Jornais

A imprensa serviu de veículo para as novas ideias, abrindo novos caminhos para a propaganda e para a divulgação do pensamento protestante tanto no cenário nacional quanto em Sergipe. Para Weber, “conhecer os jornais e os rumos pelo qual caminhava é importante para compreender o contexto em que estava inserido” (2012, p. 10). Em vista disso, investigar a atuação dos jornais e periódicos protestantes é também compreender o processo de implementação protestante no Brasil e, concomitantemente, em Sergipe.

Dentro do cenário nacional temos, de acordo com Mafra (2001), o jornal “*Imprensa Evangélica*” como o primeiro jornal protestante do Brasil bem como da América Latina, tendo seu primeiro número publicado em 1864. Vale ressaltar que o Rev. norte-americano Ashbel Green Simonton (1833-1867)¹⁸ foi o idealizador e fundador do jornal. Esse era publicado quinzenalmente por missionários presbiterianos, tratando de temas religiosos, mas também de temáticas diversas. Sua circulação ocorreu até 1892. Logo, desenhando-se como “o principal supedâneo propagador das ideias protestantes em território brasileiro” (SANTOS, 2018, p. 35).

¹⁸ Lançou as bases do presbiterianismo nacional, fundando a primeira igreja (1862), o primeiro jornal (1864), o primeiro presbitério (1865) e o primeiro seminário teológico (1867).

A divulgação da fé protestante tinha, como um de seus principais aparatos nas práticas missionárias, a produção e propagação dos impressos. Reforçando essa perspectiva, Santos (2018) destaca que no protestantismo a relação com o material impresso é tão importante que ficou conhecido como a “religião do livro”, devido sua ligação direta com a Bíblia em suas ações evangelísticas, dentro de um cenário em que Igreja Católica não se interessava em divulgar o Livro Sagrado, pois considerava perigoso o acesso de leigos às Escrituras Sagradas. O autor também frisa que a presença da imprensa protestante no Brasil foi viabilizada pela Constituição de 1824 que permitia a liberdade religiosa.

Assim, em consonância com Santos podemos ponderar que:

[...] por meio da circulação de impressos, importantes veículos de divulgação e informação, que se tornou possível a muitos brasileiros a acessibilidade ao conhecimento da Bíblia e à doutrina protestante e, conseqüentemente, à leitura e à escrita, permitindo, assim, a aproximação com as ideias do Cristianismo Protestante. (SANTOS, 2018, p. 20).

Em similitude ao texto supracitado, foi plausível depreender que o processo de divulgação da mensagem bíblica e os impressos de jornais, juntamente com o trabalho dos *colportores* e missionários, apresentaram a ativa presença de protestantes no Brasil e através dessas estratégias pudemos observar quais sujeitos foram atraídos e os princípios protestantes passaram a ser conhecidos, com isso, conquistando cada vez mais adeptos.

A utilização dos jornais sempre foi uma fundamental ação propagandística protestante. Sendo assim, com o fim da circulação do jornal *Imprensa Evangélica*, isto em 1892, em sua linha de sucessão vão surgindo outros jornais presbiterianos como apresenta-nos Silvestre (2016), em 1874 foi publicado *O Púlpito Evangélico*, em São Paulo e Rio de Janeiro. Também no Rio de Janeiro, em 1889, é lançado o jornal *O Christão*. Já no Nordeste a primeira imprensa protestante consta da data de 1875, com o jornal intitulado: *Salvação da Graça*. Já os Batistas publicaram seu primeiro jornal no Brasil em 1886, denominado *O Eco da Verdade*. Mas a partir do desejo de unificar os jornais batistas, existentes até então, foi criado *O Jornal Batista* em 1901.

A publicação de artigos em jornais constituiu-se, tanto na esfera nacional quanto em Sergipe, como significativo veículo de informação e divulgação da doutrina protestante. Assim, possibilitando a aproximação de seu público com os ideais do cristianismo protestante. Que para Ribeiro os escritos do jornal *Imprensa Evangélica*, por exemplo, eram endereçados

“[...] às elites nacionais, além de oferecer educação na fé às crianças e aos fiéis menos instruídos” (1981, p. 99).

Não obstante, segundo Costa (2018), esse trabalho de caráter proselitista, empregado pelos protestantes nos jornais, foi visto pela aristocracia católica como um veículo propagador de heresias, uma espécie de vírus contaminador da população brasileira. Destarte, surgiram inúmeros embates entre protestantes e católicos que se configuraram como grandes episódios nas páginas dos jornais.

Em Sergipe, os jornais foram operados como dispositivos influenciadores dos pensamentos, como uma espécie de tribuna de debates e uma forma de incutir ideias aos leitores. Para Nascimento (2003), voltando-se ao presbiterianismo, os embates entre protestantes e católicos, tem seus principais registros na imprensa Laranjeirense, veiculados nos jornais: *O Laranjeirense*, *O Republicano* e *O Horizonte*, bem como nos jornais estancianos como *O Seculo* e *O Pharol*.

Para Nascimento, os embates religiosos em Sergipe, “iniciaram em Laranjeiras, no ano de 1867, com a prisão do colportor português Torquato Martins, pelo chefe de polícia provincial Antero de Assis” (NASCIMENTO, 2003, p. 2). Logo, acerca dos diversos conflitos é cabível demonstrar que:

Em 1878, tem-se notícia dos primeiros artigos assinados por outro colportor, Pedro Degiovanni, no jornal estanciano *O Seculo* [...] um outro jornal daquela cidade registrou a disputa entre Degiovanni e o Pio Católico, tendo como ponto central a distribuição de Bíblias e folhetos. O Pio Católico, chamando o colportor de “ex-católico, [...]”, definiu a doutrina protestante de “seita herética.” (*O Pharol*, Estância, 18/04/1880, p. 4). Como resposta às críticas feitas pelo autor católico dos textos, Degiovanni utilizou tanto a Bíblia católica de S. Jerônimo, como as que ele distribuía, publicadas pela Sociedade Bíblica Norte-Americana, argumentando que “o objetivo do protestantismo não é criar prosélitos”, mas, “que cada qual tenha e conserve a sua própria liberdade em examinar as Escrituras [...] e para refuta-la se assim desejar, como parece conseguir o Pio Católico na presente ocasião com a penosa tarefa.” (*O Pharol*, Estância, 02/05/1880, p. 3, 4). O Pio Católico continuou rebatendo aquela doutrina “herética” espalhada pela cidade através dos folhetos e Bíblias distribuídas pelo colportor, chamando-o de “defensor perpétuo das idéias anti-religiosas, homem cego, sem fé e cheio de erros, alma transviada do grêmio da igreja de Jesus Cristo, falso apóstolo” (*O Pharol*, Estância, 13/03/1008, p. 3, 4; 15/07/1880, p. 3). (NASCIMENTO, 2003, p. 3).

A respeito do apresentado anteriormente, é plausível notabilizar que inúmeras discussões eram norteadas pelas diferentes interpretações que os representantes do

cristianismo, católicos e protestantes, realizavam acerca da Bíblia. Vemos católicos acusando os protestantes de hereges e participantes de uma seita. Enquanto, protestantes refutavam e defendiam-se afirmando que seu objetivo era que todos tivessem acesso ao Livro Sagrado e junto a isso a liberdade de examiná-lo bem como refutá-lo. Os embates também permeavam o cotidiano e:

[...] em Laranjeiras, as polêmicas foram registradas nos anos de 1885, 1887 e 1889. [...] Nas primeiras edições do jornal O Horizonte, Manoel David publicou um anúncio oferecendo a quantia de 50\$000 réis para quem descobrisse “na Bíblia da igreja romana a palavra ‘purgatório’” (O Horizonte, Laranjeiras, 16/06/1885, p. 4). Nos números subsequentes, foram publicados mais quatro artigos de um escritor anônimo que assinou sob o pseudônimo de Bossuet, e por Felisbelo Freire, assinando como Matheus. Estes, citando trechos da Bíblia que refutavam os argumentos de David, ofereciam um cachimbo turco ao desafiante se ele desse uma interpretação “donde não se possa concluir crença em penas temporárias, ao que a mesma Igreja chama – Purgatório” (O Horizonte, Laranjeiras, 23/06/1885, p. 3, 4). (NASCIMENTO, 2003, p. 4).

Notamos aqui mais um arquétipo em que a Bíblia e suas divergências interpretativas representavam armas de ataque e confronto entre protestantes e católicos em Sergipe. Logo, percebemos que, nesse confronto com a Igreja de Roma, os protestantes possuíam os jornais como uns dos principais palcos de evangelização e de busca por espaço social.

Segundo Costa (2018), dentro desse debate teológico entre católicos e protestantes, os assuntos mais polêmicos eram: adoração às imagens, o perdão através das obras pias, o culto à Virgem Maria e a doutrina do purgatório. Isto não seria muito diferente se essa questão for transportada para a contemporaneidade e os debates teológicos. A Bíblia, portanto, tornava-se o ponto convergente de partida para o debate, todavia, divergiam em inúmeros pontos quanto à interpretação. Logo, as diversas polêmicas possibilitaram uma difusão eficaz do ideário protestante.

Fato é que, embora tivéssemos os ataques e as reações católicas sobre as ações protestantes nos jornais, podemos ver que esses sujeitos atuaram como agentes pregadores de um novo modelo cultural e social, apesar das perseguições, opressões e violências. Destarte, percebemos que a história do protestantismo confunde-se com a história da luta pela inserção dos protestantes também a partir dos jornais, sendo esses uma importante fonte de expansão dos costumes e do ideário protestante.

II

SITUANDO O PROBLEMA - ASPECTOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM SERGIPE

No capítulo anterior realizamos algumas discussões acerca do protestantismo em Sergipe, desenhando um panorama que demonstra a inserção e a atuação protestante nesse estado. Destarte, após entendermos como esse grupo sociocultural desenvolveu-se e verificarmos algumas de suas estratégias de embate e expansão, é plausível destacar que, apesar da hegemonia católica, os protestantes enquanto grupo sociocultural representam uma parcela significativa tanto da população brasileira quanto sergipana.

Logo, estudar a importância de suas representações e bens materiais, enquanto bens culturais e patrimoniais, é reconhecê-los como grupo cultural bem como fortalecer e afirmar sua identidade. Assim, mantendo viva sua memória e englobando-os em um sentimento de pertencimento. Uma vez que os protestantes, apesar de suas diversas denominações, apresentam um conjunto de significados, crenças, normas, expressões e símbolos coletivos, comuns ao todo.

Desta forma, é essencial compreender que apesar das suas diferentes denominações, o protestantismo possui uma identidade coletiva, que o poder simbólico das instituições religiosas protestantes sobre os sujeitos sociais é capaz de produzir, reproduzir e conservar práticas e representações patrimoniais legítimas, envolve também das trocas e compartilhamentos interdenominacionais e dos valores que seus espaços “sagrados” carrega enquanto lugares de memória.

Quando o assunto é patrimônio cultural religioso sabemos que, predominantemente, a temática volta-se para o cenário do catolicismo, notadamente no Brasil. Sobretudo, se a discussão se der no plano dos chamados bens culturais materiais, onde a matriz religiosa de origem judaico-cristã agregou elementos oriundos da África, num contexto de sincretismo ou mesmo de tradição portuguesa e romana.

No Estado de Sergipe, aquele tipo de apropriação simbólica não foi diferente, seja ao nível material, foco desta pesquisa, seja ao nível da imaterialidade. E se levarmos em consideração a sua patrimonialização pelos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, isto fica ainda mais evidente. Desse modo, negar valores e representações culturais de um grupo

tão significativo, quanto o protestante, é, além de levar suas práticas, seus lugares e suas crenças rituais ao esquecimento, negligenciar e sonegar sua memória e identidade.

Sendo assim, neste capítulo discorreremos sobre os processos de patrimonialização de bens culturais protestantes em Sergipe, buscando refletir acerca do silenciamento ao protestantismo e a ênfase ao catolicismo. Portanto, para compreendermos o processo de patrimonialização de bens culturais em Sergipe, de antemão é imprescindível discutirmos a respeito do termo patrimônio, produto do processo, além das suas facetas expressas pelas definições que lhes são atribuídas. Logo, conferindo a dimensão que ele ganha quando se trata dos bens produzidos pelas comunidades protestantes, o processo de patrimonialização e as estratégias para a legitimação do patrimônio cultural protestante.

2.1 Discussão Conceitual acerca do Patrimônio Cultural

A palavra patrimônio, do latim *patrimonium*, é um conceito que carrega uma multiplicidade de sentidos, isto é, constitui-se como uma expressão polissêmica¹⁹. Em vista disso, é necessário contextualizarmos historicamente esse termo, mesmo que de maneira breve, para, a partir de então, no terceiro capítulo tomarmos uma extensão e assim entrar na discussão e no foco cerne da pesquisa.

Tratando do termo, Françoise Choay afirma que:

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. (CHOAY, 2001, p. 11).

Como bem esclarece Choay, o termo patrimônio em seu primórdio esteve ligado aos bens de família. Como afirmam Desvallées e Mairesse (2013) essa expressão, no direito romano, designava bens de herança de mãe e pais aos seus filhos, diferente dos bens adquiridos. Logo, observamos que o conceito de patrimônio em seu cerne estava interligado ao privado, não havendo uma noção de público, até então.

¹⁹ É um conceito da área da linguística com origem no termo grego *polysemos*, que significa "algo que tem muitos significados".

Funari e Pelegrini (2006) explicam-nos que, diante dessa compreensão do patrimônio enquanto bens de família, ele refere-se a tudo que podia ser legado por testamento, como os bens móveis e imóveis, os escravos e os animais, sem excluir a mulher e os filhos, dado que a família referia-se a tudo que estava sob domínio do senhor.

Os autores também nos demonstram que o conceito de patrimônio, surgindo no âmbito privado do direito de propriedade, “estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. [...] O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

Durante a Idade Média, por exemplo, os bens culturais eram todos aqueles que remetessem ao cristianismo, ou seja, tudo que tivesse um significado religioso, mas que não se afastasse em suas concepções da ótica aristocrática. Campos alerta-nos que, quanto ao processo histórico da noção de patrimônio, “o Renascimento aflora mudanças de perspectivas, conquanto permanecesse a manutenção dos traços aristocratas em relação ao patrimônio” (2012, p. 20).

Todavia, ao longo dos anos, inúmeras classificações e sentidos foram acrescentados à palavra patrimônio, variando no tempo e no espaço. Pois, como aponta Pelegrini, “[...] o entendimento que temos do conceito patrimônio deriva de formulações gradualmente engendradas acerca da cultura do mundo ocidental” (2009, p. 19).

Ao longo da história da humanidade, em diferentes sociedades, as concepções de patrimônio foram sofrendo alterações. Pelegrini (2009) frisa que, desde a antiguidade, é observada a preservação de objetos diante de motivações de caráter religioso, político e cultural. Não obstante, apenas nas décadas finais do século XVIII foram notadas apreciações mais sólidas no entorno dos significados e valores dos bens conservados.

Essa maior atenção acerca dos valores e significados dos bens salvaguardados pode ser verificada, sobretudo, segundo Choay (2001), a partir da Revolução Francesa, a qual “[...] viria a destruir os fundamentos do antigo reino. Ao acabar com o rei, toda a estrutura do Estado perdia sua razão de ser” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15). Como uma de suas resultâncias, tivemos a implementação da República e a partir dela surgiu a necessidade de criar cidadãos que compartilhassem uma cultura, um território e uma origem. E foi a partir dessa busca que, segundo Funari e Pelegrini (2006), nasceu o Estado nacional.

Cabendo evidenciar que, nesse momento, o patrimônio era entendido como um bem material concreto, o que era compreendido como excepcional e belo e dizia respeito ao

nacional. Mas o patrimônio deixou de restringir-se ao nacional, a partir da segunda metade do século XX. Visto que “no fim da década de 1950 a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 23).

Diante disso, doravante, ergueu-se uma noção de patrimônio que transcendeu o princípio do nacional, não mais se referindo, unicamente, ao religioso, privado, aristocrático e nacional. Agora, gradativamente, despertando em valorizar a diversidade. À vista disso, vem se amplificando os modos de tratamento e conservação dos bens munidos de valor cultural e histórico, perante políticas preservacionistas bem como legislações voltadas à restauração e à conservação do patrimônio.

A França, historicamente, constituiu-se como precursora no desenvolvimento do que se constituiria como patrimônio bem como na implementação dos primeiros instrumentos legais de sua proteção. Como assinala Campos:

[...] embora até o século XVIII tenha suas iniciativas de preservação associadas à monarquia, à Igreja e à aristocracia, no século vindouro através dos comitês revolucionários, engendrou a palavra patrimônio relacionando aos princípios de políticas públicas, de maneira que associasse a salvaguarda e valorização dos bens como representativos da nação francesa (2012, p. 20).

Assim, verificamos que os trabalhos iniciados na França, correspondentes ao patrimônio e sua proteção, tornaram-se referência para inúmeras nações europeias e americanas, assim como para o Brasil. Dessa maneira, eclodindo novos olhares acerca do conceito de patrimônio e suscitando perspectivas menos restritas e mais abrangentes sobre cultura²⁰.

Inclusive, vale ressaltar que a institucionalização da proteção dos bens considerados patrimônios teve seu início, de acordo com Pelegrini (2009), na França, “[...] em 1930, mediante a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos, cuja ação se restringia ao “recenseamento” do patrimônio” (PELEGRINI, 2009, p. 20).

Já no Brasil, essa institucionalização à preservação cultural vai ocorrer, conforme diz Chuva (2012), a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, em 1937. Sobre o SPHAN trataremos mais à frente. Também frisamos que a autora

²⁰ Para discussões mais profundas sobre o termo “cultura” ver: MINTZ, Sidney W. **Cultura:** uma visão antropológica. Tempo [online]. 2010, vol.14, n.28, pp. 223-237. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141377042010000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 20. Mar. 2020.

ainda sobreleva que “no Brasil o patrimônio foi instituído dentro de uma estética moderna e universalizante” (CHUVA, 2012, p. 72).

Aqui o patrimônio que enfatizamos é o cultural, o termo já sinaliza a noção que objetivamos abranger em nosso estudo. Logo:

Por patrimônio cultural pode-se entender aquilo que se dá pela diferença, que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, incluindo-se aí a identificação com os bens físicos, monumentos, objetos, e também linguagens, conhecimentos, tradições, modos de usar os bens e os espaços físicos e de se organizar no espaço físico-social, que se constitui e se transforma no tempo. (CHUVA apud NOGUEIRA. 2005, p. 225-226).

Complementando essa perspectiva, Sandra Siqueira da Silva (2012), ressalta que o patrimônio cultural, seja de natureza material ou imaterial, nos direciona às questões correlacionadas com a coletividade, a memória, a herança e a identidade. Dessa maneira, nos apresentando uma abordagem que destaca o papel cultural do patrimônio.

Já de acordo com o artigo 216, seção II – Da Cultura, da atual Constituição Brasileira, o conceito de Patrimônio Cultural concerne aos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos, formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse sentido, é necessário entender que os protestantes possuem um patrimônio cultural, afinal, é um grupo regido por costumes e regras, com práticas, representações, lugares e espaços próprios. Diante disso, “o patrimônio cultural gera e fomenta uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade” (MENDES, 2012, p. 17). Assim, reconhecer e salvaguardar o patrimônio cultural protestante é fortalecer um sentimento de pertencimento dos seus sujeitos a um coletivo.

Aproveitando esse gancho sobre a ideia e a relação entre coletividade e o patrimônio, é indispensável pensar que “[...] o patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 09). Já o patrimônio coletivo “[...] é sempre

algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade nos é próxima” (ibidem).

Sendo assim, esse trabalho demonstra-nos o quanto é essencial que as políticas públicas, o estado e as instituições de preservação do patrimônio, especialmente em Sergipe, cenário foco desta pesquisa, considerem e visualizem o patrimônio cultural protestante com maior relevância, apreço e diligência, cumprindo seu papel de reconhecimento, valorização e salvaguarda no que diz respeito aos bens culturais desse grupo cultural.

Mendes (2012) revela-nos que o patrimônio cultural também nos permite o autoconhecimento e autoreconhecimento, além de nos possibilitar sermos reconhecidos, pois sem eles ficamos desprovidos de individualidade e autonomia, visto que ele distingue e diferencia um lugar, um grupo, uma região uma cidade, um país etc. Logo, não categorizar e nem reconhecer o patrimônio cultural protestante é não valorizar o sentido vivido e pulsante do patrimônio em si.

Por tais motivos, entender a conceitualização desse termo é tão caro para esta pesquisa, pois encaminha-nos a compreender os protestantes enquanto comunidade bem como a essencialidade de identificar e conservar seu patrimônio cultural, especialmente, diante de um cenário de embates religiosos por poder e do tratamento prioritário que o patrimônio cultural católico recebe tanto no contexto nacional como regional – em Sergipe, por exemplo.

Vale salientar que o patrimônio investigado nesta pesquisa é referente aos bens culturais materiais, mais especificamente duas importantes igrejas protestantes e um cemitério também protestante. Isto com foco de averiguar as relações históricas e de identidade desses monumentos-símbolos com os protestantes e a sociedade sergipana.

Logo, voltando-nos ao patrimônio cultural material discorreremos que:

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (LINHA DO TEMPO, 2019).

E é a partir da reflexão das memórias vindas das edificações/dos monumentos já mencionados e o esquecimento que eles sofreram que pautaremos o cerne desta pesquisa. Ao ponto que apontamos suas relevâncias históricas e identitárias e entendemos que preservar

seus patrimônios culturais é manter vivas suas memórias. Porquanto, preservar é necessário, “[...] para que tenhamos referências de quem somos, como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais” (HAIGERT, 2005, p. 107 apud TOLEDO, 2010, p. 24). Para tanto é preciso que os protestantes também possuam seus bens preservados a fim de proteger suas referências.

Aqui cabe abrir um parêntese para sobrelevar acerca do patrimônio cultural imaterial, pois, mesmo que não seja o foco da nossa pesquisa, entendê-lo significa compreender as dimensões que o patrimônio cultural tem tomado. Logo, entendamos que, em unidade com Gonçalves (2009), os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente se comunicar. Isto posto, sublinhamos que o patrimônio de certa maneira, constrói, forma as pessoas.

Segundo Pelegrini (2009), a importância atribuída ao patrimônio cultural imaterial é recente entre as sociedades ocidentais, diferentemente das sociedades orientais. A autora exemplifica que a primeira lei de salvaguarda desse patrimônio foi implementada no Japão em 1950. Continuando essa discussão, ela também discorre que oficialmente, apenas por intermédio da Recomendação da Salvaguarda da cultura tradicional e popular, em 1989, aprovada pela Conferência Geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que os países ocidentais dedicaram atenção às práticas rituais populares e simbólicas.

Definindo esse conceito, com o intento de entendermos melhor a amplitude e diversidade que o patrimônio cultural abrange, dissertamos que:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua História, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 4).

Em consonância com o texto supracitado, notabilizamos que os protestantes, enquanto grupo ou comunidade, constroem suas expressões e como um coletivo transmitem seus ritos e costumes por gerações. Por isso, a preservação de seus bens culturais, a exemplo

das igrejas – locais em que suas práticas, representações, ritos e crenças são construídos e fortalecidos –, constitui-se como substancial para a formação cidadã do indivíduo, para seu pertencimento como grupo bem como para construção de sua identidade.

Para fechar o parêntese acerca da imaterialidade, destacamos que a preocupação com o patrimônio cultural imaterial e sua preservação insere-se em um cenário de ampliação significativa da noção de patrimônio bem como das atribuições das instituições responsáveis pela preservação cultural, dado que passam a direcionar seus esforços também para salvaguarda de bens imateriais. No Brasil, essa ampliação foi fruto do Decreto Federal n. 3.551, de 4 agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Dadas essas discussões conceituais e teóricas, percebemos que negligenciar a existência de um patrimônio cultural protestante ou silenciar-se perante ele é, como já dito, negar a existência dos mesmos enquanto grupo cultural. Logo, a patrimonialização dos bens culturais protestantes representa o seu reconhecimento e a sua valoração identitária. Isto posto, cabe sobrelevar que a patrimonialização “está relacionada diretamente com a preservação de um objeto para a sua manutenção para uma determinada sociedade, inserida em uma relação dual de espaço/tempo” (JESUS, 2014, p. 04).

Reforçando essa perspectiva podemos dizer que “[...] patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade” (CHUVA, 2012, p. 73). Assim, preocupar-se apenas com um determinado grupo de identidade e seus bens culturais, a exemplo do católico, é deslegitimar a existência de outros grupos, como o protestante, tirando-lhes o seu reconhecimento e a sua individualidade.

Destarte, legitimar a patrimonialização de bens culturais, a exemplo dos bens protestantes, é possibilitar a preservação da materialidade e imaterialidade cultural para a posteridade. Tornando-os em símbolos de representação indentitária. Uma vez que:

[...] o direito à memória e ao acautelamento do patrimônio cultural de distintos grupos que convivem num mesmo país (estado ou região) constituem exercícios de cidadania importantes para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade. Além disso, o reconhecimento de identidades plurais (sejam elas de gênero, religião ou etnia) pressupõe a coexistência entre características culturais distintas que

no seu conjunto contribuem para a conformação de afinidades mais amplas, como é o caso das identidades nacionais. (PELEGRINI, 2009, p. 24).

Com isso, evidenciar as diversidades culturais tanto do Brasil como de Sergipe é construir vias de respeito e a aceitação da diversidade, possibilitando diálogos culturais e reconhecendo suas construções marcadas pela miscigenação e multiculturalidade. Assim, produzir pontes que oportunizem o reconhecimento, a salvaguarda e a patrimonialização do patrimônio cultural protestante é também propiciar a defesa das memórias, das histórias e referências identitárias desse grupo.

Em vista das discussões realizadas, anteriormente, notabilizamos que o ideário acerca do patrimônio cultural é produto de um processo histórico em que, inicialmente, atrelava-se ao privado bem como ao sistema patriarcal e aristocrático, mas que, gradativamente, foi adquirindo uma feição mais dinâmica e abrangente, seja alterando ou ampliando conceitos a respeito da definição conceitual dos bens culturais, seja pela necessidade de se compreender os diversos grupos enquanto possuidores de uma cultura patrimonial.

A atual noção de patrimônio cultural é uma visão moderna, a este respeito convém valer-se das palavras de Paoli, quando afirma “o que é moderno é o sentimento de *ruptura* que leva à construção da ideia do passado como um tempo outro em relação ao presente, ao mesmo tempo que o futuro se torna incerto, imprevisível” (2012, p. 182, *grifo do autor*).

Logo, entendemos que a noção de patrimônio cultural, em sua trajetória histórica e em sua evolução conceitual, perpassou por processos de ruptura, continuidades, alterações e expansões, como exemplo temos: o advento do patrimônio cultural imaterial e a ampliação da concepção do patrimônio, abrangendo grupos e bens diversos. Pois:

Todas as sociedades estabelecem elos de continuidade ou de ruptura cultural em relação ao passado, suas coisas materiais (monumentos, edifícios, objetos cotidianos, paisagens), objetos de arte (pinturas, esculturas, repertório poético e musical etc.) e eventos imateriais (festas lendas, danças coletivas, receitas culinárias). (NAPOLITANO, 2005, p. 84).

Assim, desconhecer o patrimônio cultural protestante é apagar a importância e a presença histórica desse grupo social na construção da sociedade brasileira e sergipana no passado, desde sua inserção até suas atuações e influências em ambas as sociedades. Além de que, a expansão da cultura protestante, a partir do desenvolvimento e fixação do

protestantismo nessas sociedades, processos vistos no capítulo anterior, também significaram uma ruptura cultural diante da hegemonia cultural da igreja católica.

Tais rupturas e continuidades não diferenciam quando direcionamos as discussões para as leis e práticas de preservação do patrimônio, como veremos no subcapítulo seguinte, ao analisarmos a patrimonialização e as conotações políticas e sociais envolvidas na materialidade e na imaterialidade.

Fato é que, para entendermos os processos de patrimonialização de bens culturais protestantes é necessário realizarmos um breve panorama acerca das políticas patrimoniais no Brasil e, concomitantemente, em Sergipe. Por isso, buscamos visualizar como se estabeleceu a institucionalização do patrimônio no Brasil, evidenciando o trabalho do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dessa forma, será possível debruçar-se sobre as discussões no entorno da patrimonialização do patrimônio cultural protestante em Sergipe.

2.2 Breve panorama das políticas patrimoniais no Brasil

Em um cenário, marcado pelas discussões a respeito da nação e pela busca da identidade nacional, foi que, de acordo com Chuva (2012), no Estado Novo esses elementos passaram a compor as políticas de Estado, e que a partir da noção de propriedade:

[...] demarca-se o processo de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) –, criado pela Lei nº 378, de janeiro de 1937, e pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano, durante os desdobramentos do Movimento Modernista no Brasil, quando se instituiu o Estatuto do Tombamento. (SOUZA, 2015, p. 40).

Diante disso, ainda conforme versa Souza (2015), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade²¹, entre 1937 e 1968, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) substituiu a Inspetoria atuando, principalmente, no redescobrimto das cidades coloniais de Minas Gerais. Logo, voltando-se a uma política cultural que fortalecesse e construísse a identidade nacional, bem como possibilitasse o sentimento de pertencimento

²¹ Nasceu em Minas Gerais em 1898. Foi um grande advogado, jornalista e escritor. Formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Também foi redator-chefe (1924) e diretor (1926) da *Revista do Brasil*. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1969.

da população aos monumentos de pedra e cal salvaguardados. Desse modo, “os bens considerados de valor excepcional que constituísse a unidade e permanência da nação tornaram-se os objetos de proteção e salvaguarda do Iphan” (SOUZA, 2015, p. 40).

Assim, podemos afirmar que de acordo com Antônio Gilberto Ramos Nogueira:

Na formação do pensamento preservacionista encontra-se a ideia de um patrimônio histórico e artístico nacional que atenda à necessidade daqueles intelectuais que se colocavam na “missão” de forjar uma nação e um povo pela vertente da cultura e identidade nacional. (NOGUEIRA, 2005, p. 243).

Diante dessa discussão acerca da institucionalização do patrimônio cultural e a busca pela identidade nacional, vale ressaltar que essa temática de salvaguarda esteve extremamente presente nas discussões do Movimento Modernista de 1922 e, concomitantemente, de seus intelectuais. Uma vez que, “[...] intelectuais engajados no modernismo dos anos 1920 formularam políticas de Estado na área do patrimônio cultural [...]” (CHUVA, 2012, p. 71). E até mesmo participaram de equipes coordenadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, como exemplos temos “intelectuais do porte de Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade, entre vários outros” (OLIVEIRA, 2010, p. 60).

Assim, demonstramos que intelectuais engajados no Movimento Moderno e a questão da identidade nacional estavam, estreitamente, ligados ao projeto de preservação do patrimônio histórico do Brasil. Dado que se enxergavam como “intérprete e porta-voz da sociedade brasileira, acima dos particulares e governos. Agiam em nome do interesse maior da nação” (OLIVEIRA, 2008, p. 123). Isto é, da consciência e da identidade nacional.

Vale dizer que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), segundo Lúcia Lippi Oliveira (2008), em suas políticas de patrimonialização, inicialmente, predominou a perspectiva estética, além da valorização do estilo barroco, em que “situaram no barroco a origem da cultura brasileira, a origem que permitiria o salto para o futuro” (OLIVEIRA, 2008, p. 123). Logo, buscando defender que do barroco mineiro advinha a civilização e, conseqüentemente, a sua totalidade de nação.

Para além do tombamento, organização e determinação do que era considerado patrimônio artístico e histórico, o SPHAN possuía a incumbência de articular com outras entidades como as instituições científicas e Igrejas em prol da preservação do patrimônio.

Não obstante, para Oliveira (2010), o trabalho desenvolvido pelo IPHAN configurava-se em um empenho unilateral, visto que as parcerias com as instituições ocorriam

em casos raros e isolados. Revelando-nos que seus trabalhos se tornaram mais efetivos apenas em fins da década de 1960 e meados de 1970. Pois desde sua fundação, seus técnicos, diretorias e delegações procediam no trabalho pela preservação do patrimônio histórico nacional de maneira solitária.

Em suas concepções iniciais a ideia de patrimônio salvaguardado estava, estreitamente, ligada “a política tradicional do Iphan era orientada por uma noção limitada de patrimônio, que enfatizava apenas a herança cultural europeia [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 129-130). O SPHAN também categorizava o patrimônio enquadrando-os em uma ótica da monumentalidade construída pela pedra e cal, logo, os bens escolhidos representavam:

Um passado calcado em heróis e fatos referentes a uma só raça formadora de nossa cultura. Uma prática que vai privilegiar as construções religiosas, as militares, as residências senhorias e os palácios ostentatórios de um poder centralizador e oligárquico. (OLIVEIRA, 2010, p. 62).

Aqui podemos notabilizar que, desde o princípio das políticas de patrimonialização dos bens culturais no Brasil, determinados grupos e bens sempre foram privilegiados, com enfoques nos bens materiais, sem considerar a diversidade cultural do país em prol de homogeneizar a nação e construir uma identidade nacional, a qual possui na diversidade uma das suas principais riquezas e grandezas.

Como afirma Paoli (2012) é plausível percebermos, nas questões e ações relativas à preservação do patrimônio cultural elaboradas pelos artistas do Movimento Moderno, uma “[...] *continuidade* em relação ao período precedente: a noção de patrimônio permaneceria, para essa geração, atrelada ao conceito de Belas Artes [...]” (PAOLI, 2012, p. 185, *grifo do autor*).

Em 1968, chega ao fim a direção de Rodrigo M. F. Andrade à frente do SPHAN. Em vista disso, segundo Souza (2015), ocorre um entretempo de revisão e reflexão dos conceitos de cultura do país, em que o SPHAN não fica de fora. Principalmente no que concerne as mudanças nos posicionamentos técnicos de preservação e concepção dos bens patrimoniais e culturais com a nomeação de Aloísio Magalhães²² como diretor do instituto em 1979.

²² Nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 05 de novembro de 1927 e faleceu no dia 13 de junho de 1982, na Cidade de Pádua, Itália. Foi um importante artista plástico, designer e ativista cultural brasileiro. Além de diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1981 assumiu a secretaria de Cultura do MEC e é considerado uma das mais importantes figuras do design gráfico do país.

Nesse momento, destacamos que é em 1970 que o SPHAN torna-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), valendo sublinhar que essa instituição perpassou por inúmeras mudanças administrativas, tanto de cunho denominacional como funcional. Por isso, em sua história, essa instituição sofreu novas alterações no que diz respeito a sua nomenclatura e, somente em 1994, voltou a denominar-se IPHAN.

Retornando a discussão a respeito das diferenças de gestão entre Rodrigo M. F. Andrade e Aloísio Magalhães, sobrelevamos que, de acordo com Gonçalves (1996), o primeiro valorizava tombamento dos bens representativos e a monumentalidade do patrimônio material em “pedra e cal”. Focando nos bens patrimoniais ameaçados. Enquanto o segundo, em contraposição, valorizava o cotidiano e a noção de bens culturais, pois se preocupava com o risco da hegemonização cultural.

Com Rodrigo M. F. Andrade, à frente dos trabalhos de salvaguarda e tombamento do patrimônio do SPHAN, houve um expressivo número de tombamentos de estruturas de pedra e cal, assim configurando um perfil da instituição por um bom tempo. Todavia, a busca por uma equidade no que tange às políticas de preservação do patrimônio do Brasil surgiu em 2000 com o Registro de Bens Culturais Imateriais do IPHAN.

Daqui por diante, entendendo ter disponibilizado um breve arcabouço sobre a trajetória de como se deu os primeiros trabalhos voltados ao patrimônio no Brasil, enfatizando a principal instituição de salvaguarda do patrimonial no país – o SPAHN, atual IPHAN – é necessário se debruçar sobre a presença dessa instituição especificamente em Sergipe, mesmo que de maneira breve, para assim compreendermos mais a fundo, a posteriori, algumas das problemáticas em que a pesquisa está envolvida. Isto é, os processos de patrimonialização dos bens culturais protestantes.

Em consonância com o site do IPHAN (2019), é plausível frisar que o IPHAN atua em Sergipe, desde 1937, quando este estado e a Bahia integravam o 2º Distrito do então SPHAN. Depois, Sergipe compreendeu a 8ª Superintendência Regional e em 2009 foi criada a Superintendência. Ainda segundo o site, Aracaju, a capital do estado, não possui nenhum bem protegido no âmbito federal.

O site também nos revela que o Estado de Sergipe porta o único testemunho dos 60 anos de união entre Portugal e Espanha do período colonial no Brasil, a Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão. Aqui vale salientar que a Praça é reconhecida pela Unesco como Patrimônio Mundial desde 2010. Além disso, o Estado possui duas cidades históricas, São

Cristóvão e Laranjeiras, e 23 bens protegidos em âmbito federal, distribuídos em nove municípios: Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, Divina Pastora, Riachuelo, Estância, Santo, Tomar do Geru e Itaporanga D'Ajuda.

Aqui vale destacar que a Sede do IPHAN em Sergipe encontra-se, atualmente, na Praça Camerino nº 225, Bairro São José, Aracaju/SE (ver figura 04).

Figura 4 – Sede do IPHAN em Aracaju (SE)



Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/se/galeria/detalhes/248/>. Acesso em: 27. Nov. 2019.

A respeito da construção exposta acima, ressaltamos que segundo Galvão (2010), ela foi realizada entre 1913 e 1914, por volta do início do século XX. O autor também salienta que os primeiros proprietários foram Maria Delmira de Carvalho Leite e Leonardo Gomes de Carvalho Leite. Sendo adquirida em novembro de 2006 pelo IPHAN. Atualmente essa instituição possui como superintendente Katarina Aragão Ponciano.

Em se tratando da presença do IPHAN em Sergipe, também podemos frisar sobre o Escritório Técnico do IPHAN, localizado no Sobrado da Rua Coronel Erundino Prado, nº 50, São Cristóvão/SE (ver figura 05).

Figura 5 – Escritório Técnico do IPHAN em São Cristóvão (SE)



Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/247?eFototeca=1>. Acesso em: 27. Nov. 2019.

Galvão (2010) mostra-nos que a construção do sobrado é datada do final do século XVIII. Ele foi edificado a mando do Tenente Coronel Francisco Xavier de Oliveira Sobral, e doado, em 1810, para o Padre José Valentim de Oliveira Sobral. O imóvel ficou em sua propriedade até sua morte. A posteriori, possuindo outros proprietários, entre eles: Anna Francisca Freire, Manuel Santos Lima, Anna Bonfim Pires e, por fim, Maria Antonieta Costa Santos que vendeu o sobrado para o IPHAN em 2003.

É importante dizer que se constitui incumbência do Governo Brasileiro, através do IPHAN, identificar, restaurar, conservar, catalogar, preservar, fiscalizar e difundir os bens culturais no território nacional e nos estados brasileiros. Cumprindo o papel de maior e mais significativa instituição no trabalho do patrimônio cultural, histórico e artístico nacional, regional e local, através do seu trabalho nacional e nos estados e distrito.

Continuando essa breve discussão sobre as políticas patrimoniais no Brasil, vale destacar que a Lei nº. 3.924/1961 de proteção do patrimônio arqueológico foi aprovada em 26 de julho de 1961. Que redige:

Art 1º - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se

encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Temos também o artigo nº 215 da Constituição de 1988 que reitera a proteção dos mais variados segmentos étnicos nacionais. Vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988, Art. 215).

Com isso, visualizamos uma política patrimonial mais assertiva, isto é, de respeito e amparo à diversidade étnica do país. Como também vemos no Decreto nº. 3.551/2000, já mencionado neste trabalho, que compreende o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse exercício de reconhecimento e de criação de políticas preservacionistas pautados na multipluralidade deve ser observado na prática, isto é, deve tornar real tal perspectiva.

Retomando o IPHAN como eixo de discussão, desvelamos que nos anos de 1960, sua política “foi considerada inadequada aos novos tempos. Intelectuais envolvidos na efervescência cultural consideravam o Iphan elitista, pouco representativo da pluralidade [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 125). Mas, após perpassar por algumas fases de repressão dura durante os governos militares, o campo cultural e patrimonial passou a receber uma maior atenção.

Em 1973, por exemplo, é criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), este ligado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). O PCH viabilizou importantes trabalhos de preservação do patrimônio em cidades nordestinas, cujas casas, igrejas e monumentos representassem os ciclos do couro, do algodão e da cana-de-açúcar no Nordeste. Além de que, “com o PCH a preservação de bens culturais passou pela

primeira vez a integrar os planos de desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA, 2008, p. 125).

Ainda no período em que o Brasil se encontrava subordinado aos regimes militares, tivemos a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Essa instituição objetiva entender, mapear e documentar a diversidade cultural do Brasil. Desenvolvendo, entre 1975 e 1979, projetos que valorizavam o artesanato e o artesanato brasileiro. Em vista disso, podemos creditar ao CNRC e aos seus trabalhos “[...] às experiências de referenciar o saber popular desenvolvidas no CNRC a criação de instrumentos de proteção [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 126). Como os consignados no Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Visto que neste trabalho nos direcionamos a uma abordagem mais específica a respeito do Estado de Sergipe e suas problemáticas nos processos de patrimonialização, aqui cabe um parêntese para destacarmos que a Constituição do Estado de Sergipe em seu artigo 9º, promulgada em 05 de outubro de 1989, sobre o que compete ao Estado concorrentemente com a União, enfatiza a função de legislar acerca da proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, em seu inciso dez. A constituição mencionada também discorre que:

Art. 191. O Estado obriga-se a apoiar, financeira e tecnicamente, as comunidades indígenas e seus remanescentes, na defesa de seu patrimônio histórico, cultural e econômico, e ainda:

I - Participar, junto aos órgãos federais, das discriminações de territórios indígenas ou de seus remanescentes;

II - Defender os territórios indígenas e de seus remanescentes. (SERGIPE, 1989, Art. 191).

Diante do exposto acima, observamos políticas de preservação que prestigiam, ao menos teoricamente, a diversidade e o amparo à cultura indígena, tão significativa para a formação cultural e histórica do país e do estado sergipano. A respeito de como trata o patrimônio cultural, vejamos:

Art. 226. Constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, incluídos:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais bens destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio histórico e cultural sergipano através de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação. (SERGIPE, 1989, Art. 226).

Isto posto, notamos leis e práticas de preservação do patrimônio cultural sergipano, sempre em consonância com as leis e parâmetros brasileiros. Mas vale pensar que a prática da preservação é dificultada devido à falta de disseminação da cultura da preservação e do interesse da população e, muitas vezes, do Governo do Estado.

Até então, a partir de uma análise sucinta neste capítulo, vimos a trajetória do conceito de patrimônio, refletindo melhor as discussões no entorno do patrimônio cultural. Além de que verificamos melhor o processo das políticas e instituições patrimoniais, com foco no IPHAN. Destarte, notabilizamos que ocorreram avanços nas discussões, especialmente no século XX, ressaltando a pluralidade do campo. Mas que ainda são temáticas que demandam maiores estudos e mais atenção, isto em função das inúmeras mutações que sofrem no tempo e no espaço.

Há pouco apresentamos um breve panorama das políticas patrimoniais, com ênfase no estudo sobre a principal instituição de preservação do patrimônio histórico, artístico cultural do país, o IPHAN, pontuando também acerca da sua presença no Estado de Sergipe. Ponderamos também algumas legislações que fomentaram as discussões. Assim, compreendidas, a seguir apresentaremos o cenário da patrimonialização do patrimônio cultural em Sergipe, refletindo seus entraves e a ênfase aos bens culturais católicos em contrapartida aos bens ligados ao protestantismo.

2.3 A patrimonialização de bens culturais em Sergipe e o silenciamento ao protestantismo

O reconhecimento da pluralidade dos bens culturais, como vimos até aqui, vem se afluando e consigo carregando inúmeras reformulações, seja na abordagem do que consideramos patrimônio cultural seja na ampliação dos bens enquadrados como patrimônio, como a inserção da perspectiva da imaterialidade. Decretos, leis constitucionais, a nível

nacional e estadual, além de instituições, como o IPHAN, corroboram com o trabalho de reconhecimento, levantamento, divulgação, promoção de tombamentos e preservação de bens culturais em todo o país bem como no Estado de Sergipe. Destarte, esse campo de estudo tem se tornado, cada vez mais, pesquisado e pensado a partir de uma ótica mais plural.

Tendo em vista que discutir os processos de patrimonialização em Sergipe e desenvolver estudos acerca da dinamicidade dos elementos culturais é entender a importância da preservação da memória coletiva da sociedade e formação da sergipanidade, considerando a diversidade cultural do estado, não podemos negligenciar e silenciar as discussões no entorno do patrimônio cultural protestante.

Em vista disso, nesse subcapítulo versaremos a respeito de diversos processos de patrimonialização dos bens culturais no Estado de Sergipe, em reflexão à ênfase que é atribuída a determinados bens. Para adentrarmos nesse campo temos que discutir os primeiros processos de preservação e tombamento no estado. Com isso, veremos que falar sobre os processos de patrimonialização em Sergipe é voltar-se, como também se observa no cenário nacional, aos trabalhos focados, em suma, no campo da materialidade e da preservação do seu passado colonial-imperial.

Assim, é necessário entender que:

Os caminhos do patrimônio sergipano permeiam os variados processos culturais do passado, como as heranças indígenas, do colonizador e do africano, e as experiências do presente, caracterizadas pelas mudanças e, também, pelas contribuições dos diversos grupos sociais que chegaram ao Estado. Esses elementos permitiram a construção de um mobiliário patrimonial diversificado, mesmo oriundo de uma seleção que desenvolve o sentido de pertencimento, de apropriação e de preservação da herança cultural que a comunidade, como direito de cidadania, deve transmitir às gerações. (NUNES; LIMA, 2007, p. 91).

Diante disso, notabilizamos a defesa que o patrimônio sergipano permeia pela diversidade dos grupos sociais que chegaram ao estado, assim, resultando um mobiliário patrimonial diversificado, isto é, bens móveis diversos. Isto é bem verdade quando observamos a variedade cultural e, conseqüentemente, patrimonial no estado, devido os diversos grupos que compõem a sociedade sergipana.

Todavia, quando direcionamos o olhar para os processos de registros, tombos e preservação do estado, verificamos um relevo aos bens materiais e mais, quase sempre ligados ao catolicismo, suas igrejas, sobrados, capelas etc.

De acordo com Campos (2012), a primeira ação acontece em 1930, quando, através do Decreto-Lei nº. 94, de junho de 1938, o Governo Estadual, mais precisamente representada pela figura do militar Eronildes Ferreira de Carvalho, tomba a cidade de São Cristóvão como Monumento Estadual.

Dando continuidade aos primeiros indícios de atuação no território sergipano, destacamos que os principais acontecimentos referentes às ações em defesa do patrimônio cultural recaíram sobre o campo da materialidade, a partir de uma série de bens inscritos nos livros do tomo, “calculando o total de 21 tombamentos concentrados entre os anos de 1941 a 1944, realizados pelo SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), distribuídos por oito municípios sergipanos” (CAMPOS, 2012, p. 43-44). Cabe frisar que todos esses os bens tombados são de natureza material.

Nessa busca por tombamento e pela preservação no Estado de Sergipe, temos o ano de 1943 como o ano que teve o maior número de bens tombados em Sergipe, “calculando 17 bens. Completando o número total de 21 tombamentos, houve mais quatro rituais em 1944” (CAMPOS, 2012, p. 44). Dentre eles estão: igrejas, capelas, casas de residências, sobrados etc.

Campos (2012) também afirma que os trabalhos de identificação, restauração e tombamentos de alguns bens no território sergipano foram restritos por parte dos gestores estaduais, com ações tímidas e limitadas. Logo, a maioria dos trabalhos teve sua origem em algumas mobilizações de cunho nacional, advindas do poder público federal, principalmente do SPHAN. Mas nas décadas de 1960 e 1970 governantes estaduais adequaram melhor as ações de proteção e valoração dos bens culturais.

Nos anos de 1960, em Sergipe, tivemos três tombamentos de cunho nacional, sendo dois na cidade de São Cristóvão, respectivamente a “Igreja de Nossa Senhora do Amparo”, em 09 de maio de 1962 e, em 23 de janeiro de 1967, o “Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico constituído pela cidade de São Cristóvão”, e o terceiro, em 27 de julho de 1962, em Estância, a “Casa à Praça Rio Branco, nº 35”. Aqui observamos como, de fato, a natureza material dos bens obteve maior foco e evidência.

Ainda sobre a trajetória de proteção aos bens culturais por parte do governo estadual sergipano, verificamos uma efetivação mais notória a partir dos anos de 1970. Logo, em início dos anos 1970, ocorreu o encontro dos governadores realizado no Distrito Federal, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a finalidade de orientar os

estados e municípios a adotar regras específicas na defesa, valorização bem como preservação de suas riquezas patrimoniais.

Como resultância dessa reunião, no Estado de Sergipe, o governador Paulo Barreto de Meneses, através do Decreto-Lei nº. 405, de 08 de abril de 1970, inaugurou o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico (DCPHA). Vale sublinhar que este órgão era subordinado à Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Além de que, nomes como: Terezinha Alves de Oliva, Beatriz Góis Dantas e Núbia Nascimento Marques encabeçaram esse projeto com a incumbência de difundirem as primeiras normas legais concernentes à política cultural do estado e ao tombamento.

Fato é que o trabalho desenvolvido pelo DCPHA “[...] pode ser considerado como o marco referencial da ação do Poder Público Estadual no segundo momento de preservação da memória cultural sergipana”. (SOUTELO, No prelo, p. 8 apud CAMPOS, 2012, p. 47). Logo, é válido salientar que o DCPHA, nesse período, também realizou trabalhos de mapeamento e levantamento de dados de cada um dos bens tombados pelo IPHAN em Sergipe.

Segundo Campos (2012), uma das últimas medidas do governo Paulo Barreto de Meneses foi o tombamento do “Cemitério dos Náufragos”, situado na Rodovia dos Náufragos, isto em 20 de maio de 1973. O autor também discorre que, em 14 de setembro de 1979, umas das primeiras ações de tombamento do governador do Estado, Augusto do Prado Franco, foram as “Palmeiras Imperiais”, localizadas na Praça Almirante Barroso em Aracaju, temos, portanto, o primeiro bem de caráter natural tombado no Estado.

É a partir do governo de João Andrade Garcez que teremos em Sergipe um conjunto de atividades mais direcionadas, inclusive, conforme Campos (2012), com criações de órgãos estaduais e equipes específicas com o encargo de difundir e executar projetos vislumbrando apontar e preservar os traços culturais sergipanos. Além de que, é na década de 1980 que, “teremos uma série de ações com a política patrimonial em Sergipe e o maior número de bens decretados pelos respectivos gestores do estado” (CAMPOS, 2012, p. 51).

Dessa maneira, em 23 de abril de 1981, pelo governo estadual, tivemos o tombamento de quatro bens, estes dispersos por quatro municípios do território sergipano, são eles: Aracaju, com a “Antiga Faculdade de Direito”, em Estância, com a “Obra de Talha da Igreja de Nossa Senhora do Rosário” em Maruim, com a “Igreja Matriz de Senhor dos Passos” e em Neópolis, com a “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”. Mais uma vez

visualizamos que as ações de patrimonialização sempre direcionaram sua atenção para a esfera material bem como ao catolicismo e seus bens, como as suas igrejas.

Também nos anos de 1980 tivemos outras ações, advindas do Estado, para área cultural, como a implementação da Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC), pelo governador João Alves Filho. Dentre outras iniciativas, houve o tombamento de 11 bens no total, sendo eles:

[...] 8 deles centrados em Aracaju e os demais em mais outras três cidades, a saber: “Centro de Turismo e Artesanal” (Antiga Escola Normal), em 6 de janeiro de 1984, “Palácio Olímpio Campos”, “Prédio do Antigo Juizado de Menores”, “Catedral Metropolitana”, “Secretária do Estado da Educação e Cultura” (hoje Museu da Gente Sergipana), “Secretaria do Estado da Segurança Pública”, ambos decretados em 28 de janeiro de 1985, “Palácio Fausto Cardoso” e “Imóveis da Avenida Otoniel Dórea”, tombados em 18 de fevereiro de 1987, sendo todos eles, localizados em Aracaju. Completando a lista, temos aos 06 de janeiro de 1984, os decretos da “Igreja de São Pedro”, da “Ex-Usina São Felix” (Sobrado, Casa de Trabalhadores e Antiga Unidade Industrial) e da “Igreja de Nossa Senhora de Nazaré”, respectivamente, nas cidades de Porto da Folha, Santa Luzia do Itanhý e São Cristóvão. Esse último tem seu decreto em processo de correção quanto à localização. (CAMPOS, 2012, p. 52-53).

Logo, podemos ver que salvaguardar a memória sergipana sempre esteve ligada ao reconhecimento, proteção, tombamento e preservação de bens demarcados por fortes significados e simbolismos interligados à Igreja Católica, por exemplo. Tendo apenas em 04 de novembro de 1988, o tombamento em Laranjeiras, por vias da comemoração dos cem anos da abolição da escravatura, do “Terreiro Filhos de Obá”, abrangendo a Casa de Culto, os assentamentos dos Orixás e o barracão. Apesar de tal reconhecimento, tal ação representa um número irrisório perante os bens católicos.

Seguindo os governos vimos que, historicamente, as práticas e atividades voltadas aos bens patrimoniais também estiveram em pautas nas discussões. Todavia, apesar da sua formação social diversa, o Estado de Sergipe e suas políticas governamentais perpassaram por caminhos que foram de encontro à materialidade e a ênfase ao catolicismo.

O governador Valadares, por exemplo, em meados de 1990 e 1991, decretou mais quatro tombos. Vejamos:

[...] Em 23 de julho de 1990, um bem natural “Trecho do Rio Sergipe” entre Aracaju e Barra dos Coqueiros, e em 21 de janeiro de 1991, respectivamente, o “Palácio Carvalho Neto” e o “Prédio do Antigo Tesouro do Estado”.

Acrescenta-se a estes, a “Gruta da Pedra Furada”, decretada em 09 de julho de 1990, no povoado Machado, em Laranjeiras. (CAMPOS, 2012, p. 55).

Entre 1991 e 1995 o governador João Alves Filho retorna ao cargo de governador do estado sergipano e já em fins do seu governo, em 01 de setembro de 1994, foi tombada a “Igreja de Nossa Senhora Santana”, no povoado Massacará em Carmópolis. Em seu segundo mandato, 2003 e 2007, foram tombados 11 bens, em que poderemos ver mais um momento em que o tangível é entendido como patrimônio e parte de uma identidade sergipana. São eles:

[...] “Antiga Alfândega” e “Estação Rodoviária”, em 09 de abril de 2003, “Atual sede do IPHAN/SE em prédio na Praça Camerino”, em 16 de abril de 2003, “Painéis e Murais do Artista Plástico Jenner Augusto”, localizados no Aeroporto de Aracaju, na Reitoria da UFS e na sede da Empresa Energética de Sergipe (ENERGISA), com decreto de 04 de maio de 2003, “Conjunto de Escultura de Vultos Históricos”, “Conjuntos de Esculturas Formadores da Nacionalidade” e “Monumento ao Fundador Inácio Barbosa”, ambos na Orla de Atalaia, decretados em 21 de dezembro de 2006, “Escultura de Nossa Senhora da Conceição”, localizada no Parque da Cidade, em 28 de dezembro de 2006, “Prédio do Antigo Palácio Provincial” (Atual Museu Histórico de Sergipe), em 08 de setembro de 2003, na cidade de São Cristóvão e a “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”, em 29 de setembro de 2005, na cidade de Estância. (CAMPOS, 2012, p. 57-58).

Não muito diferente de Albano do Prado Pimentel Franco que, em seu primeiro mandato compreendido entre 1995 e 1999, teve na materialidade o foco dos tombamentos. Nesse mandato tivemos o tombamento de algumas fachadas de ruas, prédios e sobrados, a saber: “Antigo Farol”, em 21 de abril de 1995 e “Palácio Inácio Barbosa”, em 26 de junho de 1997, ambos em Aracaju, dentre outros tombos nas cidades de Propriá, Rosário do Catete, Neópolis e Estância. Além da “Fonte dos Caboclos”, em Cristinápolis, no povoado Manoel Joaquim, em 14 de julho de 1997 e do “Grupo Escolar Sílvio Romero”, em Lagarto, em 20 de outubro de 1995. Estes dois últimos trazendo uma abordagem diferente à noção de bens e tombos.

No segundo mandato do governador Albano Franco, entre 1999 e 2003, houve o tombamento de alguns bens, entre eles: o “Quartel da Polícia Militar”, em Aracaju, “Artes Plásticas de Horácio Hora”, e suas artes distribuídas nas cidades de Aracaju, São Cristóvão e Estância, o “Prédio do Memorial” em Simão Dias e o “Antigo Colégio Nossa Senhora de Lourdes”.

Entre 2003 e 2007, durante o governo de João Alves, podemos destacar dois tombos, são eles: o imóvel localizado na Praça Camerino, nº 225 (atual Sede da Superintendência do IPHAN em Sergipe), em 16 de abril de 2003, e a Escultura de Nossa Senhora da Conceição, em 2008 de dezembro de 2006, ambos em Aracaju. Além do tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário, em 29 de setembro de 2005, no município de Estância. Aqui, verificamos mais comprovações da ênfase aos bens ligados ao catolicismo e à materialidade.

Prosseguindo nessa discussão acerca de alguns tombamentos e como de fato os bens encontrados na esfera material – ligados ao passado branco, católico e aristocrático – foram e são privilegiados em detrimento de outros perfis de bens, podemos sobrelevar que durante a gestão de Marcelo Déda, tivemos o tombamento do “Prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”, em 09 de maio de 2007, e em 21 de fevereiro 2008 o “Instituto Parreira Hortas”, ambos na capital. Além do Hospital São Vicente De Paula e sua respectiva Capela, no município de Propriá em 02 de setembro de 2009.

Dentre os bens tombados e registrados com a chegada do governo de Jackson Barreto, inicialmente como vice-governador no posto de governador entre 2013 e 2015, é possível mencionar: o tombo da Capela São João Batista, em 06 de outubro de 2015, na capital. Já entre 2015 e 2018, enquanto governador eleito, enfatizamos o antigo Engenho Camaçari, no município de Itaporanga D’Ajuda em 23 de julho de 2016.

Durante a gestão de Belivaldo Chagas (até os dias atuais) no governo do estado como vice-governador no posto de governador, entre 06 de abril de 2018 e 01 de janeiro de 2019, e a partir de 01 de janeiro de 2019 até a atualidade no cargo de governador eleito não encontramos notícias de tombamentos e registros, mas isso não significa que não existam.

Analisando essa breve apresentação acerca de alguns dos bens protegidos por leis e decretos do Governo Do Estado de Sergipe, notabilizamos e comprovamos que, analisando o perfil dos bens, a ideia de patrimônio e salvaguarda está estreitamente interligada ao passado colonial/imperial, católico e material, bem como a uma elite social, econômica, cultural e política dominante. Sem a valorização da diversidade étnica, cultural e religiosa do estado.

Em se tratando dos tombamentos realizados pelo IPHAN no Estado sergipano, por exemplo, é possível identificar essa mesma hegemonia sociocultural, em que a maioria dos bens tombados no estado representa templos católicos. Como diz Passos e Nascimento (2012), muitos são remanescentes dos antigos engenhos de açúcar. Alguns exemplos são: a Capela do Engenho Caieira, em Santo Amaro das Brotas, a Capela do Engenho Jesus, Maria e

José e a Capela do Engenho Comandaroba, ambas em Laranjeiras, a Capela do Engenho Poxim, em São Cristóvão, e a Capela do Engenho Penha, em Riachuelo. Ademais, a outra parte da lista federal é composta por sobrados e conjuntos urbanos edificadas nos períodos colonial/imperial por estas mesmas elites.

Outro traço preferencial do IPHAN e que também nos revela o perfil dos bens tombados e preservados em Sergipe são os sobrados e conjuntos urbanos edificadas nos períodos colonial/imperial por essa mesma elite católica e açucareira. É o caso, por exemplo, dos centros históricos de Laranjeiras e São Cristóvão e dos sobrados de São Cristóvão e Estância. Desta forma, apesar dos avanços, notabilizamos que o patrimônio cultural sergipano tombado pelo governo federal “[...] remete à memória de grupos sociais dominantes e hegemônicos: clero católico e membros da “açucarocracia” [...]” (PASSOS; NASCIMENTO, 2012, p. 9). Não muito diferente dos traços dos bens tombados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Para Bonjardim, “o indivíduo recebe o conhecimento, parte de sua bagagem cultural, da sociedade logo nos primeiros anos, formando o patrimônio de cada um” (2014, p. 55). Partindo dessa concepção, é compreensível que as memórias e referências patrimoniais dos indivíduos sergipanos estejam marcadas pelo catolicismo, e ainda conforme Bonjardim (2014), independente de mudanças, como a ascensão do protestantismo, esse indivíduo continue a reproduzir essas memórias. Uma vez que, desde a colonização brasileira até o processo de formação do estado sergipano, a Igreja Católica, a partir de relações de poder, por muitos anos esteve ligada ao estado brasileiro e sergipano, constituindo-se enquanto formadora legítima da identidade coletiva. Como afirma a autora:

Observa-se que a Igreja Católica mantém seu território, sua paisagem e constitui seu patrimônio por meio das relações de poder, do simbólico e da representação da identidade dos fiéis. Essa questão coloca a Igreja Católica e o catolicismo no patamar de integrante do Patrimônio Cultural do sergipano, presente na sua memória e identidade, pois o termo território remete à perspectiva do poder mantido e reproduzido pela comunidade e suas territorialidades. (BONJARDIM, 2014, p. 55).

Em toda a construção histórica e cultural sergipana a identidade católica foi fortalecida e acentuada. Em vista disso, suas representações e espaços dominaram o campo da identidade, da memória e da cultura do estado, não apenas no passado, mas também historicamente. Com isso, ao passo que a memória conduz a descoberta do significado

histórico-social, refazendo o passado em contraste com o presente, transporta-se ao catolicismo, o qual foi dominante e hegemônico por muitos anos.

Esse poder de dominação da Igreja Católica em Sergipe, segundo Bonjardim (2014), pode ser compreendido a partir de algumas vertentes, entre elas: sua trajetória histórica que revela seu enraizamento, seu comportamento no território e suas manifestações, as quais demonstram como ela mantém suas territorialidades. É a partir dessas teias que a autora entende a continuidade do poder da Igreja Católica e do catolicismo, apesar da separação Igreja-Estado e do seu enfraquecimento no mundo moderno.

Nesse interim, esta pesquisa compreende que discutir a patrimonialização de bens culturais de grupos com práticas diferentes daquelas voltadas ao culto católico é entender:

[...] a afirmação de uma sociedade brasileira multicultural, através do reconhecimento dos seus bens culturais a partir da diferença, e não da semelhança, implica na adoção de valores e referências culturais plurais e, conseqüentemente, inclusivas do ponto de vista político e social. (OLIVEIRA, 2016, p. 8).

Assim, reconhecendo e valorizando a pluralidade, visualizamos a multiculturalidade da sociedade brasileira e de seus estados. Pois, Sergipe, por exemplo, engrenou-se assim como no contexto nacional em buscar, por um momento, uma unidade. Em função disso, o estado percorreu um caminho pela ênfase em determinados bens (os católicos) a partir de desejos políticos e sociais de instituições e personagens específicos, isso em detrimento de outros bem e grupos (como os protestantes).

Oliveira (2016) alerta-nos que apesar da amplificação conceitual dos grupos sociais e sujeitos na trajetória da norma de preservação das culturas populares brasileiras, na esfera patrimonial não coexistiu, concomitantemente, uma ampliação procedimental no que diz respeito ao acesso à solicitação de Registro.

Uma prova disso é que ao analisarmos o perfil dos bens tombados e registrados no estado, em suma, observamos que esses estão interligados ao culto católico e à monumentalidade, pautados na perpetuação de uma imagem e de uma construção de um patrimônio cultural aristocrático, branco, elitista e católico. Visto que não testemunhamos um multiculturalismo democrático, pautado pelo reconhecimento oficial das diversidades.

Logo, verificamos como a Igreja Católica e o catolicismo dominaram o campo das práticas e representações, dos monumentos e edifícios, bem como dos significados no

processo de construção do patrimônio e da identidade sergipana. Visto que, entender a importância da preservação e salvaguarda de seus bens culturais é também se afirmar e se utilizar disso como estratégia de poder, dominação e demarcação por parte da Igreja Católica.

Como discorre Bonjardim, “o catolicismo é dominante em Sergipe, mas é um resíduo de uma antiga cultura dominante” (2014, p. 186). Não obstante, nos novos estudos é vista como uma das culturas partes da cultura sergipana, apesar de ainda ser a mais representativa, sendo englobada em um grupo diversos de religiões que demarcam poder e identidade na sociedade sergipana moderna, como o protestantismo.

Nesse cenário em que a construção da identidade sergipana, no campo da patrimonialização, demarcou-se no eixo do catolicismo e da materialidade, apercebemos a ideia defendida por Castells (2006), quando afirma que a construção da identidade se configura através das relações de poder.

Em vista disso, consideramos como ação fundamental possibilitar a visibilidade de novos sujeitos e grupos, como os protestantes em Sergipe. Visando que “a ideia de “referência cultural” passa a dar visibilidade a outros grupos sociais ou sujeitos não ligados aos processos de produção dos bens materiais monumentais” (OLIVEIRA, 2016, p. 9). Essa tarefa, tanto no universo da materialidade quanto da imaterialidade depara-se com diversas barreiras, visto que “[...] a tradição é o que guia a população” (BONJARDIM, 2014, p. 293).

Apesar da imaterialidade não representar a natureza do objeto de pesquisa em questão, é plausível evidenciar que de acordo com o site do IPHAN foram registrados 47 bens imateriais até o ano de 2018, que se distribuem pelos estados brasileiros e Distrito Federal. Sobre os bens culturais imateriais registrados, especificamente, em Sergipe, a nível nacional, temos:

a) “Ofício das Baianas de Acarajé”: Livro dos Registro dos Saberes, 14/01/2005.

O registro inclui-se no Livro dos Registros dos Saberes, datado de 14 de janeiro de 2005, e configura-se como uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, produzidas com azeite de dendê e ligadas aos cultos religiosos afrodescendentes, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia.

Logo, ressaltamos que o ofício das Baianas de Acarajé compreende ao modo de fazer as comidas e carrega consigo inúmeros elementos de associação, como: a indumentária das

baianas, a preparação dos tabuleiros e os locais em que se instalam. Assim, através do Registro no Livro dos Saberes recebe o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

b) “Roda de Capoeira”: Livro de Registro das Formas de Expressão, 21/10/2008.

De amplitude nacional, a Roda de Capoeira está inserida no Livro de Registro das Formas de expressão, de 21 de outubro de 2008. Cabe ressaltar que é uma manifestação cultural em que, simultaneamente, expressam-se o toque dos instrumentos, o canto, a dança, a brincadeira, o jogo, os golpes, os símbolos de rituais de herança Banto recriados no Brasil.

Valendo sublinhar que a 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em Paris, a Roda de Capoeira, em novembro de 2014, como um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, assim o reconhecendo como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

c) “Ofício dos Mestres de Capoeira”: Livro de Registro dos Saberes, 21/10/2008.

O Ofício dos Mestres de Capoeira, inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 2008, é considerado patrimônio cultural imaterial brasileiro, isto é, possui abrangência nacional. Esse ofício é exercido por aqueles detentores dos conhecimentos tradicionais, os quais são responsáveis pela transmissão (oral, gestual, interativa e participativa) das práticas, rituais e herança cultural da Capoeira.

d) “Modo de Fazer Renda Irlandesa”: Livro de Registro dos Saberes, 28/01/2009.

O registro incluiu-se no Livro dos Saberes Processo nº. 01450.001501/2007-52, em 28 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que a maior qualidade da produção da Renda Irlandesa é o “saber-fazer”, que em Sergipe, mais especificamente Divina Pastora, apesar de utilizar de uma técnica difundida em todo o Nordeste, resultou na confecção de uma renda singular, sofisticada e original, de grande beleza e textura própria, ressaltada pelo relevo e brilho do lacê, devido trabalharem com o lacê do tipo cordão sedoso achatado. Cabe frisar que é a presença do lacê o que diferencia, de forma mais visível, a renda irlandesa de outras formas de renda produzida no Brasil.

e) **“Literatura de Cordel”**: Livro de Registro das Formas de Expressão: 19/09/2018.

Inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão em setembro de 2018, a Literatura de Cordel tem sua origem no Norte e Nordeste do país. Mas que se difundiu por todo o território nacional, assim, revelando sua importância cultural para a sociedade brasileira. Composta por três elementos principais, a saber: métrica, rima e oração. Sua inserção na cultura brasileira representa a vivência de diversos grupos sociais muitas vezes não contemplados pelos preceitos da literatura de tradição acadêmica. O desenvolvimento dessa forma de expressão perpassa pela transmissão de conhecimentos elementares para a formação da nossa sociedade e, em vista disso, a Literatura de Cordel recebe o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Diante dessas discussões também é plausível destacar alguns bens de natureza imaterial reconhecidos pelo governo do estado sergipano e analisar seus perfis. Vejamos:

- **A Culinária Sergipana**: Aqui parte da compreensão do caráter simbólico do alimento, isto é, dos saberes e fazeres da comida, enquanto um elemento de identidade cultural. Logo, o Decreto nº 27.720, de 24 de março de 2011, reconhece o manauê, o doce de pimenta do reino, a bolachinha de goma, a queijada, a massa de puba, o pé-de-moleque, o beiju de tapioca, o amendoim verde cozido²³, o saroio e o macasado como Patrimônio Imaterial de Sergipe e dá outras providências.

- **Barco de Fogo de Estância**: é reconhecido como patrimônio cultural imaterial do povo sergipano através da Lei 7.690 de 23 de julho de 2013. Cabe sobrelevar que o barco de fogo é um produto artesanal, feito de papel colorido e madeira leve, o qual percorre sobre um arame suspenso, fazendo a animação dos presentes. Tradição passada de geração em geração pelos estancianos, com o objetivo de manter viva e preservar sua história e cultura.

²³ Ainda sobre o Amendoim Verde cozido, cabe dizer que ele é reconhecido como Patrimônio Imaterial do Estado de Sergipe e dá providências correlatas, em 17 de julho de 2013, pela Lei nº 7.682. O que o torna único é o seu modo de preparo, sendo cozido na água, sal e limão.

- ***Taieira e São Gonçalo:*** ambas as manifestações culturais são reconhecidas pelo Decreto nº 29.558 de 23 de outubro de 2013. São manifestações da tradição africana em Sergipe, onde o profano e o sagrado se interligam num encontro do sincretismo.

- ***A Taieira de Laranjeiras:*** é uma dança-cortejo. Para Melo, “é um grupo de folguedo com brincantes que dirigem louvores a São Benedito e à Nossa Senhora do Rosário. O seu repertório é formado por cânticos religiosos e também profanos” (2012, p. 332). A autora também versa que nessa manifestação cultural temos a presença de moças e crianças, coroação das rainhas pelo padre no ritual na igreja e, com o término da missa, voltam às ruas e o festejo continua, com partilha de lanches e pedidos de doações em dinheiro, ainda regados de muitas danças e cantos.

- ***A Dança de São Gonçalo da Mussuca:*** é de herança portuguesa e traz em sua origem o pagamento de promessas, traz o culto ao santo português, São Gonçalo, e possui a presença de traços da matriz africana. Os homens são os únicos brincantes que dançam, ficando na responsabilidade das mulheres levarem os santos e participar dos cantos. É uma prática marcada por muitas cores, cantos, fitas e alegria.

- ***Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora:*** reconhecida enquanto Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Sergipe pelo Decreto nº 28.884 de 29 de setembro de 2014. Para Sr. Marcos Antônio Santos Silva:

O que caracteriza a Peregrinação é o caminhar. O sacrifício do percurso Riachuelo-Divina Pastora realizado pela maioria e o percurso Aracaju-Divina Pastora, feito por alguns, e ainda existem aqueles que fazem Maruim-Divina Pastora. É o sacrifício motivado pela dor, pela fé, que marca a experiência, que surge a esperança, que gera confiança no poder supra-humano na Nossa Senhora Divina Pastora e em Jesus Cristo. (Apud SANTOS, 2016, p. 39).

- ***Procissão Nosso Senhor dos Passos de São Cristóvão:*** é o Decreto nº 29.977, de 06 de abril de 2015, que reconhece essa manifestação cultural-religiosa como sendo um bem imaterial do Patrimônio Cultural Sergipano. Santos (2009) pontua que entre as singulares características dessa manifestação religiosa e cultural, temos: que rememoram o árduo caminho do Calvário – os últimos momentos de Cristo, personificado na imagem de Senhor

dos Passos –, a forte presença de romeiros tocando, beijando e até conversando com a imagem de Senhor dos Passos – imagem e sujeitos dialogam –, o caráter penitencial da procissão etc.

- ***Batalhão de Bacamarteiros***: é do povoado Aguada, município de Carmópolis, esse bem imaterial foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Sergipe, por parte do governo do Estado sergipano, através do Decreto nº 30.281, de 29 de junho de 2016, sendo considerado umas das principais expressões culturais de Sergipe bem como uma herança da cultura africana. Esse grupo folclórico surgiu por volta de 1780 nos engenhos de açúcar do Vale do Cotinguiba. Vale dizer que, até hoje, os bacamartes, os instrumentos musicais e a pólvora são fabricados pelo próprio grupo.

Observando a listagem desses bens culturais patrimonializados pelo governo do Estado de Sergipe, mencionados anteriormente, também apercebemos e comprovamos, no campo da imaterialidade, o silenciamento das ações de patrimonialização em torno das práticas, representações, crenças e manifestações do protestantismo. Uma vez que, visualizando o perfil dos bens verificamos, notadamente, que na maioria dos casos as suas características apresentam traços do catolicismo, até mesmo, quando ocorre o sincretismo e a junção do sagrado com o profano, bem como nas manifestações de origem e influência da matriz africana.

Todo esse panorama realizado nesse subcapítulo em torno dos bens patrimoniais, inicialmente a partir de uma perspectiva que nos demonstra o foco na materialidade bem como em um passado católico e, em partes, hegemônico, que não leva em consideração e em sua totalidade a diversidade histórica do estado sergipano e de sua identidade multicultural, direciona-nos a visualizar a necessidade de aprofundar discussões e estudos que focalizem em rotas diferentes, assim como busca esta pesquisa. O mesmo percebemos quando verificamos os trabalhos e ações, por parte do governo de Sergipe e pelo IPHAN, por exemplo, no que diz respeito aos bens culturais de cunho imaterial.

Dessa maneira, é fundamental pontuar que o silenciamento para com os bens protestantes, material ou imaterial, revela-nos que o patrimônio cultural sergipano ainda não representa e apresenta uma visão democrática e multicultural.

Fato é que entender o pretérito e suas fusões históricas possibilitam-nos investigar nossos objetos com maior afinco e respaldos. Assim, todas as discussões aqui levantadas

construíram caminhos para o melhor entendimento acerca do nosso objeto de pesquisa. Em vista disso, seguindo nossos estudos e reflexões, conectados com o porvir, historicamente, vem sendo notados avanços no reconhecimento dos bens patrimoniais dos mais diversos grupos socioculturais, arquétipos como: indígenas, afrodescendentes, protestantes etc.

Apesar disso, ainda é um campo de pesquisa de fôlego recente. Sendo assim, a posteriori nos esforçamos em identificar e discutir sobre o patrimônio cultural protestante em Sergipe. Destacamos que, no caso específico de nossa investigação, como recorte utilizamos os seguintes bens patrimoniais protestantes: a Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, o Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras e a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju.

Destarte, corroborando com o reconhecimento e compreensão de uma identidade cultural sergipana, construída a partir de uma valorização do multiculturalismo democrático, isto ao passo que contemplamos a importância dos protestantes enquanto grupo sociocultural formador da identidade sergipana e possuidor de uma identidade, de um patrimônio cultural.

Entendendo esses bens materiais como patrimônio cultural desse grupo e seu reconhecimento e salvaguarda enquanto ferramenta de valorização da cultura protestante, bem como de proteção da identidade, da memória e da história de uma parcela significativa da população sergipana, a qual representa, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, um número de 243.330 de adeptos para uma população total de 2.068.017 pessoas.

III

BENS CULTURAIS PROTESTANTES EM SERGIPE SOB A PERSPECTIVA DA PATRIMONIALIZAÇÃO

A presente pesquisa até o momento debruçou-se em discutir a respeito do protestantismo, buscando compreender sua inserção tanto no contexto nacional quanto em Sergipe. Dado que entendê-lo é também reconhecer os processos de expansão dos protestantes enquanto grupo cultural formador de práticas e representações próprias. Destarte, possuidor de bens culturais materiais que também representam o patrimônio cultural sergipano.

A posteriori, a partir de tal entendimento, mergulhamos em algumas discussões teóricas acerca do patrimônio cultural as quais nos levaram a verificar, no que tange às ações de salvaguarda e tombamento, uma ênfase aos bens culturais ligados ao catolicismo em detrimento de outras religiões e grupos religiosos, como os protestantes.

Em vista da compreensão que o reconhecimento do patrimônio cultural religioso sergipano deve abranger os diversos grupos religiosos, formadores e pertencentes à cultura do estado, nesse momento focaremos em identificar e descrever, de maneira mais focalizada, alguns dos bens culturais protestantes que merecem ser patrimonializados pelo estado e pelas instituições.

Além disso, cabe enfatizar que essa busca pelo reconhecimento do patrimônio cultural protestante em Sergipe suscita-nos diversas indagações sobre os conflitos e desafios referentes à reivindicação de reconhecimento público das práticas rituais evangélicas/protestantes e de seus monumentos pelo estado laico.

Assim, a partir da investigação dessa temática e do destaque aos bens culturais protestantes, será plausível registrarmos possíveis caminhos para a formação de um patrimônio cultural protestante em Sergipe, a partir da compreensão das práticas e representações produzidas e reproduzidas por este movimento religioso e dos seus bens materiais históricos, a exemplo de suas igrejas e cemitério.

Partindo da perspectiva que o patrimônio cultural, material ou imaterial, e sua patrimonialização pelo estado correlacionam-se com a salvaguarda das memórias, é preciso notabilizar que reconhecer e construir uma identidade sergipana, por exemplo, requer uma abrangência e um entendimento das diversidades socioculturais do Estado, as quais devem ser reconhecidas, representadas e legitimadas de forma igualitária e laica.

A articulação entre as instituições que estudam as expressões culturais, as que operalizam e as que legislam constituem-se como eixo fundamental para as discussões a respeito da prática da patrimonialização. Dado que exercem um importante papel no ato de patrimonializar, este, por sua vez, alinha-se ao desejo de valorizar, tomba, proteger e manter vivas inúmeras manifestações culturais e diversos monumentos históricos.

No que diz respeito à materialidade, igrejas/templos e cemitérios, bens em discussão nesta investigação, configuram-se como significativos bens religiosos de representação sociocultural da presença e expansão do protestantismo em Sergipe. Além de que caracterizam a importância histórica desse grupo e simbolizam um lugar de resistência, de construção/resgate de uma memória e de uma coletividade protestante no estado. Logo, merecem visibilidade enquanto bens patrimoniais e, portanto, serem patrimonializadas/tombadas.

Assim, o estado e as instituições responsáveis pelo trabalho com o patrimônio cultural devem direcionar-se pelos caminhos da não unificação das dimensões do patrimônio, uma vez que representam atores indispensáveis para o fortalecimento de sujeitos e grupos sociais, isto, a partir da visão não unívoca do patrimônio, mas múltipla.

Em vista que o patrimônio investigado nesta pesquisa é referente aos bens culturais, especificamente, ligados aos grupos protestantes, sinalizaremos, neste instante, alguns bens culturais protestantes suscetíveis e de relevância social, cultural e histórica para a patrimonialização e que legitimam o protestantismo, contrapondo-se aos silenciamentos e omissões perante esse grupo e seus patrimônios.

Desse modo, a seguir destacaremos três bens de ordem material: a Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, o Cemitério Protestante de Lavandeiras e a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju.

3.1 Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras

Dentre os bens plausíveis de serem patrimonializados, em função de sua importância histórica e de salvaguarda da cultura e identidade protestante em Sergipe, temos a Primeira

Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe, localizada no município de Laranjeiras²⁴, viabilizada a partir dos trabalhos realizados pelo missionário Alexander Latimer Blackford, que “possibilitou a instituição, em 24 de outubro de 1884, da Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe, culminando posteriormente com a inauguração do templo em 19 de novembro de 1899” (COSTA, 2018, p. 115).

Abriremos um parêntese para sobrelevar que, para Nascimento (2003), Laranjeiras, também conhecida na época como a Athenas Sergipana, foi escolhida como palco inicial da inserção e expansão do protestantismo devido seu desenvolvimento cultural e econômico, pois era considerada como sendo uma cidade próspera. Assim, escolhendo lugares mais afastados dos centros urbanos, os protestantes presbiterianos se desenvolviam e difundiam suas ideias nas povoações circunvizinhas.

De acordo com Costa (2018), foi através do intermédio de algumas aristocratas, dentre elas: Dona Esmeralda Guimarães (viúva do comendador Antônio Agostinho Ribeiro de Guimarães) e Dona Maria Rosa da Paixão que a compra do terreno, no valor de 500\$000, para a edificação do templo foi possível. Acerca desse valor, “não se sabe ao certo se as benfeitoras faziam parte da membresia da Igreja, o que se pode deduzir é que [...] estas possuíam uma boa condição financeira” (COSTA, 2018, p. 71).

É plausível avultar que a Missão Presbiteriana norte-americana, tal como afirma Nascimento (2001), tinha, permanentemente, a preocupação em diferenciar seus prédios designados à religião e à educação de outras construções locais, sempre buscando construí-los em pontos estratégicos das cidades, “próximos às residências da elite econômica e, se possível, no centro cultural e político da cidade” (NASCIMENTO, 2001, p. 25).

Retomando nossa fala para a Primeira Igreja Presbiteriana em Sergipe, cabe destacar que em sua inauguração estavam presentes importantes nomes do protestantismo, entre eles: John Benjamin Kolb, Cassius E. Bixler, Woodward Finley, Lino Costa e Pierce Chamberlain. Ainda sobrelevamos que “a igreja funcionava num sobrado situado na antiga rua Comandaroba, nº 131, principal rua da cidade que, na época era a via de escoamento da produção açucareira dos engenhos” (NASCIMENTO, 2005, p. 45).

Silva e Nogueira (2007) também nos apresentam que:

²⁴ Vale dizer que esse município foi fundado em 7 de agosto de 1832. A histórica Laranjeiras fica a cerca de 25 quilômetros da capital de Sergipe, Aracaju. Com uma população, de acordo com o último censo do IBGE de 2010, de 26.902 pessoas e estimativa de quase 30.000 para 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/laranjeiras/panorama>. Acesso em: 20. Mar. 2020.

A planta da Igreja foi doação dos irmãos Januzzi do Rio de Janeiro e o templo foi construído em estilo eclético simples, porém com predomínio do neogótico ou neorenascentista, estilo muito usado no século XIX. As portas e janelas com arcos ogivais, na platibanda a presença de cornijas e na fachada, pilastras laterais e centrais, derivados da loggia renascentista dos palácios venezuelanos e florentinos. (SILVA E NOGUEIRA, 2007, p.63 apud COSTA, 2018, p. 73).

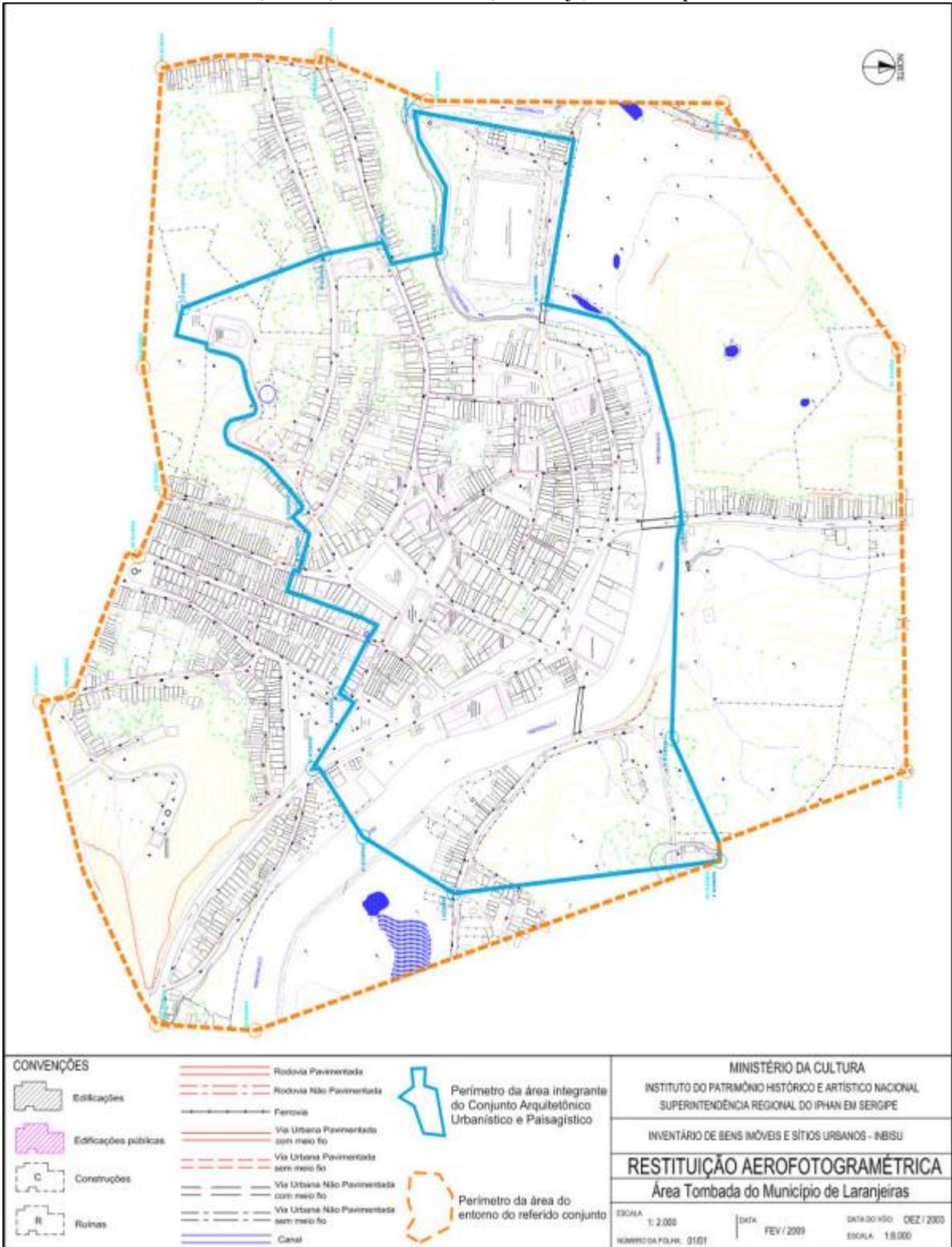
Logo, apontam-nos elementos estéticos e arquitetônicos do templo em questão, levando-nos a visualizar outras particularidades históricas da Primeira Igreja Presbiteriana em Sergipe, a qual também apresenta características da arquitetura predominante no século XIX. Dessa forma, colaborando com a compreensão do templo enquanto bem material que possui um valor de paisagem histórica, pois sua fachada, por arquétipo, permanece original desde sua fundação no ano de 1884 e a igreja mantém, ainda hoje, suas atividades religiosas, em que seu templo, atualmente, está localizado na Rua Tobias Barreto, no centro de Laranjeiras (ver figura 6).

Figura 6 – Fachada do Primeiro Templo da Igreja Presbiteriana do Brasil em Laranjeiras



Fonte: Disponível em: <https://infont.com.br/blogs/laranjeiras-se-cultura-popular-e-historia/>. Acesso em: 07. Nov. 2019.

Figura 7 – Mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, mostrando os perímetros do conjunto histórico (em azul) e do seu entorno (em laranja) tombados pelo IPHAN



Fonte: (FEITOSA, 2012, p. 136)

Vale sublinhar que a igreja faz parte do que, no hodierno, é reconhecido como Centro Histórico de Laranjeiras. Vejamos, na figura 7, o mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, mostrando os perímetros do conjunto histórico delimitados em cor azul e do seu entorno em cor Laranja, ambos tombados.

O fato é que estar introduzido nesse centro, de certa maneira, já sobreleva sua relevância sociocultural e histórica. Todavia, não obteve, até então, tombamento individual pelo IPHAN, como assim recebeu a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus. Nesse momento, frisamos que o “Conjunto Histórico e Artístico de Laranjeiras” é tombado desde o ano de 1996, já seu tombamento estadual é datado de 12 de março de 1971, a partir do Decreto Governamental N. 2048 que à elevou a Categoria de Cidade Monumento.

Dando continuidade às discussões a respeito da omissão do tombamento dos demais bens, como a Primeira Igreja Presbiteriana em Sergipe, pontuamos que:

Apesar de Laranjeiras ter todo seu núcleo urbano (mantido em sua forma desde a fundação da povoação) tombado pelos órgãos federal e estadual, não há dentro deste perímetro monumentos históricos oficiais além da igreja matriz que aí se situa e que, como vimos, teve seu tombamento em meados do século XX. Nenhuma outra edificação desta área é reconhecida individualmente e oficialmente como patrimônio arquitetônico colonial brasileiro, porém, para além desta mera classificação política, que atribui ao conjunto arquitetônico valor histórico e nega seu valor individual sociocultural, temos estruturas arquitetônicas que cuja relação com o passado faustoso desta terra e a posição que ocupam de documentar os períodos vividos pela velha cidade não se pode esconder ou ignorar. (FEITOSA, 2012, p. 137).

Diante do exposto, anteriormente, reafirmamos que esse passado vivido não pode ser ignorado, que o tombamento individual, da Primeira Igreja Presbiteriana em Sergipe, por exemplo, é reconhecer o valor sociocultural e histórico da sua edificação. Uma vez que também nos possibilita, através da sua materialidade, resgatar e salvaguardar o passado, bem como remota a identidade e a memória local. A partir disso, perante uma perspectiva mais ampla, referencia e simboliza parte da identidade protestante em Sergipe.

Essa problemática e significância também são observadas por Silva e Nogueira (2007), os quais ponderam que:

Portanto, em função da ação que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, independentes de sua consagração oficial, junto aos monumentos históricos de Laranjeiras também estariam inseridos outros

objetos que constantemente fazem recordar a identidade e a memória daquele local, independentemente de fazerem parte do privilegiado grupo estabelecido como indiscutível fonte de patrimonialidade do período colonial brasileiro. (SILVA; NOGUEIRA, 2007, p. 47 apud FEITOSA, 2012, p. 137).

Notadamente, nas palavras acima, averiguamos uma afirmativa que nos revela a ênfase e o privilégio imbuído aos bens culturais de um determinado grupo, como sabemos o católico, em contrapartida aos demais, como os protestantes. Esses autores ainda apontam que, embora alguns bens inseridos no Sítio Histórico de Laranjeiras não possuam tombamento individual, esses retêm características de patrimonialidade, dentre eles destacam a Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, datada de 1884.

Destarte, apercebemos que muito da significância histórico-cultural dessa igreja parte da configuração que ela pertence a um cenário em que o protestantismo expandia-se no estado sergipano, e que suas causas e mensagens atraíam a curiosidade e o interesse de setores da aristocracia e da população. Além de que sua introdução proporcionou a emersão de mudanças de diferentes naturezas (social, política, ideológica, religiosa e cultural) em uma “sociedade organizada hierarquicamente, com uma religião instituída desde os primórdios, mas com nítidos sinais de enfraquecimento e perda de credibilidade para alguns setores da sociedade Laranjeirense” (COSTA, 2018, p. 115).

A Igreja também simboliza, em sua materialidade, um momento de embates entre católicos e protestantes, diante do temor da Igreja Católica perante os avanços dos protestantes, a introdução de uma nova fé e a aderência de inúmeros conversos e adeptos ao protestantismo. A partir da compreensão que a presença protestante demarcou e suscitou diversos embates religiosos, isto é, o catolicismo e o protestantismo disputaram o mercado religioso que, notadamente, os católicos venceram, se assim podemos dizer. Todavia, os protestantes com suas práticas, representações, crenças e templos interferiram e gerenciaram mudanças até mesmo no cotidiano dessa localidade, assim como em todo o estado.

Nessas disputas pelo mercado religioso, ambos os seguimentos possuíam seus valores, símbolos e materiais caracterizadores e identificadores, entre esses os templos. No caso dos protestantes na cidade de Laranjeiras, temos como exemplo a Primeira Igreja Presbiteriana em Sergipe, onde os cultos, as práticas e as representações protestantes eram exercidas, vividas. Em vista disso as atuações históricas e estéticas vão atribuir valor simbólico, sentido e significado à igreja enquanto patrimônio cultural religioso.

Da mesma forma que a Escola Americana que, conforme diz Nascimento (2004), se instalou na cidade de Laranjeiras em 1886, seguindo o padrão educacional da Missão, e que “[...] diante das deficiências da educação pública, aquela escola contribuíra para melhoria do quadro educacional do Estado” (NASCIMENTO, 2004, p. 206). Destarte, identificamos outro ponto que nos demonstra mais uma considerável contribuição da presença protestante em Sergipe.

Também é preciso pensar que os presbiterianos representam os percussores do movimento protestante em Sergipe, bem como que a inserção do protestantismo é marcada a partir de 1884. Tendo em vista esses dados, já discutidos no Capítulo I, é preciso pensar e entender esse templo religioso enquanto elemento demarcador da implementação da mensagem protestante no estado sergipano, bem como um marco de sua expansão e institucionalização. Dado que foi e é, em sua medida, protagonista e demarcaram/demarcam a história cultural-religiosa de Sergipe como um todo.

Visto que, Laranjeiras, já em meados do século XIX, possuía um núcleo urbano relativamente denso, uma forte heterogeneidade no que diz respeito ao perfil de seus habitantes. Além de que:

[...] a heterogeneidade estava presente ainda nas diferentes crenças prolatadas, já se podia verificar a presença de ao menos duas representações oficiais de religião, a igreja católica e a presbiteriana; acrescentavam-se ainda os terreiros de candomblé existentes na região. (FEITOSA, 2012, p. 118).

Diante disso, notabilizamos a presença do protestantismo, muito a partir dos presbiterianos, e isso encaminha-nos a averiguar o que afirma Dantas (2009) que a presença dos presbiterianos em Laranjeiras corroborou para aumentar a diversidade de práticas religiosas e crenças em Laranjeiras. O que não foi diferente em todo o estado. Dessa maneira, pensar a patrimonialização da Primeira Igreja Presbiteriana em Sergipe, também é pensar o reconhecimento do multipluralismo religioso não apenas em Laranjeiras, mas como elemento característico da formação identitária sergipana.

Podemos afirmar que o templo exprime um espaço de uma identidade de resistência. Posto que, como versa Nascimento (2003), no século XIX, a chegada dos protestantes em Sergipe suscitou reações tanto dos adeptos ao catolicismo como por parte do clero. Originando embates pelo campo religioso da Província de Sergipe, uma disputa de almas,

registrados nos jornais da época e que prosseguiram em no século seguinte. Além disto, significou a materialização das grandiosas aspirações desse novo grupo sociocultural, o protestante. Corroborando, então, com uma difusão mais eficaz dos seus ideais.

Em se tratando da identidade de resistência, a propósito realçamos que essa foi:

[...] criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Destarte, compreendemos que os templos e instituições protestantes em Sergipe, além de suas práticas e representações, refletem, em partes, uma aversão e uma resistência à imposição de crenças e valores por parte da ação dominadora da Igreja Católica, especialmente durante o período de inserção e desenvolvimento do protestantismo. Também servindo como mecanismo de autoafirmação, não só no passado, mas também no presente.

Indubitavelmente, ponderar a respeito da omissão e do silenciamento diante da patrimonialização dos bens culturais protestantes, como a Primeira Igreja Presbiteriana de Sergipe em Laranjeiras, e o lugar de esquecimento em que são alocados permite-nos detectar que a memória coletiva construída na sociedade sergipana, historicamente, voltou-se ao catolicismo e ao seu passado colonial/imperial, muito disso se deve às disputas de poder. Na medida em que:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

É nesse sentido que se pode comprovar que, nesse jogo de memória e esquecimento, pensar o patrimônio cultural sergipano é, e muito, fruto de inúmeras divergências e conflitos entre grupos, em que o ato de esquecer é consequência de manipulações exercidas por grupos dominantes, na medida que buscam imporem-se como construtores e representantes da memória coletiva, da identidade/imagem social e, conseqüentemente, do patrimônio cultural.

Nessa complexa teia, que envolve o patrimônio cultural protestante em Sergipe, temos personagens como o estado, a população, as disputas de poder entre católicos e

protestantes, instituições como o IPHAN, bem como o próprio grupo protestante e suas inter-relações e iniciativas, ou falta delas, no retrato da acomodação e da negligência diante da compreensão de uma memória oficial dominante, consentindo que o esquecimento e o silenciamento triunfem em virtude de uma autopreservação e um reconhecimento/patrimonialização de bens diversos.

Em virtude dos aspectos discutidos, entendemos a Primeira Igreja Presbiteriana de Sergipe em Laranjeiras como um daqueles lugares de memória. Seja por ter sua ligação aos primórdios da inserção do protestantismo em Sergipe, como patrimônio de resistência, seja por sua materialidade e sua estética/arquitetura característica do século XIX. Em função disso, a sua patrimonialização se deve, em partes, ao fato de que:

Os lugares de memória nascem e vivem, portanto, do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos: “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis.” (LIMA, 2018, p. 72).

Nessa perspectiva, o templo compreendido enquanto lugar de memória, cumpre o papel de reproduzir o passado, mantendo-o vivo na memória, formando, portanto, uma memória coletiva protestante, servindo como suporte de uma, nessa junção de fatores como tempo e espaço, identidade coletiva do protestantismo.

É importante enfatizar que os lugares de memória “são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes” (NORA, 1993, p. 21). Não obstante, “[...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (ibidem). Pois então, podemos afirmar que a Igreja corresponde a um espaço material, mas com função ritual que carrega valores simbólicos da crença protestante. Isto posto, constitui-se tal como um lugar de afirmação e preservação da memória religiosa e de uma identidade protestante em Sergipe.

Ainda convém atentar-se para a questão da apropriação do lugar/espaço religioso por parte dos indivíduos protestantes. Já que, por exemplo, quando uma determinada pessoa é indagada onde é a sua igreja e, prontamente, responde que é de igreja tal, isso significa uma relação de apropriação e pertencimento entre o sujeito e o lugar religioso – este se relaciona com a crença e as práticas religiosas do indivíduo. E no caso da Primeira Igreja Presbiteriana

de Sergipe em Laranjeiras não é diferente, porém, essa possui uma maior relevância histórica ainda.

A compreensão de lugar para os protestantes parte em muito das premissas bíblicas, das palavras orientadoras da Bíblia Sagrada, maior norteadora da vida cristã protestante. Vejamos um exemplo:

[...] Quando o céu se fechar e não chover porque o teu povo pecou contra ti, e então eles se arrependerem, e virarem o rosto na direção deste templo, e orarem e te louvarem, depois que os tiveres [...] Agora, ó meu Deus, olhou para nós com simpatia e ouviu as orações que forem feitas neste lugar. (BÍBLIA SAGRADA, 2 CRÔNICAS 6:26, 40).

Mencionamos essa questão apenas como forma de avultar que o templo/lugar religioso protestante carrega um enorme valor simbólico, muito por ser visto entre seus frequentadores como sendo: “a casa de Deus”, “sagrado”, “fonte da graça” etc. Onde a coletividade é cultuada e construída, um lugar de experiências, de práticas e rituais espirituais, por vezes sobrenaturais, onde a identidade coletiva é fortalecida. Complementamos que, “[...] Ele mantém o edifício todo bem firme e faz com que cresça como um templo dedicado ao Senhor” (BÍBLIA SAGRADA, EFÉSIOS, 2:21). Assim, demonstramos, a partir de uma dimensão simbólica, a importância dos templos protestantes também como lugares de memória religiosa e coletiva.

Percebe-se, então, que o tombamento do templo, protege a memória e a história material da presença protestante, já no século XIX, da perda, do esquecimento, dos danos e da destruição. Logo, a ação de patrimonializar configura-se como uma ferramenta fundamental para a sobrevivência e salvaguarda desse bem cultural protestante do estado sergipano. Uma vez que, ele corresponde a um bem de valor cultural e representativo da presença e fixação do protestantismo em Sergipe, pois, como afirma Nascimento, “no ano de 1884 missionários presbiterianos norte-americanos instalaram definitivamente o protestantismo em Sergipe” (2003, p. 157). É interessante ater-se ao fato que, até onde se sabe, esse é o templo protestante mais antigo do estado, mantendo suas características legítimas e originais do século XIX.

E são justamente as ações de patrimonialização e tombamento que carregam o caráter de reconhecimento e proteção contra a descaracterização. Destarte, agindo como uma imprescindível ferramenta de proteção desse bem cultural, preservando-o e entendendo-o enquanto um patrimônio cultural protestante sergipano, mantendo viva sua história e

memória. Enxergando-o como bem representativo de memórias de uma coletividade, num determinado tempo histórico, inclusive dentro de instâncias político-administrativas. Ao ponto que não reconhecê-lo é estar subordinado sob a pena de desaparecer um referencial direcionador da diversidade religiosa e do protestantismo em Sergipe.

3.2 Cemitério Protestante de Lavadeiras em Laranjeiras

Os protestantes em Sergipe, desde sua chegada, fundaram templos, escolas, cemitérios bem como difundiram uma nova forma de viver e ver a nova fé. Nesse contexto, surge o Cemitério Protestante de Lavadeiras, povoado da cidade sergipana de Laranjeiras. Destarte, aqui notabilizamos mais um significativo bem, com importância histórica e memorial, o qual também é plausível de ser patrimonializado.

Não muito diferente dos outros bens, o Cemitério Protestante de Lavadeiras insere-se em um panorama em que o protestantismo buscava introduzir-se no estado sergipano enquanto uma nova proposta religiosa. Como discutimos no Capítulo I, em função disso surgiram inúmeros embates e confrontes entre católicos e protestantes, pois a Igreja Católica temia perder espaço e poder. Sendo assim:

Além do preconceito e perseguição enfrentados pelos conversos, havia a questão dos sepultamentos que obrigou os protestantes a criarem cemitérios para sepultar seus mortos, uma vez que a administração dos cemitérios nesse período era de responsabilidade da Igreja Católica. (COSTA, 2018, p. 15-16).

A partir dessa afirmativa já podemos enxergar um importante ponto que nos leva a reconhecer a importância histórica de promover ações preservacionistas e de patrimonialização para o Cemitério Protestante de Lavadeiras, em virtude de o mesmo representar um resultado/marco dos embates entre católicos e protestantes no século XIX e XX em torno das relações de poder.

Para compreendermos melhor esse cenário é preciso reconstruir o seu palco. Os personagens em questão eram os católicos e protestantes. Até o período Colonial não existiam cemitérios públicos no Brasil. Todavia, por questões de higiene pública, passam a existir cemitérios particulares e alguns públicos, consagrados pela igreja e administrados pelas

irmandades. Por consequência disso e como forma de reter o crescimento do protestantismo, o clero proibia o sepultamento de protestantes em cemitérios públicos onde os católicos eram sepultados.

Essa exclusão também era exposta nos jornais, como indicamos abaixo:

A exclusão do sepultamento dos protestantes era registrada de forma clara, conforme o anúncio do Jornal “O Laranjeirense”, onde foi relatado o falecimento da Sra. Antônia, filha de Lourenço, que não foi sepultada no cemitério dos católicos, por pertencer à religião protestante (*O Laranjeirense*, 12 de dezembro de 1888). (COSTA, 2018, p. 63).

Reforçando esse painel que nos demonstra o monopólio da Igreja Católica, referente aos corpos (sepultamentos), Leigh e Baigent, acerca dos padres, afirmam-nos que:

Muitos exigiam pagamento até pela realização de seus deveres oficiais. Casamentos e funerais não se faziam sem que se pagasse adiantado. A comunhão era recusada até que se recebesse uma doação. Mesmo os últimos sacramentos se recusavam aos agonizantes enquanto não se extorquisse uma soma em dinheiro. (2001, p. 27).

Logo, observamos como essa prática era, extremamente, lucrativa e até mesmo segregadora, já que aqueles que professassem um modo de fé divergente ao catolicismo eram vedados de serem sepultados em locais dominados pela Igreja Romana. “A lei imperial de 1º de outubro de 1828 instituiu a criação de cemitérios públicos e a proibição de sepultamento dentro das igrejas” (COSTA, 2018, p. 41). Surgindo a partir de um empreendimento de um projeto higienizador e civilizador.

Mas, apesar disso, a recusa aos sepultamentos dos protestantes ainda permanecia. Logo, obrigando-os a construírem cemitérios particulares por todo o Brasil. Isto, não fora diferente em Sergipe, onde diversos cemitérios de cunho protestante surgiram, dentre eles: o Cemitério Protestante de Lavandeiras. Resultando, portanto, na perda do monopólio dos corpos (sepultamentos) da Igreja Católica, bem como na construção de um espaço de pertencimento, memória e afirmação da presença protestante no estado sergipano.

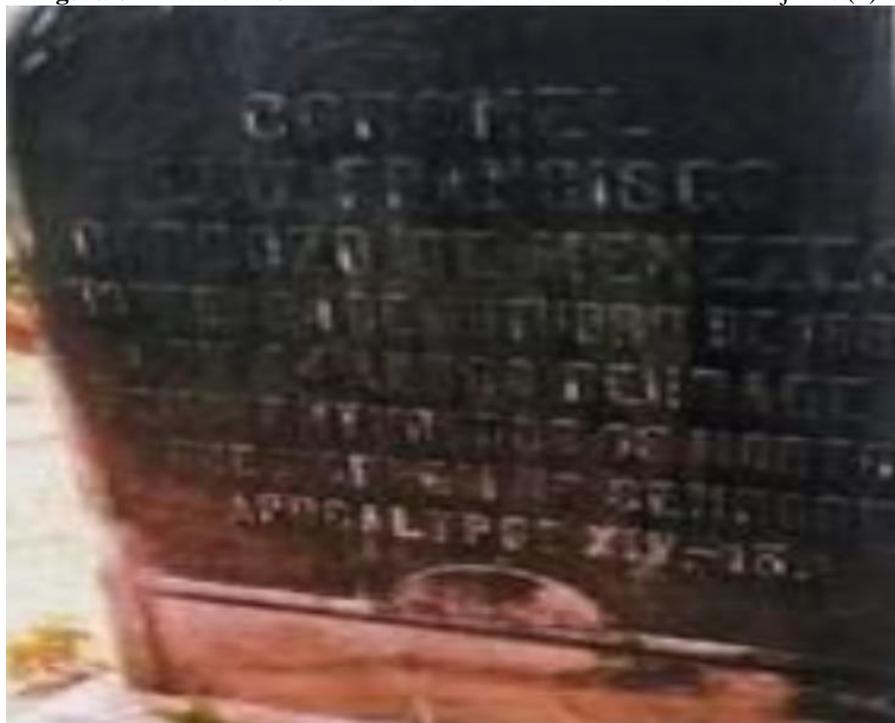
Tamanha é a significação desse cemitério que, segundo Nascimento, “[...] a filha de Woodward Edmund Finley, morta pela difteria, está sepultada no cemitério dos protestantes em Lavandeiras, povoado da cidade sergipana de Laranjeiras” (2005, p. 1). Em consonância com a autora, Moura completa essa questão dizendo que:

Distante de seu povo e de sua cultura, convivendo com a pobreza, com a falta de saneamento e com as epidemias, Finley presenciou o falecimento de sua filha Phebe Mary, acometida pela Grupe, uma infecção viral contagiosa das vias respiratórias. Seu corpo foi sepultado no antigo cemitério protestante no povoado Lavandeiras, em Laranjeiras, em 1896. (MOURA, 2013, p. 107).

É reconstruindo esse palco e, concomitantemente, demonstrando em quais cenários incluiu-se a construção do Cemitério de Lavandeiras que conseguimos vislumbrar seu lugar nessa discussão, em que nos revela a exclusão do sepultamento de protestantes e o seu cemitério no povoado de Lavandeiras, em Laranjeiras, como um espaço de resistência e um lugar de memória.

Feitas essas considerações que nos fazem compreender o enredo em que o Cemitério de Lavandeiras em Laranjeiras está incorporado e a partir disso reconhecer seu valor histórico, nesse momento é necessário expormos algumas figuras que comprovam, ainda na atualidade, a existência do cemitério. Além de que nos mostra seu estado atual, encontrando-se em ruínas e, dessa forma, descortinando e manifestando a necessidade de práticas de patrimonialização, ações de reconhecimento e preservacionistas. (ver figuras 8 e 9).

Figura 8 – Ruínas do Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras (1)



Fonte: (COSTA, 2018, p. 63).

Figura 9 – Ruínas do Cemitério Protestante de Lavandeiras em Laranjeiras (2)



Fonte: (COSTA, 2018, p. 64)

Por fim, é eminente manifestar que, diante do exposto, percebemos então uma importante conquista da época: a construção do Cemitério Protestante de Lavandeiras, o qual precisa ser salvaguardado a fim de que parte da história da presença protestante não seja esquecida e a sua memória apagada. Visualizando-o enquanto testemunho tanto da presença protestante em Sergipe quanto das lutas pela afirmação e poder religiosos contra os católicos. Reconhecendo, diante de ações de preservação, sua relevância histórica e memorial. Logo, vendo-o como um patrimônio de valor cultural e social que apresenta condições de preservação.

3.3 Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju

Antes de tudo, precipuamente, é necessário dizer que a preservação dos bens propostos nesse trabalho constitui-se como uma ferramenta/ação que se engloba na esfera da coletividade, isto é, transcende a dimensão individual e se calca na valoração plural das identidades socioculturais e, concomitantemente, suporte da memória coletiva protestante e até mesmo sergipana.

Nessa conjuntura insere-se a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju. Logo, é imprescindível entendê-la enquanto lugar de memória a partir da leitura de Nora (1993) e como sendo catalisadora da memória coletiva.

E é em meio ao processo de disseminação do protestantismo em Sergipe que, através do presbiterianismo, a capital aracajuana²⁵ emerge como um novo personagem nesse contexto, em função de ser considerada uma cidade promissora. Nascimento (2004) revela-nos que em 13 de dezembro de 1901 é organizada, por Finley e George W., a primeira igreja protestante na capital. Diante disso, também cabe sobrelevar que Waddell, entre 1903 e 1905, designou que Laudelino de Oliveira assumisse o ‘posto’ da igreja de Aracaju, mas já a partir de 1910 é o Reverendo Rodolpho Fernandes que se tornou responsável pela igreja.

Sendo assim, podemos destacar que:

No dia 13 de dezembro de 1901, às três e meia da tarde, a comissão nomeada pelo presbitério de Pernambuco, composta dos Revs. Drs. E.W. Chamberlain e W. E. Finley organizou a Igreja Presbiteriana do Aracaju, sendo arrolados 33 membros maiores e 12 menores, vindos da Igreja de Laranjeiras. A noite houve culto público, sendo declarada organizada a Igreja. O Rev. Chamberlain leu a escritura; o Rev. Cassius E. Bixler fez oração; o Rev. Finley narrou a história da igreja e os esforços feitos para conseguir a sua organização, salientando a ação do presbitério de Pernambuco e da comissão nomeada; o Rev. Waddell instruiu nos seus deveres os membros da nova igreja. (MACHADO, 1920, p. 211 apud COSTA, 2018, p. 84).

A autora supracitada discorre que, a priori, os presbiterianos de Aracaju eram provenientes de Laranjeiras. E é a partir desse e outros processos de expansão que o protestantismo vai ganhando notoriedade, tanto no cenário religioso quanto na esfera política e social. Com isso, originando mudanças e promovendo novos hábitos de fé e de vida.

É possível destacar que, segundo Santos (2017), a Igreja Presbiteriana de Aracaju, quando organizada, funcionou em casa alugada na antiga Rua da Aurora, atualmente, Avenida Barão do Rio Branco, junto ao velho Trapiche Aurora. Em seguida, mudou-se de lugar, mantendo-se na mesma rua, situando-se na esquina da Rua Estância, lado do Norte. Posteriormente, em 1904, passou a localizar-se na Rua de São Cristóvão, esquina do Beco do Açúcar.

²⁵ Aracaju, como cidade projetada, nasceu em 17 de março 1855 por necessidades econômicas. O seu nome tem origem tupi e significa Cajueiro dos Papagaios. Em conformidade com o último censo de 2010 do IBGE tem uma população de 571.149 pessoas e com estimativa de 657.013 pessoas para 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 20. Mar. 2020.

O autor citado ainda sublinha que, por fim, foi lançada a pedra fundamental do novo templo, em 25 de janeiro de 1915, na Rua Laranjeiras, esquina com Capela, 494, Centro de Aracaju, onde se encontra até os dias de hoje (na figura 10 é possível notabilizar sua fachada na década de 1920 e na figura 11 sua atual fachada). Vale avultar que o templo promove suas atividades religiosas aos domingos com culto às 9h e às 18h, tendo também às 10h Escola Bíblica Dominical. Nas quartas-feiras: Oração e Doutrina com início às 19h30.

Como podemos verificar, a Igreja Presbiteriana de Aracaju passou por inúmeras mudanças, seja em suas localizações até fixar-se na entre as ruas Laranjeiras e Capela da atual capital sergipana, seja nas notáveis transformações estruturais e físicas do templo, não mantendo a estética e a arquitetura de sua fundação, como claramente é plausível averiguarmos realizando o comparativo das figuras (10 e 11) expostas abaixo.

Figura 10 – Fachada do primeiro templo da Igreja Presbiteriana em Aracaju, localizada na Rua Laranjeiras, na década de 1920



Fonte: Disponível em: <http://www.iparacaju.org/iparacaju/>. Acesso em: 07. Nov. 2019.

Figura 11 – Fachada atual da Igreja Presbiteriana em Aracaju, situada na Rua Laranjeiras



Fonte: Disponível em: <http://www.iparacaju.org/iparacaju/>. Acesso em: 07. Nov. 2019.

Apesar disso, é preciso entender que a Igreja Presbiteriana de Laranjeiras simboliza um lugar de apoio à memória protestante bem como sua possível patrimonialização corrobora com o despertar de um sentimento de coletividade protestante. Dado que é através da perpetuação da memória, como fenômeno dinâmico, que se dá a continuidade dos grupos socioculturais. À vista disso que enxergamos a importância de reconhecer seu lugar de destaque no processo de disseminação dos ideais e das mensagens protestantes em Sergipe.

Já que “[...] o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15). É, portanto, salvaguardar essa memória protestante configurada no templo da Igreja Presbiteriana de Aracaju para que não se perca no esquecimento, tornando-a um símbolo de identidade e reconhecimento do protestantismo em Sergipe, pois figura-se como um dos principais personagens/objetos de rememoração de sua origem no estado.

Para Miliorança e Picoli, “[...] os lugares de memória podem fornecer subsídios para a formação de uma identidade individual no sentido coletivo do termo, na medida em que se apresentam como testemunhos concretos de um passado comum” (2013, p. 7) E a partir dessa compreensão reforçamos nosso entendimento que, apesar da diversidade denominacional no

meio protestante, a Igreja Presbiteriana e seu pioneirismo na capital aracajuana e no estado sergipano, demarcam um passado comum da inserção e expansão do protestantismo em Sergipe, tendo, portanto, a implementação da Igreja Presbiteriana de Aracaju como um marco desse desenvolvimento.

Ainda em consonância com Nascimento (2004), vale salientar que, assim como em Laranjeiras, a Escola Americana – transferida para Aracaju em setembro de 1898 e que foi paulatinamente desativada, funcionando até o fim da primeira década do século XX – propiciou mudanças positivas nos paradigmas socioculturais e educativos. Pois:

Não só em Sergipe, mas nas cidades onde a denominação presbiteriana instalou suas igrejas, foram organizadas escolas com algumas características: magistério predominantemente feminino, classes mistas, ênfase à educação física e ao trabalho, substituição do método de cantarolar as sílabas e a tabuada pelo americano, silencioso e intuitivo. Nas escolas paroquiais e principalmente nos colégios, o currículo do ensino elementar trazia novidades: dava ênfase às ciências, a recitação de poesias não só em português como também em inglês e francês, as execuções musicais, dentre outras atividades. (NASCIMENTO, 2004, p. 230).

Tais características demonstram-nos que o trabalho religioso desses primeiros protestantes, os presbiterianos, no estado sergipano possuiu características fortemente marcadas não apenas pelo evangelismo e seus trabalhos em nome das conversões, mas também de pelo caráter de agente transformador do cenário social sergipano, implementando novas visões educativas, demarcando-se também enquanto formadores de valores, crenças, princípios, condutas e mudanças.

Atrelado aos trabalhos de evangelismo e cultos nos templos, as igrejas protestantes possuíam/possuem o hábito de promover Escolas Dominicais. Isso não foi/é diferente com a igreja em questão. Como dito, sua escola dominical funciona aos domingos às 10h. É preciso frisar que essa prática ocorre desde a fundação do templo, o Jornal “*Sergipe Evangélico*” já destacava em seus anúncios essa atividade: “Escola Dominical – todos os domingos, às 10h da manhã” (1936, p. 3) .

Nascimento (2004) ressalta que as Escolas Dominicais foram trazidas para o Brasil através dos missionários norte-americanos, realizadas, normalmente, aos domingos, cujo objetivo era ensinar sobre a nova doutrina protestante e a Bíblia. Em que “para aqueles missionários norte-americanos, sua religião exerceria um papel civilizatório [...]” (NASCIMENTO, 2004, p. 169).

Também destacamos que:

[...] as instituições presbiterianas de ensino, embasadas em novas teorias pedagógicas, introduziram várias inovações de ensino. A liberdade, a razão, a experimentação, a observação como também o pensar e o fazer estavam presentes nos fundamentos teóricos e nas atividades pedagógicas de suas escolas. (NASCIMENTO, 2004, p. 196).

A autora supracitada ainda complementa que a partir da conversão constituíam-se necessárias algumas mudanças de hábitos, como: dedicar-se às leituras bíblicas; reservar o domingo exclusivamente para questões espirituais, sendo proibido o lazer e o trabalho, etc. Logo, notabilizamos que “essa instituição de ensino informal e permanente foi um dos mais eficazes instrumentos de difusão das doutrinas e dos valores presbiterianos no Brasil” (NASCIMENTO, 2004, p. 170), visto que, “[...] os missionários educadores transmitiriam, juntamente com as “verdades reveladas”, os valores da sociedade norte-americana” (ibidem).

Diante disso, vemos outro ponto de influência e transformação ocasionado pela presença protestante. Não diferente em Sergipe e muito menos na Igreja Presbiteriana de Aracaju e demais igrejas protestantes que se fixaram em Sergipe, que a partir das escolas dominicais disseminaram/disseminam valores e comportamentos, bem como forneciam instruções mínimas etc., revelando-nos mais um fator elementar e de extrema importância das ações dessa igreja e, portanto, indicador de sua relevância histórica, social e reformadora. Em que, se assim podemos dizer, tem sua escola dominical como um espaço de trocas, coletividade e pertencimento, realizando até hoje essa prática.

Por certo, inferimos que a necessidade da patrimonialização da Igreja Presbiteriana de Aracaju, enxergando-a como ‘lugar de memória’, deve-se a sua magnitude simbólica bem como por ela representar um dos símbolos que remetem e resgatam a origem do protestantismo, seu papel histórico, e sua memória, como elementos fundamentais para resgate e reafirmação identitária protestante, bem como para a construção e compreensão de uma identidade sergipana plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num balanço geral, é plausível frisar que ao longo deste trabalho foram discutidas e analisadas questões e problemáticas que nos permitiram compreender alguns dos patrimônios culturais protestantes, presentes no estado sergipano. Para tanto, partimos de duas principais problemáticas, a saber: porque não existem bens patrimoniais protestantes tombados/preservados, a nível individual, no Estado de Sergipe e quais bens plausíveis de serem patrimonializados poderíamos elucidar.

À vista disso, a priori realizamos discussões no entorno da inserção e atuação protestante na história de Sergipe, partindo dos estudos que nos elucidam acerca da presença protestante no Brasil e, concomitantemente, no estado sergipano. Com isso, notabilizamos que a chegada dos protestantes em Sergipe ocorreu na segunda metade do século XIX, em 1884, em Laranjeiras, a partir dos desdobramentos de uma missão norte-americana protestante, e que a presença de um novo agente religioso, o protestante, estabeleceu diversos conflitos representados pelos debates de caráter ideológico e teológico com os católicos.

Além de que, foram utilizadas inúmeras ferramentas propagandistas de divulgação das suas ideias, bem como de defesa dos seus ideários e de fixação de suas instituições. Dentre elas, temos: a distribuição de impressos, a criação de jornais e escolas etc. Para tais discussões/descobertas recorreremos aos trabalhos de Nascimento (2000, 2003, 2012) e Costa (2018).

Desse modo, situamos na nossa pesquisa esse grupo sociocultural, o protestante, que apresenta um conjunto de significados, crenças, normas, expressões e símbolos coletivos comuns ao todo; e que, de acordo com o IBGE, representa uma parcela significativa da população sergipana, isto é, um número de 243.330 adeptos para uma população total de 2.068.017, enfatizando a sua importância histórico-cultural. Logo, fortalecendo a visão dos protestantes enquanto um dos agentes históricos transformadores e construtores da identidade sergipana, e que, muito em função disso, merecem o reconhecimento, a proteção e a salvaguarda de seus bens patrimoniais,

A posteriori discorreremos sobre os processos de patrimonialização de bens culturais protestantes em Sergipe, partindo, inicialmente, de uma perspectiva teórica centrada especialmente nos estudos de Choay (2001), Pelegrini (2006) e Funari e Pelegrini (2009) para entendermos o termo patrimônio e as discussões envolvidas da noção de patrimônio cultural.

Feito isso, versamos como se estabeleceu a institucionalização do patrimônio no Brasil e, conseqüentemente, em Sergipe, evidenciando o trabalho do IPHAN. Ao emprendermos essa análise, verificamos a ênfase na patrimonialização nos bens de pedra e cal, materiais, monumentais, ligados ao passado colonial/imperial brasileiro.

Vale frisar que discutimos a respeito dos processos de patrimonialização dos bens culturais protestantes do Estado de Sergipe e, diante do diagnóstico dos perfis dos bens reconhecidos e tombados em Sergipe, observamos um enorme silenciamento ao protestantismo e uma ênfase ao catolicismo. Com um relevo aos bens materiais quase sempre ligados à Igreja Romana, suas igrejas, templos, sobrados, capelas e a prédios públicos etc. Como Alves (2008) aponta-nos ao afirmar que no campo da patrimonialização em Sergipe tem-se uma tendência ao tombamento de heranças da aristocracia branca católica.

Destarte, apercebemos que em toda a construção histórica e cultural sergipana a identidade católica foi fortalecida e acentuada, sendo utilizada como centro de uma identidade coletiva e vista como simbolizadora de um sentimento de pertencimento coletivo, visto que as memórias e referências patrimoniais dos indivíduos sergipanos, desde seus primórdios, estão marcadas pelo catolicismo, que a partir das relações de poder mantiveram suas hegemonias territorial e cultural.

Contudo, é essencial destacar que, apesar da hegemonia católica, os protestantes, enquanto grupo sociocultural, representam parte fundamental da conformação cultural sergipana. Isto posto, sobrelevamos que reconhecer seus bens é possibilitar a visibilidade de novos sujeitos e grupos, é promover o respeito à diversidade, bem como reconhecer o pluralismo cultural e religioso que compõe a identidade sergipana.

Prosseguindo, após dissertarmos acerca do protestantismo e dos protestantes, das questões em torno do patrimônio cultural e, a partir dele, problematizarmos o silenciamento aos bens patrimoniais protestantes, propomo-nos, por fim, em identificar e descrever acerca de três importantes bens protestantes. Isto, com a finalidade de registrar possíveis caminhos para a formação de um patrimônio cultural protestante no estado sergipano. São eles:

A Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe em Laranjeiras, que teve sua instituição e inauguração datadas no século XIX. Representando um momento de embates entre católicos e protestantes, diante do temor da Igreja Católica perante os avanços dos protestantes, além da introdução de uma nova fé, o protestantismo, e a aderência de inúmeros conversos. O templo foi construído em estilo eclético simples, porém com predomínio do

neogótico ou neorenascentista, estilo muito usado no século XIX, e mantém, ainda hoje, suas atividades religiosas, onde, atualmente, está localizado na Rua Tobias Barreto, no centro de Laranjeiras. Fazendo parte do que, no hodierno, é reconhecido como Centro Histórico de Laranjeiras, porém não possui tombamento individual.

Logo, seu tombamento e sua preservação simbolizam o reconhecimento do seu valor sociocultural e histórico, seu reconhecimento enquanto espaço de uma identidade de resistência – a protestante. Desse modo, cumprindo o papel de reproduzir o passado, mantendo-o vivo na memória, formando, portanto, uma memória coletiva protestante, servindo como suporte de uma identidade coletiva do protestantismo, nessa junção de fatores como tempo e espaço.

A posteriori o Cemitério de Lavadeiras, povoado da cidade sergipana de Laranjeiras, que, não muito diferente dos outros bens investigados nesta pesquisa, também se insere em um panorama no qual o protestantismo buscava introduzir-se no estado sergipano enquanto uma nova proposta religiosa, bem como um momento em que o clero proibia o sepultamento de protestantes em cemitérios públicos onde os católicos eram sepultados. Tendo, até mesmo, a filha de Woodward Edmund Finley, morta pela difteria, sepultada nesse cemitério. O fato é que esse bem patrimonial protestante também representa um espaço de resistência, um lugar de memória e identidade coletiva. Carregando, mesmo que em suas ruínas, sua relevância histórica e memorial.

E, por último, a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju, que representa a primeira igreja protestante da capital sergipana, organizada em 13 de dezembro de 1901, por Finley e George W. Após passar por inúmeros endereços, em 25 de janeiro de 1915, foi lançada a pedra fundamental do novo templo na Rua Laranjeiras, esquina com Capela, 494, Centro de Aracaju, onde funciona até a atualidade e ainda mantém a realização de suas atividades religiosas (cultos, escolas dominicais, eventos etc.)

Cale sublinhar que esse templo passa a interferir tanto no cenário religioso quanto na esfera política e social. Com isso, originando mudanças e promovendo novos hábitos de fé e de vida. E, apesar de não ter mantido a originalidade em sua arquitetura, simboliza um lugar de apoio à memória protestante bem como sua possível patrimonialização corrobora com o despertar de um sentimento de coletividade protestante. Além de possuir uma enorme relevância histórica, religiosa, cultural, social e reformadora para o cenário sergipano.

Diante da apresentação desses bens, demonstramos seus valores de patrimonialização, além de suas relevâncias histórica, política, religiosa, social e cultural, também como seus status enquanto lugares de memória etc. Constatamos e comprovamos que eles merecem uma atenção direcionada por parte de instituições (como o IPHAN), do governo do estado, da população como um todo etc. Uma vez que remetem a origem do protestantismo, resgatam e reafirmam a identidade protestante, além de serem fundamentais para a construção e compreensão de uma identidade sergipana plural, pautada no reconhecimento das diferenças.

Aqui ressaltamos que a valorização da cultura e dos bens patrimoniais protestantes, bem como a proteção de sua identidade, de sua memória e sua história representam o reconhecimento e a compreensão de uma identidade cultural sergipana construída a partir de uma valorização do multiculturalismo democrático, isto ao passo que contemplamos a importância dos protestantes enquanto grupo sociocultural formador da identidade sergipana e possuidor de uma identidade, de um patrimônio cultural.

Retomando a problemática do silenciamento diante do patrimônio cultural protestante em Sergipe, também é preciso aludir que a participação do Estado, nesse processo de patrimonialização e reconhecimento dos patrimônios aqui discutidos, é imprescindível. Pois, como diz Lima, “a ideia de patrimônio fundamenta a necessidade viabilizada pelo Estado de patrimonialização de bens considerados guardiões de memórias” (2018, p. 47). E, para além do silenciamento desse, temos o negligenciamento por parte de instituições como o IPHAN, da população como um todo, bem como dos próprios protestantes e sua falta de iniciativa em preservar seus bens patrimoniais.

Em vista disso, reconhecer, preservar e tombare tais bens significa resistir ao tempo, ao sistema, e aos interesses pessoais muitas vezes segregadores das diferenças. Em função disso, é cada vez mais substancial a promoção de ações conjuntas e que envolvam comunidade, protestantes, Estado, instituições que direcionam seus trabalhos ao patrimônio cultural, etc., para, assim, educar e promover o reconhecimento desses bens enquanto parte de uma identidade diversa e rica da sociedade sergipana. Visto que:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse

processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa. (FONSECA, 1997, p. 36).

É fato que quando perpassamos pelo estudo do patrimônio protestante e sua patrimonialização, encontramos outras questões que dificultam sua compreensão, o arquétipo do pluralismo religioso protestante, marca da contemporaneidade. Essa falta de unidade, se assim podemos dizer, constrói barreiras no processo de construção de identidade e memória coletiva protestante bem como na formação de um sentimento comum de pertencimento desse grupo, o que viabiliza levar suas práticas a tombamentos e salvaguardas.

Mas, é imprescindível compreender que, apesar do pluralismo religioso protestante, eles possuem uma identidade coletiva, o poder simbólico das instituições religiosas protestantes sobre os sujeitos sociais é capaz de produzir, reproduzir e conservar práticas e representações patrimoniais legítimas, muito também das trocas e compartilhamentos interdenominacionais. Além de que, professam a salvação pela graça através da fé em Jesus Cristo como único modo do homem chegar a Deus, independente do *modus operandi*.

Afora isso, é preciso ressaltar que a ausência de fontes impossibilitou o acesso a algumas informações pertinentes na pesquisa, como os poucos dados a respeito do atual estado do Cemitério de Lavadeiras em Laranjeiras, além das poucas informações das características históricas e memoriais desse e das igrejas investigadas. Muitas lacunas devem-se, principalmente, à carência de trabalhos que versassem de maneira mais profunda e específica sobre os bens estudados bem como a dificuldade do acesso às fontes primárias. Porém, toda pesquisa, o que é indiscutível, defronta-se com problemas, limitações.

Nessa conjuntura, cabe dizer que o presente trabalho não esgota a problemática existente. O estudo desse tema, na verdade, permitiu-nos apresentar novos olhares e possibilidades em relação às ações de patrimonialização em Sergipe, introduzindo nesse cenário os bens de natureza protestante. Dado que, ao passo que abrimos espaço para um debate historiográfico sobre o silenciamento no que diz respeito ao tombamento de bens patrimoniais e culturais protestantes, sobretudo no contexto sergipano, possibilitamos e suscitamos reflexões acerca das relações de poder em torno das ações de patrimonialização no estado.

Vale atestar que, na perspectiva construída por esta investigação, não encontramos nas produções científicas e acadêmicas um trabalho que se debruçasse em discutir e

apresentar o patrimônio cultural sergipano pela vertente dos bens protestantes. Logo, ao final desse trabalho, mesmo reconhecendo que muitos estudos podem e devem empenhar-se nessa temática, o fato de termos pensado o patrimônio protestante em Sergipe, propiciou que o colocássemos dentro da pesquisa historiográfica enquanto tema. Não obstante, é indubitável que há novos estudos por serem feitos no afã de compreender outros pormenores.

Restando-nos, desse modo, ao menos a convicção de termos centrado nosso foco e despendido esforços de toda ordem para analisar a compreensão de importantes bens patrimoniais protestantes imersos em ambientes e cenários complexos, movidos por outras questões ainda mais complexas, que marcaram profundamente a história de Sergipe, especialmente, a partir da inserção do protestantismo em Sergipe no século XIX, bem como em evidenciarmos sua relevância histórica, cultural e memorial.

Enfim, este trabalho tem a intenção de corroborar com a historiografia acerca do patrimônio cultural protestante e o seu reconhecimento em Sergipe, num ambiente predominante católico e/ou de sincretismo religioso. À vista disso, a relevância desta investigação se dá por entendermos que a mesma colabora para uma historiografia local, trilhando estudos e análises, até então, esquecidos e trabalhados de maneira irrelevante e inexpressiva pela historiografia sergipana.

Fato é que ainda há um vasto campo para estudo e problematização da historiografia do protestantismo, sobretudo da religiosidade protestante sergipana. Entretanto, com o discutido, até o momento, contribuímos com futuras pesquisas relacionadas a outros pontos considerados pertinentes que não puderam ser explorados ou mesmo aprofundados nesta pesquisa, como a exemplo de outros bens que merecem ser patrimonializados, do aprofundamento histórico sobre os bens descritos, dos embates entre católicos e protestantes, do trabalho do IPHAN, do entorno das relações de poder no campo patrimonial em Sergipe etc., dentre outras questões surgidas a partir desses contextos.

Por fim, esperamos que essa pesquisa seja compreendida como parte de um processo de renovação da visão, por vezes, homogênea de se pensar o patrimônio e prática da patrimonialização no estado sergipano, provocando discussões/reflexões acerca da imprescindibilidade de reconhecer o pluralismo religioso e cultural no processo de formação da identidade sergipana, a partir da defesa de uma ótica mais heterogênea acerca da patrimonialização.

FONTES E REFERÊNCIAS

IMPRESSOS

O JORNAL BATISTA – Ano CXIII – Edição 05 (03.02.2013).

SERGIPE EVANGÉLICO – Ano I – N° 4 (Aracaju, 22 de fevereiro de 1936).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R. S. **Vozes Femininas no início do Protestantismo Brasileiro**: escravidão, império, religião e papel feminino. São Paulo: Hagnos, 2014.

ALVES, Francisco José. Sobre os bens sergipanos tombados – nota prévia. **Jornal da Cidade**, Aracaju, p. 4, 20. abr. 2008.

ALVES, R. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

ANDRADE, P. **Sob o olhar diligente do pastor**: a Igreja Católica em Sergipe. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010.

AZEVEDO, Fernando de. **“Uma interpretação do Instituto Mackenzie”**. In: Revista da FLEP (Faculdade de Letras, Educação e Psicologia). Universidade Mackenzie, Ano I, n° 1, 1997.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia Sagrada**: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2000. 896p.

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONIFÁCIO, N. S. **Uma Educação para a vida**: as práticas educativas dos salesianos para a formação dos meninos em Sergipe (1911 – 1945) Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n.], 2017.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias. **Sob o domínio da cruz: a construção de um território e patrimônio cultural em Sergipe**. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

BURKE, Peter. **O que é História cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história**. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov. 2012.

CAMARGO, C. P. **Católicos, Protestantes, Espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPOS, Pablo Renan Silva. **Bens Culturais em Sergipe: Uma Reflexão para Além do Tombamento**. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

CANDIOU, François [et al.] **Como se faz a história: Historiografia, Método e Pesquisa**. Trad. Giselle Unti. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, M. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, M. NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X; FAPERJ, 2012. p. 67-78.

COSTA, G.S. **Protestantes na “Atenas sergipana”**: conflitos religiosos na inserção do Presbiterianismo em Laranjeiras/SE (1884-1899). 1ª. ed. São Paulo; Editora Recriar, 2018. v. 1. 142p.

D’ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Marco Zero, ANPUH, v. 13, n. 25-26, p. 97-103, set. 1992 - ago. 1993.

DANTAS, Beatriz Góis. Laranjeiras: entre o passado e o presente. In: NOGUEIRA, Adriana Dantas; SILVA, Eder Donizeti da. (Orgs.). **O despertar do conhecimento na colina azulada: A Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. Vol. 2. São Cristóvão: UFS, 2009, p. 179-199.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**/André Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FEITOSA, Allan Rafael Veiga. **Memórias da cidade: as ruínas da histórica Laranjeiras/SE**. Dissertação (mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

GALVÃO, Marco Antônio Pereira. (org.). **Casas do Patrimônio**. – Brasília, DF: Iphan, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GONÇALVES, R. B. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2016. 260f.

JESUS, Priscila Maria de. **Uma reflexão sobre o processo de musealização: o patrimônio imaterial nos espaços museais**. Cadernos de Sociomuseologia - 4 - (vol. 48), 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, Reginaldo Vilela. **Samba De Coco De Arcoverde - Pe: Práticas e Representações na Construção de Um Patrimônio Cultural (1980 - 2010)**. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2018.

MAFRA, C. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MATOS, Alderi Souza de. **Breve História do Protestantismo no Brasil**. Goiana. Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FAIFA, vol. 3, n. 1. 2011.

MELLO, Janaina Cardoso. **Vozes que cantam, vozes que dançam: práticas cotidianas e tradição cultural em Laranjeiras – SE**. Saeculum (UFPB), v. 1, p. 325-335, 2012.

MENDES, A. R. **O que é Patrimônio Cultural**. Olhão: Gente Singular Editora, Lda. 2012.

MENDONÇA, A. G. **O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas**. REVISTA USP, São Paulo, n.67, 2005, p.48-67.

MENDONÇA, A. G. **O celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MENDONÇA, A. G. **O protestantismo no Brasil: um caso de religião e cultura**. REVISTA USP, São Paulo, n.74, 2007, p. 160-173.

MENDONÇA, A. G.; FILHO, P. V. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

MILIORANÇA, Regina; PICOLI, Bruno A. Igreja Matriz São Luiz Gonzaga: a identidade coletiva calcada em um lugar de memória 'lugar de memória' cambiante. In: **Anais do I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina – Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados**, Florianópolis, SC, 21 e 22 de novembro de 2013. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. v. 1. p. 1-13.

MOURA, I. A. DE M. Os pioneiros presbiterianos de Itabaiana. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 7, n. 12, p. 98-110.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: **Novos temas nas aulas de História**. PINSKY, Carla Bassanezi (Org). 2 ed; São Paulo: Contexto, 2015. p. 73-93.

NASCIMENTO, A.C. A; MOURÃO, A. R. B. (Orgs.) **Educação, culturas e diversidades**. Manaus: Edua, 2011, p. 233-259.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. “A batalha da fé: uma leitura dos embates travados entre católicos e protestantes nos jornais da Província de Sergipe”. In: **Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História: História Acontecimento e Narrativa**. João Pessoa, 2003.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **A Influência da Pedagogia Norte-Americana na Educação em Sergipe e na Bahia**: reflexões iniciais. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 2, p. 9-38, 2001.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil Tropical**. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **Imprensa, impressos e práticas educativas**. Fortaleza: Editora da UFC, 2012.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **Origens da Educação Protestante em Sergipe: 1884 – 1913**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e pesquisas em História da Educação/NPGE, 2004. 295p.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **Práticas Educacionais Protestantes no Século XIX: o caso de Sergipe**. Cadernos CERU (FFLCH/USP), São Paulo, v. 14, p. 157-176, 2003.

NATIVIDADE, Sandra Maria. ANJOS, Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos. **A luz brilhou na terra dos Cajueiros**: panorama histórico dos batistas em Sergipe 1913-2013. Aracaju: Edição do Autor, 2013.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um Inventário dos Sentidos: Mário e Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo. Hucitec: Fapesp, 2005.

NORA, Pierre. “Entre a Memória e História: A problemática dos lugares”. Trad: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NUNES, Verônica Maria Meneses; LIMA, Luís Eduardo Pina. **Patrimônio Cultural**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2007.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio – Um Guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVIERA, André Luiz de Araújo. Novos Velhos Patrimônios: trajetória da norma de preservação das Culturas Populares Brasileiras (1988 – 2013). In: VI Seminário do Programa

da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB), 2016, Cachoeira – BA. **Anais do PPGCS: Poder e Cultura: discursos e contradições**, 2016, p. 1-17.

PAOLI, Paula Silveira de. Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial: Dois momentos de construção da nação de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, M. NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X; FAPERRJ, 2012. p. 181-190.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136p.

PIERUCCI, A. F.; MARIANO, R. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor**. *Novos Estudos Cebrap*, 34, 1992, p. 92-106.

RIBEIRO, B. **Protestantismo e Cultura Brasileira**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RODRIGUES, J.C. **Religiões acatholicas no Brazil, 1500-1900**. Rio de Janeiro: Escriptorio do “Jornal Commercio”, 1904.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. **Patrimonialização da Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora – SE**. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, v. 6, p. 33-44, 2016.

SANTOS, E. P. **1964 em Sergipe: golpe civil-militar, protestantismo e a Cruzada Cristo Esperança Nossa**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, SE, 2017. 156f.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **No Balanço da Charola: a Procissão dos Passos de São Cristóvão-SE**, In: XXV Simpósio Nacional de história: História e Ética, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Silas Daniel dos. **O jornal Imprensa Evangelica e as origens do protestantismo brasileiro no século XIX**. Tese (Letras), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo; 2018. 244f.

SILVA, Antenor Andrade. **Os Salesianos e a Educação na Bahia e em Sergipe – Brasil 1897-1970**. Istituto Storico Salesiano – Roma, 2000.

SILVESTRE, Armando Araújo. **Revista V 41 N2, 2016, PUC – Campinas**.

SOUZA, Eder Claudio Malta. **Políticas urbanas de patrimonialização e consumo: a paisagem cultural do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

TEIXEIRA, A. C. S. **A assembleia de Deus e a política aracajuana: análise da eleição de 2012**. Dissertação (mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A Pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identidade local**. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ufsm, Santa Maria, 2010.

WATANABE. T. H. B. **De pastores a feiticeiros: a historiografia do protestantismo brasileiro (1950-1990)**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, 2006.

WEBER, Maria Daniela. **Metodologia Para a Pesquisa Em Imprensa: Experiência Através D'O Paladino**. Rev. Signos, ano 33, n1, p. 9-21. 2012. UNISC.

DIGITAL

BRASIL. **Decreto Presidencial n.º 3551, agosto de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 22. nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.º. 3.924/1961**, 26 de julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 03. dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20. nov. 2019.

IPHAN. O Iphan em Sergipe. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/se/pagina/detalhes/1075>. Acesso em: 26. nov. 2019.

IPHAN. Região Nordeste – Bens Registrados nos Estados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1613/>. Acesso em: 09. dez. 2019.

IPHAN. Ofício das Baianas de Acarajé. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/58>. Acesso em: 11. dez. 2019.

IPHAN. Roda de Capoeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66/>. Acesso em: 11. dez. 2019.

IPHAN. Ofício dos Mestres de Capoeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/67/>. Acesso em: 11. dez. 2019.

IPHAN. Literatura de Cordel. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1943>. Acesso em: 11. dez. 2019.

IPHAN. Modo de fazer Renda Irlandesa. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/68/>. Acesso em: 11. dez. 2019.

LINHA DO TEMPO. Governo Federal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 21. dez. 2019.

SERGIPE. Constituição do Estado de Sergipe de 1889. Disponível em: https://al.se.leg.br/wpcontent/uploads/2016/03/constituicao_do_estado_de_sergipe_2007.pdf. Acesso em: 03. dez. 2019.

PASSOS, L. S.; NASCIMENTO, M.I.C. Aracaju entre o pretérito e o porvir: os bens tombados de Aracaju. In: III Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2012, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos do III Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2012. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Lucas-Santos-Passos-et-alii.pdf>. Acesso em: 21. nov. 2019.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 21. nov. 2019.